

FICHA TÉCNICA

COORDENAÇÃO GERAL

Armando Francisco Adriano Ribeiro – Téc. Superior em Planeamento Regional e Urbano;
especialização em Gestão Urbanística

ASSESSORIA TÉCNICA

Paula Maria Horta Resende Martins Ribeiro – Planeadora
José António Cruz Lopes da Costa - Arquitecto

EQUIPA TÉCNICA

Isabel da Costa Bastos – Arquitecta
Artur Jorge do Carmo Duarte Ferreira – Planeador
Joel Oliveira Santos - Desenhador

COLABORAÇÃO

Sérgio Dias da Costa - Arquitecto
Anabela Sílvia Pedro Quental – Lic^a em Ciências do Ambiente (estagiária)
Vera Lúcia Almeida Silva – Engenheira Florestal (estagiária)
Marta Susana Dias Loureiro Simão - Administrativa

ÍNDICE GERAL

A - ESTUDOS DE CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO MUNICIPAL

A1. Elementos de Caracterização Física

A1.1. Caracterização Física e Recursos Naturais

A2. Estrutura Económica e Social

A2.1. Demografia

A2.2. Habitação

A2.3. Agricultura e Florestas

A2.4. Indústria

A2.5. Comércio e Serviços

A2.6. Turismo

A3. Equipamentos

A3.1. Ensino

A3.2. Cultura, Desporto, Recreio e Lazer, Saúde e Seg. Social

A4. Infra-estruturas Básicas

A5. Ambiente, Património e Arqueologia

A5.1. Valores Ambientais, Patrimoniais e Arqueológicos

A.6. Rede Viária e Transportes

B. RELATÓRIO

B0 - Constituição da Equipa

B1- Introdução

B2 - Metodologia

B3 - Condicionantes de ordem superior

B4 - Síntese Operativa

B5 - Estratégia de Desenvolvimento

B6 - Proposta

B7 - Bibliografia

C – REGULAMENTO

D – PROGRAMA DE EXECUÇÃO E FINANCIAMENTO

A - ESTUDOS DE CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO MUNICIPAL

A1. Elementos de Caracterização Física

A1.1. Caracterização Física e Recursos Naturais

FICHA TÉCNICA.....	1
COORDENAÇÃO GERAL.....	1
ÍNDICE GERAL.....	2
A - ESTUDOS DE CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO MUNICIPAL.....	2
B. RELATÓRIO.....	2
C – REGULAMENTO.....	3
D – PROGRAMA DE EXECUÇÃO E FINANCIAMENTO.....	3
A - ESTUDOS DE CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO MUNICIPAL.....	3
1. INTRODUÇÃO.....	22
2 . METODOLOGIA.....	25
3.1 - Reserva Agrícola Nacional.....	29
3.5 - Património Classificado.....	36
4. SÍNTESE OPERATIVA.....	38
4.1.1. Caracterização Física e Recursos Naturais.....	38
4.2. ESTRUTURA ECONÓMICA E SOCIAL.....	40
4.2.1. Demografia.....	40

4.2.2. Habitação.....	44
4.2.3. Agricultura e Florestas.....	47
4.2.4. Indústria.....	49
4.2.5. Comércio e Serviços.....	55
4.2.6. Turismo.....	57
4.3. EDIFICADO.....	58
4.3.1. EQUIPAMENTOS.....	58
4.3.1.2. Saúde e Segurança Social.....	66
4.3.1.3. Cultura, Desporto, Recreio e Solidariedade Social.....	67
4.4. INFRA-ESTRUTURAS BÁSICAS.....	71
Abastecimento de Água e Saneamento.....	71
Resíduos Sólidos Urbanos.....	72
Gás Natural.....	73
Rede Eléctrica.....	73
Rede de Telecomunicações.....	74
4.5. AMBIENTE, PATRIMÓNIO E ARQUEOLOGIA.....	74
4.5.1. Valores Ambientais, Patrimoniais e Arqueológicos.....	74
Em 2001 foi elaborada a carta arqueológica concelhia que veio permitir ao município dispor de um documento que identifique o seu património arqueológico. Inventariaram-se, com base no trabalho produzido, os valores arqueológicos concelhios localizando-os, tipificando-os e descrevendo-os.....	76
4.5 – Rede Viária e Transportes.....	76
ANÁLISE SWOT.....	87
FORÇAS.....	87
FRAQUEZAS.....	87
OPORTUNIDADES.....	87
AMEAÇAS.....	87
.....	88
EIXOS ESTRATÉGICOS.....	88
Jardins de Infância.....	96
Escolas do 1.º Ciclo.....	99
Ensino Básico Mediatizado.....	102
EB 2.º e 3.º Ciclos.....	104
Ensino Secundário e Técnico – Profissional.....	105
Covo.....	107
Principais Eixos Viários.....	117
1A.....	118
Eixo Nascente / Poente.....	119
1 A.....	119
Vias Envolventes a Área Central.....	121
Quadro n.º 6 – Vias Envolventes à Área Central.....	123
A.....	123
Diversas Vias Propostas.....	126
Transportes Públicos.....	126

Transportes Escolares.....	127
----------------------------	-----

A2. Estrutura Económica e Social

A2.1. Demografia

FICHA TÉCNICA.....	1
COORDENAÇÃO GERAL.....	1
ÍNDICE GERAL.....	2
A - ESTUDOS DE CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO MUNICIPAL.....	2
B. RELATÓRIO.....	2
C – REGULAMENTO.....	3
D – PROGRAMA DE EXECUÇÃO E FINANCIAMENTO.....	3
A - ESTUDOS DE CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO MUNICIPAL.....	3
1. INTRODUÇÃO.....	22
2 . METODOLOGIA.....	25
3.1 - Reserva Agrícola Nacional.....	29
3.5 - Património Classificado.....	36
4. SÍNTESE OPERATIVA.....	38
4.1.1. Caracterização Física e Recursos Naturais.....	38
4.2. ESTRUTURA ECONÓMICA E SOCIAL.....	40
4.2.1. Demografia.....	40
4.2.2. Habitação.....	44
4.2.3. Agricultura e Florestas.....	47
4.2.4. Indústria.....	49
4.2.5. Comércio e Serviços.....	55
4.2.6. Turismo.....	57
4.3. EDIFICADO.....	58
4.3.1. EQUIPAMENTOS.....	58
4.3.1.2. Saúde e Segurança Social.....	66
4.3.1.3. Cultura, Desporto, Recreio e Solidariedade Social.....	67
4.4. INFRA-ESTRUTURAS BÁSICAS.....	71
Abastecimento de Água e Saneamento.....	71
Resíduos Sólidos Urbanos.....	72
Gás Natural.....	73
Rede Eléctrica.....	73
Rede de Telecomunicações.....	74
4.5. AMBIENTE, PATRIMÓNIO E ARQUEOLOGIA.....	74
4.5.1. Valores Ambientais, Patrimoniais e Arqueológicos.....	74

Em 2001 foi elaborada a carta arqueológica concelhia que veio permitir ao município dispor de um documento que identifique o seu património arqueológico. Inventariaram-se, com base no trabalho produzido, os valores arqueológicos concelhios localizando-os, tipificando-os e descrevendo-os.....76

4.5 – Rede Viária e Transportes.....76

ANÁLISE SWOT.....87

FORÇAS.....87

FRAQUEZAS.....87

OPORTUNIDADES.....87

AMEAÇAS.....87

.....88

EIXOS ESTRATÉGICOS.....88

 Jardins de Infância.....96

 Escolas do 1.º Ciclo.....99

 Ensino Básico Mediatizado.....102

 EB 2.º e 3.º Ciclos.....104

 Ensino Secundário e Técnico – Profissional.....105

 Covo.....107

 Principais Eixos Viários.....117

 1A.....118

 Eixo Nascente / Poente.....119

 1 A.....119

 Vias Envolventes a Área Central.....121

 Quadro n.º 6 – Vias Envolventes à Área Central.....123

 A.....123

 Diversas Vias Propostas.....126

 Transportes Públicos.....126

 Transportes Escolares.....127

A2.2. Habitação

FICHA TÉCNICA.....1

COORDENAÇÃO GERAL.....1

ÍNDICE GERAL.....2

A - ESTUDOS DE CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO MUNICIPAL.....2

B. RELATÓRIO.....2

C – REGULAMENTO.....3

D – PROGRAMA DE EXECUÇÃO E FINANCIAMENTO.....3

A - ESTUDOS DE CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO MUNICIPAL.....	3
1. INTRODUÇÃO.....	22
2 . METODOLOGIA.....	25
3.1 - Reserva Agrícola Nacional.....	29
3.5 - Património Classificado.....	36
4. SÍNTESE OPERATIVA.....	38
4.1.1. Caracterização Física e Recursos Naturais.....	38
4.2. ESTRUTURA ECONÓMICA E SOCIAL.....	40
4.2.1. Demografia.....	40
4.2.2. Habitação.....	44
4.2.3. Agricultura e Florestas.....	47
4.2.4. Indústria.....	49
4.2.5. Comércio e Serviços.....	55
4.2.6. Turismo.....	57
4.3. EDIFICADO.....	58
4.3.1. EQUIPAMENTOS.....	58
4.3.1.2. Saúde e Segurança Social.....	66
4.3.1.3. Cultura, Desporto, Recreio e Solidariedade Social.....	67
4.4. INFRA-ESTRUTURAS BÁSICAS.....	71
Abastecimento de Água e Saneamento.....	71
Resíduos Sólidos Urbanos.....	72
Gás Natural.....	73
Rede Eléctrica.....	73
Rede de Telecomunicações.....	74
4.5. AMBIENTE, PATRIMÓNIO E ARQUEOLOGIA.....	74
4.5.1. Valores Ambientais, Patrimoniais e Arqueológicos.....	74
Em 2001 foi elaborada a carta arqueológica concelhia que veio permitir ao município dispor de um documento que identifique o seu património arqueológico. Inventariaram-se, com base no trabalho produzido, os valores arqueológicos concelhios localizando-os, tipificando-os e descrevendo-os.....	76
4.5 – Rede Viária e Transportes.....	76
ANÁLISE SWOT.....	87
FORÇAS.....	87
FRAQUEZAS.....	87
OPORTUNIDADES.....	87
AMEAÇAS.....	87
.....	88
EIXOS ESTRATÉGICOS.....	88
Jardins de Infância.....	96
Escolas do 1.º Ciclo.....	99
Ensino Básico Mediatizado.....	102

EB 2.º e 3.º Ciclos.....	104
Ensino Secundário e Técnico – Profissional.....	105
Covo.....	107
Principais Eixos Viários.....	117
1A.....	118
Eixo Nascente / Poente.....	119
1 A.....	119
Vias Envolventes a Área Central.....	121
Quadro n.º 6 – Vias Envolventes à Área Central.....	123
A.....	123
Diversas Vias Propostas.....	126
Transportes Públicos.....	126
Transportes Escolares.....	127

A2.3. Agricultura e Florestas

FICHA TÉCNICA.....	1
COORDENAÇÃO GERAL.....	1
ÍNDICE GERAL.....	2
A - ESTUDOS DE CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO MUNICIPAL.....	2
B. RELATÓRIO.....	2
C – REGULAMENTO.....	3
D – PROGRAMA DE EXECUÇÃO E FINANCIAMENTO.....	3
A - ESTUDOS DE CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO MUNICIPAL.....	3
1. INTRODUÇÃO.....	22
2 . METODOLOGIA.....	25
3.1 - Reserva Agrícola Nacional.....	29
3.5 - Património Classificado.....	36
4. SÍNTESE OPERATIVA.....	38
4.1.1. Caracterização Física e Recursos Naturais.....	38
4.2. ESTRUTURA ECONÓMICA E SOCIAL.....	40
4.2.1. Demografia.....	40
4.2.2. Habitação.....	44
4.2.3. Agricultura e Florestas.....	47
4.2.4. Indústria.....	49
4.2.5. Comércio e Serviços.....	55
4.2.6. Turismo.....	57
4.3. EDIFICADO.....	58

4.3.1. EQUIPAMENTOS.....	58
4.3.1.2. Saúde e Segurança Social.....	66
4.3.1.3. Cultura, Desporto, Recreio e Solidariedade Social.....	67
4.4. INFRA-ESTRUTURAS BÁSICAS.....	71
Abastecimento de Água e Saneamento.....	71
Resíduos Sólidos Urbanos.....	72
Gás Natural.....	73
Rede Eléctrica.....	73
Rede de Telecomunicações.....	74
4.5. AMBIENTE, PATRIMÓNIO E ARQUEOLOGIA.....	74
4.5.1. Valores Ambientais, Patrimoniais e Arqueológicos.....	74
Em 2001 foi elaborada a carta arqueológica concelhia que veio permitir ao município dispor de um documento que identifique o seu património arqueológico. Inventariaram-se, com base no trabalho produzido, os valores arqueológicos concelhios localizando-os, tipificando-os e descrevendo-os.....	76
4.5 – Rede Viária e Transportes.....	76
ANÁLISE SWOT.....	87
FORÇAS.....	87
FRAQUEZAS.....	87
OPORTUNIDADES.....	87
AMEAÇAS.....	87
.....	88
EIXOS ESTRATÉGICOS.....	88
Jardins de Infância.....	96
Escolas do 1.º Ciclo.....	99
Ensino Básico Mediatizado.....	102
EB 2.º e 3.º Ciclos.....	104
Ensino Secundário e Técnico – Profissional.....	105
Covo.....	107
Principais Eixos Viários.....	117
1A.....	118
Eixo Nascente / Poente.....	119
1 A.....	119
Vias Envolventes a Área Central.....	121
Quadro n.º 6 – Vias Envolventes à Área Central.....	123
A.....	123
Diversas Vias Propostas.....	126
Transportes Públicos.....	126
Transportes Escolares.....	127

A2.4. Indústria

FICHA TÉCNICA.....	1
COORDENAÇÃO GERAL.....	1
ÍNDICE GERAL.....	2
A - ESTUDOS DE CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO MUNICIPAL.....	2
B. RELATÓRIO.....	2
C – REGULAMENTO.....	3
D – PROGRAMA DE EXECUÇÃO E FINANCIAMENTO.....	3
A - ESTUDOS DE CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO MUNICIPAL.....	3
1. INTRODUÇÃO.....	22
2 . METODOLOGIA.....	25
3.1 - Reserva Agrícola Nacional.....	29
3.5 - Património Classificado.....	36
4. SÍNTESE OPERATIVA.....	38
4.1.1. Caracterização Física e Recursos Naturais.....	38
4.2. ESTRUTURA ECONÓMICA E SOCIAL.....	40
4.2.1. Demografia.....	40
4.2.2. Habitação.....	44
4.2.3. Agricultura e Florestas.....	47
4.2.4. Indústria.....	49
4.2.5. Comércio e Serviços.....	55
4.2.6. Turismo.....	57
4.3. EDIFICADO.....	58
4.3.1. EQUIPAMENTOS.....	58
4.3.1.2. Saúde e Segurança Social.....	66
4.3.1.3. Cultura, Desporto, Recreio e Solidariedade Social.....	67
4.4. INFRA-ESTRUTURAS BÁSICAS.....	71
Abastecimento de Água e Saneamento.....	71
Resíduos Sólidos Urbanos.....	72
Gás Natural.....	73
Rede Eléctrica.....	73
Rede de Telecomunicações.....	74
4.5. AMBIENTE, PATRIMÓNIO E ARQUEOLOGIA.....	74
4.5.1. Valores Ambientais, Patrimoniais e Arqueológicos.....	74
Em 2001 foi elaborada a carta arqueológica concelhia que veio permitir ao município dispor de um documento que identifique o seu património arqueológico. Inventariaram-se, com base no trabalho produzido, os valores arqueológicos concelhios localizando-os, tipificando-os e descrevendo-os.....	76
4.5 – Rede Viária e Transportes.....	76
ANÁLISE SWOT.....	87
FORÇAS.....	87

FRAQUEZAS.....	87
OPORTUNIDADES.....	87
AMEAÇAS.....	87
.....	88
EIXOS ESTRATÉGICOS.....	88
Jardins de Infância.....	96
Escolas do 1.º Ciclo.....	99
Ensino Básico Mediatizado.....	102
EB 2.º e 3.º Ciclos.....	104
Ensino Secundário e Técnico – Profissional.....	105
Covo.....	107
Principais Eixos Viários.....	117
1A.....	118
Eixo Nascente / Poente.....	119
1 A.....	119
Vias Envolventes a Área Central.....	121
Quadro n.º 6 – Vias Envolventes à Área Central.....	123
A.....	123
Diversas Vias Propostas.....	126
Transportes Públicos.....	126
Transportes Escolares.....	127

A2.5. Comércio e Serviços

FICHA TÉCNICA.....	1
COORDENAÇÃO GERAL.....	1
ÍNDICE GERAL.....	2
A - ESTUDOS DE CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO MUNICIPAL.....	2
B. RELATÓRIO.....	2
C – REGULAMENTO.....	3
D – PROGRAMA DE EXECUÇÃO E FINANCIAMENTO.....	3
A - ESTUDOS DE CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO MUNICIPAL.....	3
1. INTRODUÇÃO.....	22
2 . METODOLOGIA.....	25
3.1 - Reserva Agrícola Nacional.....	29
3.5 - Património Classificado.....	36
4. SÍNTESE OPERATIVA.....	38

4.1.1. Caracterização Física e Recursos Naturais.....	38
4.2. ESTRUTURA ECONÓMICA E SOCIAL.....	40
4.2.1. Demografia.....	40
4.2.2. Habitação.....	44
4.2.3. Agricultura e Florestas.....	47
4.2.4. Indústria.....	49
4.2.5. Comércio e Serviços.....	55
4.2.6. Turismo.....	57
4.3. EDIFICADO.....	58
4.3.1. EQUIPAMENTOS.....	58
4.3.1.2. Saúde e Segurança Social.....	66
4.3.1.3. Cultura, Desporto, Recreio e Solidariedade Social.....	67
4.4. INFRA-ESTRUTURAS BÁSICAS.....	71
Abastecimento de Água e Saneamento.....	71
Resíduos Sólidos Urbanos.....	72
Gás Natural.....	73
Rede Eléctrica.....	73
Rede de Telecomunicações.....	74
4.5. AMBIENTE, PATRIMÓNIO E ARQUEOLOGIA.....	74
4.5.1. Valores Ambientais, Patrimoniais e Arqueológicos.....	74
Em 2001 foi elaborada a carta arqueológica concelhia que veio permitir ao município dispor de um documento que identifique o seu património arqueológico. Inventariaram-se, com base no trabalho produzido, os valores arqueológicos concelhios localizando-os, tipificando-os e descrevendo-os.....	76
4.5 – Rede Viária e Transportes.....	76
ANÁLISE SWOT.....	87
FORÇAS.....	87
FRAQUEZAS.....	87
OPORTUNIDADES.....	87
AMEAÇAS.....	87
.....	88
EIXOS ESTRATÉGICOS.....	88
Jardins de Infância.....	96
Escolas do 1.º Ciclo.....	99
Ensino Básico Mediatizado.....	102
EB 2.º e 3.º Ciclos.....	104
Ensino Secundário e Técnico – Profissional.....	105
Covo.....	107
Principais Eixos Viários.....	117
1A.....	118
Eixo Nascente / Poente.....	119
1 A.....	119
Vias Envolventes a Área Central.....	121
Quadro n.º 6 – Vias Envolventes à Área Central.....	123

A.....	123
Diversas Vias Propostas.....	126
Transportes Públicos.....	126
Transportes Escolares.....	127

A2.6. Turismo

FICHA TÉCNICA.....	1
COORDENAÇÃO GERAL.....	1
ÍNDICE GERAL.....	2
A - ESTUDOS DE CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO MUNICIPAL.....	2
B. RELATÓRIO.....	2
C – REGULAMENTO.....	3
D – PROGRAMA DE EXECUÇÃO E FINANCIAMENTO.....	3
A - ESTUDOS DE CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO MUNICIPAL.....	3
1. INTRODUÇÃO.....	22
2 . METODOLOGIA.....	25
3.1 - Reserva Agrícola Nacional.....	29
3.5 - Património Classificado.....	36
4. SÍNTESE OPERATIVA.....	38
4.1.1. Caracterização Física e Recursos Naturais.....	38
4.2. ESTRUTURA ECONÓMICA E SOCIAL.....	40
4.2.1. Demografia.....	40
4.2.2. Habitação.....	44
4.2.3. Agricultura e Florestas.....	47
4.2.4. Indústria.....	49
4.2.5. Comércio e Serviços.....	55
4.2.6. Turismo.....	57
4.3. EDIFICADO.....	58
4.3.1. EQUIPAMENTOS.....	58
4.3.1.2. Saúde e Segurança Social.....	66
4.3.1.3. Cultura, Desporto, Recreio e Solidariedade Social.....	67
4.4. INFRA-ESTRUTURAS BÁSICAS.....	71
Abastecimento de Água e Saneamento.....	71
Resíduos Sólidos Urbanos.....	72
Gás Natural.....	73
Rede Eléctrica.....	73
Rede de Telecomunicações.....	74
4.5. AMBIENTE, PATRIMÓNIO E ARQUEOLOGIA.....	74
4.5.1. Valores Ambientais, Patrimoniais e Arqueológicos.....	74

Em 2001 foi elaborada a carta arqueológica concelhia que veio permitir ao município dispor de um documento que identifique o seu património arqueológico. Inventariaram-se, com base no trabalho produzido, os valores arqueológicos concelhios localizando-os, tipificando-os e descrevendo-os.....76

4.5 – Rede Viária e Transportes.....76

ANÁLISE SWOT.....87

FORÇAS.....87

FRAQUEZAS.....87

OPORTUNIDADES.....87

AMEAÇAS.....87

.....88

EIXOS ESTRATÉGICOS.....88

 Jardins de Infância.....96

 Escolas do 1.º Ciclo.....99

 Ensino Básico Mediatizado.....102

 EB 2.º e 3.º Ciclos.....104

 Ensino Secundário e Técnico – Profissional.....105

 Covo.....107

 Principais Eixos Viários.....117

 1A.....118

 Eixo Nascente / Poente.....119

 1 A.....119

 Vias Envolventes a Área Central.....121

 Quadro n.º 6 – Vias Envolventes à Área Central.....123

 A.....123

 Diversas Vias Propostas.....126

 Transportes Públicos.....126

 Transportes Escolares.....127

A3. Equipamentos

A3.1. Ensino

FICHA TÉCNICA.....1

COORDENAÇÃO GERAL.....1

ÍNDICE GERAL.....2

A - ESTUDOS DE CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO MUNICIPAL.....2

B. RELATÓRIO.....2

C – REGULAMENTO.....3

D – PROGRAMA DE EXECUÇÃO E FINANCIAMENTO.....	3
A - ESTUDOS DE CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO MUNICIPAL.....	3
1. INTRODUÇÃO.....	22
2 . METODOLOGIA.....	25
3.1 - Reserva Agrícola Nacional.....	29
3.5 - Património Classificado.....	36
4. SÍNTESE OPERATIVA.....	38
4.1.1. Caracterização Física e Recursos Naturais.....	38
4.2. ESTRUTURA ECONÓMICA E SOCIAL.....	40
4.2.1. Demografia.....	40
4.2.2. Habitação.....	44
4.2.3. Agricultura e Florestas.....	47
4.2.4. Indústria.....	49
4.2.5. Comércio e Serviços.....	55
4.2.6. Turismo.....	57
4.3. EDIFICADO.....	58
4.3.1. EQUIPAMENTOS.....	58
4.3.1.2. Saúde e Segurança Social.....	66
4.3.1.3. Cultura, Desporto, Recreio e Solidariedade Social.....	67
4.4. INFRA-ESTRUTURAS BÁSICAS.....	71
Abastecimento de Água e Saneamento.....	71
Resíduos Sólidos Urbanos.....	72
Gás Natural.....	73
Rede Eléctrica.....	73
Rede de Telecomunicações.....	74
4.5. AMBIENTE, PATRIMÓNIO E ARQUEOLOGIA.....	74
4.5.1. Valores Ambientais, Patrimoniais e Arqueológicos.....	74
Em 2001 foi elaborada a carta arqueológica concelhia que veio permitir ao município dispor de um documento que identifique o seu património arqueológico. Inventariaram-se, com base no trabalho produzido, os valores arqueológicos concelhios localizando-os, tipificando-os e descrevendo-os.....	76
4.5 – Rede Viária e Transportes.....	76
ANÁLISE SWOT.....	87
FORÇAS.....	87
FRAQUEZAS.....	87
OPORTUNIDADES.....	87
AMEAÇAS.....	87
.....	88
EIXOS ESTRATÉGICOS.....	88
Jardins de Infância.....	96
Escolas do 1.º Ciclo.....	99

Ensino Básico Mediatizado.....	102
EB 2.º e 3.º Ciclos.....	104
Ensino Secundário e Técnico – Profissional.....	105
Covo.....	107
Principais Eixos Viários.....	117
1A.....	118
Eixo Nascente / Poente.....	119
1 A.....	119
Vias Envolventes a Área Central.....	121
Quadro n.º 6 – Vias Envolventes à Área Central.....	123
A.....	123
Diversas Vias Propostas.....	126
Transportes Públicos.....	126
Transportes Escolares.....	127

A3.2. Cultura, Desporto, Recreio e Lazer, Saúde e Seg. Social

FICHA TÉCNICA.....	1
COORDENAÇÃO GERAL.....	1
ÍNDICE GERAL.....	2
A - ESTUDOS DE CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO MUNICIPAL.....	2
B. RELATÓRIO.....	2
C – REGULAMENTO.....	3
D – PROGRAMA DE EXECUÇÃO E FINANCIAMENTO.....	3
A - ESTUDOS DE CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO MUNICIPAL.....	3
1. INTRODUÇÃO.....	22
2 . METODOLOGIA.....	25
3.1 - Reserva Agrícola Nacional.....	29
3.5 - Património Classificado.....	36
4. SÍNTESE OPERATIVA.....	38
4.1.1. Caracterização Física e Recursos Naturais.....	38
4.2. ESTRUTURA ECONÓMICA E SOCIAL.....	40
4.2.1. Demografia.....	40
4.2.2. Habitação.....	44
4.2.3. Agricultura e Florestas.....	47
4.2.4. Indústria.....	49
4.2.5. Comércio e Serviços.....	55
4.2.6. Turismo.....	57
4.3. EDIFICADO.....	58
4.3.1. EQUIPAMENTOS.....	58

4.3.1.2. Saúde e Segurança Social.....	66
4.3.1.3. Cultura, Desporto, Recreio e Solidariedade Social.....	67
4.4. INFRA-ESTRUTURAS BÁSICAS.....	71
Abastecimento de Água e Saneamento.....	71
Resíduos Sólidos Urbanos.....	72
Gás Natural.....	73
Rede Eléctrica.....	73
Rede de Telecomunicações.....	74
4.5. AMBIENTE, PATRIMÓNIO E ARQUEOLOGIA.....	74
4.5.1. Valores Ambientais, Patrimoniais e Arqueológicos.....	74
Em 2001 foi elaborada a carta arqueológica concelhia que veio permitir ao município dispor de um documento que identifique o seu património arqueológico. Inventariaram-se, com base no trabalho produzido, os valores arqueológicos concelhios localizando-os, tipificando-os e descrevendo-os.....	76
4.5 – Rede Viária e Transportes.....	76
ANÁLISE SWOT.....	87
FORÇAS.....	87
FRAQUEZAS.....	87
OPORTUNIDADES.....	87
AMEAÇAS.....	87
.....	88
EIXOS ESTRATÉGICOS.....	88
Jardins de Infância.....	96
Escolas do 1.º Ciclo.....	99
Ensino Básico Mediatizado.....	102
EB 2.º e 3.º Ciclos.....	104
Ensino Secundário e Técnico – Profissional.....	105
Covo.....	107
Principais Eixos Viários.....	117
1A.....	118
Eixo Nascente / Poente.....	119
1 A.....	119
Vias Envolventes a Área Central.....	121
Quadro n.º 6 – Vias Envolventes à Área Central.....	123
A.....	123
Diversas Vias Propostas.....	126
Transportes Públicos.....	126
Transportes Escolares.....	127
A4. Infra-estruturas Básicas	
A.4.	
FICHA TÉCNICA.....	1

COORDENAÇÃO GERAL.....	1
ÍNDICE GERAL.....	2
A - ESTUDOS DE CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO MUNICIPAL.....	2
B. RELATÓRIO.....	2
C – REGULAMENTO.....	3
D – PROGRAMA DE EXECUÇÃO E FINANCIAMENTO.....	3
A - ESTUDOS DE CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO MUNICIPAL.....	3
1. INTRODUÇÃO.....	22
2 . METODOLOGIA.....	25
3.1 - Reserva Agrícola Nacional.....	29
3.5 - Património Classificado.....	36
4. SÍNTESE OPERATIVA.....	38
4.1.1. Caracterização Física e Recursos Naturais.....	38
4.2. ESTRUTURA ECONÓMICA E SOCIAL.....	40
4.2.1. Demografia.....	40
4.2.2. Habitação.....	44
4.2.3. Agricultura e Florestas.....	47
4.2.4. Indústria.....	49
4.2.5. Comércio e Serviços.....	55
4.2.6. Turismo.....	57
4.3. EDIFICADO.....	58
4.3.1. EQUIPAMENTOS.....	58
4.3.1.2. Saúde e Segurança Social.....	66
4.3.1.3. Cultura, Desporto, Recreio e Solidariedade Social.....	67
4.4. INFRA-ESTRUTURAS BÁSICAS.....	71
Abastecimento de Água e Saneamento.....	71
Resíduos Sólidos Urbanos.....	72
Gás Natural.....	73
Rede Eléctrica.....	73
Rede de Telecomunicações.....	74
4.5. AMBIENTE, PATRIMÓNIO E ARQUEOLOGIA.....	74
4.5.1. Valores Ambientais, Patrimoniais e Arqueológicos.....	74
Em 2001 foi elaborada a carta arqueológica concelhia que veio permitir ao município dispor de um documento que identifique o seu património arqueológico. Inventariaram-se, com base no trabalho produzido, os valores arqueológicos concelhios localizando-os, tipificando-os e descrevendo-os.....	76
4.5 – Rede Viária e Transportes.....	76
ANÁLISE SWOT.....	87
FORÇAS.....	87
FRAQUEZAS.....	87

OPORTUNIDADES.....	87
AMEAÇAS.....	87
.....	88
EIXOS ESTRATÉGICOS.....	88
Jardins de Infância.....	96
Escolas do 1.º Ciclo.....	99
Ensino Básico Mediatizado.....	102
EB 2.º e 3.º Ciclos.....	104
Ensino Secundário e Técnico – Profissional.....	105
Covo.....	107
Principais Eixos Viários.....	117
1A.....	118
Eixo Nascente / Poente.....	119
1 A.....	119
Vias Envolventes a Área Central.....	121
Quadro n.º 6 – Vias Envolventes à Área Central.....	123
A.....	123
Diversas Vias Propostas.....	126
Transportes Públicos.....	126
Transportes Escolares.....	127

A5. Ambiente, Património e Arqueologia

A5.1. Valores Ambientais, Patrimoniais e Arqueológicos

FICHA TÉCNICA.....	1
COORDENAÇÃO GERAL.....	1
ÍNDICE GERAL.....	2
A - ESTUDOS DE CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO MUNICIPAL.....	2
B. RELATÓRIO.....	2
C – REGULAMENTO.....	3
D – PROGRAMA DE EXECUÇÃO E FINANCIAMENTO.....	3
A - ESTUDOS DE CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO MUNICIPAL.....	3
1. INTRODUÇÃO.....	22
2 . METODOLOGIA.....	25
3.1 - Reserva Agrícola Nacional.....	29
3.5 - Património Classificado.....	36

4. SÍNTESE OPERATIVA.....	38
4.1.1. Caracterização Física e Recursos Naturais.....	38
4.2. ESTRUTURA ECONÓMICA E SOCIAL.....	40
4.2.1. Demografia.....	40
4.2.2. Habitação.....	44
4.2.3. Agricultura e Florestas.....	47
4.2.4. Indústria.....	49
4.2.5. Comércio e Serviços.....	55
4.2.6. Turismo.....	57
4.3. EDIFICADO.....	58
4.3.1. EQUIPAMENTOS.....	58
4.3.1.2. Saúde e Segurança Social.....	66
4.3.1.3. Cultura, Desporto, Recreio e Solidariedade Social.....	67
4.4. INFRA-ESTRUTURAS BÁSICAS.....	71
Abastecimento de Água e Saneamento.....	71
Resíduos Sólidos Urbanos.....	72
Gás Natural.....	73
Rede Eléctrica.....	73
Rede de Telecomunicações.....	74
4.5. AMBIENTE, PATRIMÓNIO E ARQUEOLOGIA.....	74
4.5.1. Valores Ambientais, Patrimoniais e Arqueológicos.....	74
Em 2001 foi elaborada a carta arqueológica concelhia que veio permitir ao município dispor de um documento que identifique o seu património arqueológico. Inventariaram-se, com base no trabalho produzido, os valores arqueológicos concelhios localizando-os, tipificando-os e descrevendo-os.....	76
4.5 – Rede Viária e Transportes.....	76
ANÁLISE SWOT.....	87
FORÇAS.....	87
FRAQUEZAS.....	87
OPORTUNIDADES.....	87
AMEAÇAS.....	87
.....	88
EIXOS ESTRATÉGICOS.....	88
Jardins de Infância.....	96
Escolas do 1.º Ciclo.....	99
Ensino Básico Mediatizado.....	102
EB 2.º e 3.º Ciclos.....	104
Ensino Secundário e Técnico – Profissional.....	105
Covo.....	107
Principais Eixos Viários.....	117
1A.....	118
Eixo Nascente / Poente.....	119
1 A.....	119

Vias Envolventes a Área Central.....	121
Quadro n.º 6 – Vias Envolventes à Área Central.....	123
A.....	123
Diversas Vias Propostas.....	126
Transportes Públicos.....	126
Transportes Escolares.....	127

A.6. Rede Viária e Transportes

FICHA TÉCNICA.....	1
COORDENAÇÃO GERAL.....	1
ÍNDICE GERAL.....	2
A - ESTUDOS DE CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO MUNICIPAL.....	2
B. RELATÓRIO.....	2
C – REGULAMENTO.....	3
D – PROGRAMA DE EXECUÇÃO E FINANCIAMENTO.....	3
A - ESTUDOS DE CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO MUNICIPAL.....	3
1. INTRODUÇÃO.....	22
2 . METODOLOGIA.....	25
3.1 - Reserva Agrícola Nacional.....	29
3.5 - Património Classificado.....	36
4. SÍNTESE OPERATIVA.....	38
4.1.1. Caracterização Física e Recursos Naturais.....	38
4.2. ESTRUTURA ECONÓMICA E SOCIAL.....	40
4.2.1. Demografia.....	40
4.2.2. Habitação.....	44
4.2.3. Agricultura e Florestas.....	47
4.2.4. Indústria.....	49
4.2.5. Comércio e Serviços.....	55
4.2.6. Turismo.....	57
4.3. EDIFICADO.....	58
4.3.1. EQUIPAMENTOS.....	58
4.3.1.2. Saúde e Segurança Social.....	66
4.3.1.3. Cultura, Desporto, Recreio e Solidariedade Social.....	67
4.4. INFRA-ESTRUTURAS BÁSICAS.....	71
Abastecimento de Água e Saneamento.....	71
Resíduos Sólidos Urbanos.....	72
Gás Natural.....	73
Rede Eléctrica.....	73
Rede de Telecomunicações.....	74
4.5. AMBIENTE, PATRIMÓNIO E ARQUEOLOGIA.....	74

4.5.1. Valores Ambientais, Patrimoniais e Arqueológicos.....	74
Em 2001 foi elaborada a carta arqueológica concelhia que veio permitir ao município dispor de um documento que identifique o seu património arqueológico. Inventariaram-se, com base no trabalho produzido, os valores arqueológicos concelhios localizando-os, tipificando-os e descrevendo-os.....	76
4.5 – Rede Viária e Transportes.....	76
ANÁLISE SWOT.....	87
FORÇAS.....	87
FRAQUEZAS.....	87
OPORTUNIDADES.....	87
AMEAÇAS.....	87
.....	88
EIXOS ESTRATÉGICOS.....	88
Jardins de Infância.....	96
Escolas do 1.º Ciclo.....	99
Ensino Básico Mediatizado.....	102
EB 2.º e 3.º Ciclos.....	104
Ensino Secundário e Técnico – Profissional.....	105
Covo.....	107
Principais Eixos Viários.....	117
1A.....	118
Eixo Nascente / Poente.....	119
1 A.....	119
Vias Envolventes a Área Central.....	121
Quadro n.º 6 – Vias Envolventes à Área Central.....	123
A.....	123
Diversas Vias Propostas.....	126
Transportes Públicos.....	126
Transportes Escolares.....	127

1. INTRODUÇÃO

O trabalho de revisão do PDM corresponde a uma vontade política explícita do executivo camarário de efectuar uma reflexão profunda acerca das transformações observadas no tecido económico, social e cultural do concelho,

nos últimos anos, os seus impactes no território e as suas consequências em termos urbanísticos e de alteração da imagem do concelho.

Para a prossecução destes objectivos, constituiu-se uma equipa para proceder à elaboração do plano, integrando técnicos da Câmara Municipal, com recurso a assessorias externas e coordenada pelo chefe da Divisão de Planeamento. O trabalho foi, deste modo, desenvolvido próximo dos munícipes e com a possibilidade desejada da sua participação continuada. De igual forma, a colaboração das Juntas de Freguesia no levantamento das potencialidades e das dificuldades que se colocam à população que reside, trabalha ou estuda no seu território, constituiu um valor acrescido no diagnóstico, na definição das opções estratégicas e na elaboração das propostas de intervenção. Recolheram-se, ainda, os contributos, sempre importantes, das forças vivas locais. Realizaram-se inquéritos às associações culturais, desportivas, recreativas e de solidariedade social. Estudou-se a indústria, através de questionários efectuados aos empresários industriais do concelho, auscultando-se as suas expectativas e perspectivas. Levantaram-se as necessidades ao nível do ensino com uma cobertura total das escolas.

Uma vez efectuado um diagnóstico da realidade concelhia, tornou-se fundamental equacionar soluções que visem responder às necessidades da população do concelho e, em simultâneo, permitir um ordenamento equilibrado em que o espaço físico e o espaço humano coexistam em harmonia.

Houve, naturalmente, várias questões que se tiveram presentes, nomeadamente que:

- Vale de Cambra é um concelho com um património natural rico;
- a sua sede se desenvolve numa zona de vale, de aluvião, que urge acautelar;

- existe um perímetro de rega que convive, actualmente, com o espaço mais urbanizado do concelho, cuja sobrevivência é necessário equacionar;

- há uma dualidade no concelho – uma zona mais urbana, a poente, muito densificada, onde reside 70% da população e uma zona claramente rural, a nascente, onde se observa um envelhecimento da população e que assiste a uma desertificação. Nesta última zona o sector primário perde, cada vez mais, importância, à medida que os produtores agrícolas vão envelhecendo e abandonando as explorações;

- o sector secundário continua a assumir o maior peso da mão-de-obra que trabalha no concelho, constituindo o tecido industrial do concelho um elemento chave na dinâmica económica do mesmo e na sua projecção nacional e internacional.

- o concelho tem um potencial turístico em face do seu património ambiental e também construído que tem que ser rentabilizado no sentido, inclusivamente, de promover o desenvolvimento do interior do concelho, apostando em determinados núcleos rurais, qualificando-os.

Atentas estas questões, a Câmara Municipal transmitiu à equipa responsável pela revisão do PDM, algumas prioridades, tendo sempre presente o objectivo de conciliar o desenvolvimento económico com a qualidade de vida dos munícipes.

Ao nível da indústria, principal sector empregador no concelho, preconiza-se o desenvolvimento de novas zonas industriais que atraiam potenciais investidores, e a criação de condições para a instalação e fixação da média e grande indústria.

Ao nível das acessibilidades, a criação de variantes à cidade – via circular externa e melhores acessibilidades; com os planos de urbanização em curso, terão de se ter em contas novas vias. Melhores acessos aos concelhos a Nascente e a Poente (S. João da Madeira/Norte). Somos, igualmente, confrontados com o atravessamento do IC35 e perspectivam-se novas vias de ligação entre as comunidades locais.

No âmbito do turismo, a necessidade e urgência de acautelar e preservar a riqueza natural extraordinária do concelho e fomentar a recuperação destes locais e das aldeias do interior, criando ao mesmo tempo condições para o seu desenvolvimento.

Do ponto de vista das Infra-estruturas de saneamento e abastecimento doméstico de água, o alargamento da rede e a tendência para a cobertura total do concelho.

Foi dada uma atenção muito especial ao Ambiente, dotando a cidade de um parque urbano que permita, simultaneamente, preservar a qualidade dos recursos naturais presentes e ao mesmo tempo criar espaços de recreio, estadia e percursos pedonais que permitam aos Municípes novos hábitos de lazer e comércio.

2 . METODOLOGIA

A revisão do Plano Director Municipal do concelho de Vale de Cambra, aprovado em 16 de Dezembro de 1993 pela Resolução do Conselho de Ministros nº 73, com as alterações introduzidas pela Resolução do Conselho de Ministros nº 183/97, de 28/10 e pela Declaração nº 40/98, de 29/7, corresponde

à necessidade de, face à dinâmica do território e à evolução das novas tecnologias de informação e comunicação, equacionar o documento ainda em vigor e repensá-lo em função da nova realidade do concelho.

Após mais de sete anos de implementação do Plano, durante os quais se verificou uma alteração do executivo camarário, houve uma necessidade clara de se proceder à sua revisão. Por outro lado, aproximava-se o fim do período de vigência do actual plano (10 anos) e, com ele, a obrigação legal de revisão.

Havia, com efeito, um conjunto de questões/áreas que era importante equacionar, afigurando-se de toda a pertinência e que apontaram, inequivocamente, para a necessidade de se efectuar uma revisão. Tal facto prendia-se quer com a alteração do quadro legislativo, quer com contingências entretanto ultrapassadas, que limitaram a elaboração do plano, nomeadamente a sua base cartográfica. Por outro lado, do ponto de vista da realidade física, económica e social do concelho, observou-se uma transformação, nomeadamente pela construção de vários equipamentos públicos – biblioteca, pavilhão municipal, tribunal, escolas básicas 2,3 das Dairas e do Búzio, piscina coberta e piscina descoberta, centros cívicos nas sedes de freguesia, estação central de camionagem – e o seu impacte no território quer em termos de espaço físico, quer no que respeita às infra-estruturas e às dinâmicas que geram, num efeito multiplicador, ao nível de actividades complementares. Acresce que a pressão urbanística a que se assiste era indiciadora da necessidade de repensar e reavaliar a mancha urbana.

À semelhança do efectuado há dez anos optou-se pela constituição de uma equipa pluridisciplinar, directamente dependente da Câmara Municipal e responsável pelo PDM, dado que este modelo se traduziu positivamente para o concelho na experiência anterior, pela proximidade à realidade e aos actores locais.

Procurou-se que a elaboração do plano fosse participada e, assim, no processo de audição pública, a recolha de sugestões foi continuada, ou seja, não se restringiu ao período previsto no artº 77º do D.L. 380/99, mas começou antes de ser publicada a decisão de mandar elaborar o PDM e continuou após o período legalmente estabelecido para a recolha de sugestões (60 dias). Durante este período foi, ainda, publicada nos jornais nacionais de maior tiragem uma carta aberta aos munícipes em que o presidente da Câmara Municipal apelava ao seu contributo para a revisão do PDM.

Pretendeu-se que, para além da participação por iniciativa dos particulares, estes fossem chamados a colaborar via resposta a inquérito. Assim, formulou-se um inquérito aos funcionários da Câmara Municipal, em que se solicitava que fosse referido se a implementação do PDM teve algumas implicações e, em caso afirmativo, quais, ao nível das respectivas competências e trabalho concreto; propostas para revisão da carta de ordenamento e da carta de condicionantes; opções estratégicas que entendiam adequadas para o desenvolvimento do concelho; a indicação de trabalhos que estivessem a ser desenvolvidos na divisão onde o funcionário se integra e que pudessem ser úteis à revisão do PDM, apontavam-se uma série de temáticas e solicitava-se que fossem classificadas por ordem de interesse e, finalmente, pedia-se que fossem indicados outros aspectos que entendessem como pertinentes no âmbito da revisão do PDM. Aos técnicos eram, ainda, feitas questões de âmbito mais específico. Questionaram-se, também, os técnicos inscritos na Câmara Municipal que aqui apresentam processos e que, portanto, terão algum conhecimento do regulamento do PDM. Efectuou-se, ainda, um trabalho com as Juntas de Freguesia em que, via inquérito e através de reuniões de trabalho, se pretendeu recolher informação e perceber as suas sugestões relativamente ao concelho.

Fizeram-se, ainda, inquéritos sectoriais ao nível da Indústria, do Ensino e das Associações e Colectividades, que permitiram:

- na Indústria, não só levantar informação como conhecer as intenções de expansão dos industriais, preferências de localização e estratégia para o sector;
- ao nível do ensino a caracterização do equipamento e da população escolar e identificar necessidades e perspectivas dos diferentes níveis de ensino;
- no âmbito das associações e colectividades sintetizar algumas das principais carências e potencialidades das associações e colectividades dos diferentes ramos de actividade - cultura, recreio, desporto, outros - existentes no Concelho de Vale de Cambra.

Todo o trabalho de conhecimento do território foi traduzido nos Estudos de Caracterização do Território Municipal.

A nova proposta de Reserva Agrícola Nacional foi efectuada por foto-interpretação e verificada mediante trabalho de campo com um técnico da Direcção Regional de Agricultura de Entre-Douro e Minho e pretende-se que substitua a actualmente em vigor publicada desde 24 de Dezembro de 1991 (Portaria nº 1217/91), tendo sido identificados e justificados os usos propostos para as áreas a excluir e a acrescentar à RAN. Assim, a nova proposta justifica-se devido, essencialmente, a correcções decorrentes da transposição cartográfica (limites de cadastro, acidentes topográficos, traçado das vias), uma vez que a proposta elaborada em 1991 tinha como base uma cartografia, à escala 1:10.000, de 1980, já desactualizada e que apenas cobria uma parte (Oeste) do concelho. Por outro lado, a colmatação e expansão de área urbana e a execução de equipamentos de interesse público nos últimos dez anos tornaram necessária a execução de vários acertos.

Foi, ainda efectuada a revisão da carta da Reserva Ecológica Nacional, que tinha sido publicada em 26 de Junho de 1996, pela Resolução do Conselho de Ministros nº 94/96. Esta proposta teve por base critérios de representatividade

e continuidade no concelho e tornou-se necessária face a desajustamentos observados quer pela introdução de cartografia digital, mais fidedigna, quer pelas transformações no território entretanto observadas.

A Carta da Área de Ocupação Florestal resultou de um levantamento de campo (das espécies florestais presentes) e triagem pela fotografia aérea, o que nos permitiu dispor, ainda, de uma Carta dos Povoamentos e Usos Florestais.

Por outro lado, efectuou-se uma revisão dos aglomerados com reconhecimento no local a qual foi cruzada com a fotografia aérea de Julho de 2002, informatizada e codificada e com o levantamento de todos os processos de obras particulares aprovados pela Câmara Municipal no período de vigência do P.D.M. . A triagem final da revisão dos aglomerados teve por base uma análise comparativa entre os perímetros urbanos agora propostos e os definidos pelo PDM em vigor. Nesta análise entraram, ainda, como questões a ponderar as sugestões dos munícipes e o estudo do comportamento do número de fogos e de famílias por lugar. Os estudos de caracterização sustentaram a elaboração de propostas estruturantes.

Enfim, procurou-se que o processo de revisão do PDM fosse claro, participado e que permitisse reflectir no documento final a realidade física, humana, económica e social do concelho, bem como as suas potencialidades e as expectativas da sua população.

3 . Condicionantes de Ordem Superior

3.1 - Reserva Agrícola Nacional

O Decreto-Lei n.º 196/89, de 14 de Junho e o Decreto-Lei n.º 274/92, de 12 de Dezembro, definem a Reserva Agrícola Nacional (R.A.N.) como “o conjunto das áreas que, em virtude das suas características morfológicas, climatéricas e

sociais, maiores potencialidades apresentam para a produção de bens agrícolas”. Assim, os referidos Decretos visam defender e proteger as áreas de maior aptidão agrícola e garantir-lhe a sua afectação, por forma a poder contribuir para o pleno desenvolvimento da agricultura e para o correcto ordenamento do território.

Na elaboração da carta da R.A.N., actualmente em vigor, para o concelho de Vale de Cambra, foram tidas em consideração as seguintes manchas:

- Solos das classes A e B;
- Solos das baixas aluvionares e coluviais;
- Solos onde foram implementadas obras de melhoramento, tendo finalidade e interesse agrícola;
- Solos cujo aproveitamento foi considerado determinante na viabilidade económica de explorações agrícolas;
- Solos submetidos a importantes investimentos destinados a aumentar a sua capacidade produtiva, como:
 - Infra-estruturas de apoio;
 - Acessos agrícolas;
 - Regadios colectivos;
 - Regadios individuais,
 - Plantações.
- Solos cuja influência social são fundamentais para a fixação de pessoas em zonas sujeitas a fácil desertificação.

Uma vez que o território está em constante transformação e dispendo de cartografia e outra informação actualizada, a equipa que está a rever o PDM sentiu a necessidade de produzir um documento que retratasse a realidade o mais fidedignamente possível. Desta forma e segundo as orientações fornecidas pela Direcção Regional da Agricultura de Entre Douro e Minho (DRAEDM) em consonância com a equipa que está a rever o PDM e atendendo ao conteúdo nomeadamente do D. L. 196/89, de 14 de Junho, o

gabinete de revisão do PDM assumiu a elaboração duma nova proposta da R.A.N. que foi submetida a apreciação da DRAEDM para posterior aprovação.

Assim, a nova proposta justifica-se devido, essencialmente, a correcções decorrentes da transposição cartográfica (limites de cadastro, acidentes topográficos, traçado das vias), bem como a acertos, colmatação e expansão de área urbana, e à execução de equipamentos de interesse público.

O tratamento da informação atrás mencionada resultou na elaboração da nova proposta da R.A.N.. Nesta, encontram-se assinaladas as áreas com maiores potencialidades para a produção de bens agrícolas, segundo os critérios já referidos, salvaguardando, quando possível, o pleno desenvolvimento da agricultura e o correcto ordenamento do território que se pretende com a revisão do PDM e pensamos, está patente no mesmo.

Refira-se que um dos critérios que prevaleceu na delimitação da R.A.N. foi o de privilegiar a identificação de áreas de dimensão agrícola e de certa forma defender a sua manutenção e continuidade, em detrimento de pequenas manchas isoladas que deixam de ter sentido numa proposta mais abrangente e que se pretende seja um contributo para o todo nacional.

Salvaguardaram-se, no entanto, nas explorações agrícolas a existência de matas que sejam de apoio à exploração agrícola, dadas as características de agricultura regional e a complementaridade subjacente ao aproveitamento dos mesmos.

Visa-se, assim, dar pleno e eficaz aproveitamento aos solos com maiores potencialidades para a agricultura e a sua inserção em explorações agrícolas bem dimensionadas.

No município de Vale de Cambra as áreas de R.A.N. são predominantes a Nascente (zona do Vale) e Poente (interior do concelho) do concelho, sempre adjacentes a pequenos núcleos rurais.

Assim, nos solos considerados Reserva Agrícola Nacional, não poderão ser levadas a efeito quaisquer acções que conduzam à utilização desse solo para fins não agrícolas ou efectuar florestações, apenas podendo ser autorizadas as acções abrangidas pelo n.º 2, do artigo 9º ou pelo artigo 10º, do Decreto-Lei n.º 196/89, de 14 de Junho, quando a Comissão Regional de Reserva Agrícola se tenha pronunciado favoravelmente.

A área total de R.A.N. proposta é de 1688,52 ha, verificando-se que em relação à R.A.N. actualmente em vigor foram retirados 689,69 ha (201,50 ha para área urbana, 18,63 ha para equipamento, 3,28 ha para indústria, 2,28 ha para verde urbano, 426,73 ha para espaço florestal e 37,27 ha para espaço agrícola complementar) e acrescentados 385,19 ha.

Refira-se ainda que a percentagem de Reserva Agrícola Nacional no total do concelho é de 11,6%.

3.2 - Perímetro de Rega

No concelho de Vale de Cambra, a obra de fomento hidroagrícola, vulgarmente designada por perímetro de rega de Burgães, delimitada nas plantas de ordenamento e condicionantes na escala de 1:10 000, é constituída pela Barragem do Engenheiro Duarte Pacheco e respectiva albufeira classificada, rede de rega e área beneficiada.

Nos solos incluídos no Perímetro de Rega de Burgães, qualquer tipo de intervenção está sujeita a parecer do IDRHa e nas áreas incluídas em Reserva Agrícola Nacional ao parecer daquela entidade e da Comissão Regional da Reserva Agrícola.

O Perímetro de Rega tinha uma área total de cento e sessenta e nove hectares, tendo havido nos últimos dez anos áreas inutilizadas/desafectadas que resultaram na sua diminuição. Houve cinquenta e dois hectares de área (52,2822ha) que foram excluídos da área beneficiada pelo Aproveitamento Hidroagrícola de Burgães (Resolução do Conselho de Ministros nº2/2002, de 5 de Janeiro).

3.3 - Reserva Ecológica Nacional

De acordo com o Decreto-Lei n.º 93/90, de 19 de Março, a R.E.N. (Reserva Ecológica Nacional) define-se como um conjunto de áreas indispensáveis à estabilidade ecológica do meio. Desta forma, a R.E.N. representa uma figura de ordenamento do território integrada no PDM, cuja delimitação no concelho de Vale de Cambra se revela fundamental ao equilíbrio ecológico concelhio, integrando-se na programação dos trabalhos de Revisão do Plano Director Municipal (P.D.M.) de Vale de Cambra.

Segundo as orientações fornecidas pela DRAOT relativamente à delimitação da REN e atendendo ao D. L. 93/90, de 19 de Março, o gabinete de revisão do PDM assumiu a elaboração duma nova proposta de R.E.N. que foi submetida a apreciação da DRAOT para posterior aprovação.

A referida proposta vem na sequência de correcções decorrentes da transposição cartográfica (limites de cadastro, acidentes topográficos, traçado

das vias) tendo em conta critérios de representatividade e continuidade (áreas com significado do ponto de vista ecológico, com representação no concelho e em continuidade). Por fim, houve correcções que foram introduzidas decorrentes de acertos urbanos e representação de equipamentos de interesse público que, de certa forma, influenciaram a organização espacial concelhia.

Após os estudos de caracterização física do concelho de Vale de Cambra, nomeadamente a análise e diagnóstico das componentes fisiográficas (identificação de restrições e oportunidades), e os estudos temáticos, como a geologia e os recursos hídricos, bem como através da interpretação da legislação em vigor, a qual define o conceito, âmbito e metodologia da R.E.N., concluiu-se que no concelho de Vale de Cambra é possível identificar ecossistemas fundamentais - leitos de cursos de água, zonas ameaçadas pelas cheias, áreas de máxima infiltração, albufeiras, cabeceiras das linhas de água e áreas com risco de erosão - que é necessário proteger e enquadrar com as actividades humanas.

Foi elaborada, numa primeira fase, uma carta representativa da R.E.N., tendo em consideração a carta da R.E.N. actualmente em vigor, publicada em 26 de Junho de 1996 (Resolução de Conselho de Ministros n.º94/96), mas tendo por base informação do ponto de vista da fisiografia e da orografia mais elucidativa e fiável, em função da nova informação cartográfica digital executada para a revisão do PDM. Numa segunda fase, interpretaram-se os diversos casos de acordo com as características biofísicas de uma dada área, por forma a identificar os ecossistemas da R.E.N.. Por último, elaborou-se a proposta final de Reserva Ecológica Nacional.

3.4 - Plano Rodoviário Nacional

O Plano Rodoviário Nacional, publicado através do Decreto-Lei nº 222/98, de 17 de Julho, define a rede rodoviária nacional, que é constituída pela rede nacional fundamental e pela rede nacional complementar.

Através do Plano Rodoviário Nacional em vigor (designado por PRN 2000) foram reclassificadas algumas estradas não incluídas no PRN 85 e instituída uma nova categoria viária, a das estradas regionais, as quais asseguram as comunicações públicas rodoviárias com interesse supra municipal, promovendo o fecho de malhas viárias e melhorando a acessibilidade de alguns concelhos.

O concelho de Vale de Cambra, não é atravessado por qualquer Itinerário Principal, estando a rede rodoviária nacional constituída por Estradas Nacionais e Regionais.

Relativamente aos itinerários complementares, foi através da publicação da Lei n.º 98/99, de 26 de Julho, introduzido o IC 35, que prevê a ligação entre Penafiel – Castelo de Paiva – Arouca – Vale de Cambra – Sever do Vouga e que constituirá, portanto, um eixo de ligação entre o IP4 e o IP5.

As estradas nacionais existentes no Concelho são:

- a EN 224, que assegura a ligação entre Entre-os-Rios - Castelo de Paiva – Arouca – Rossas - Vale de Cambra - Oliveira de Azeméis – Estarreja, atravessando o concelho 10 Km desta via;

- a EN 328 que permite a ligação entre Vale de Cambra – Sever do Vouga – nó de Talhadas do IP5. Esta via não estava contemplada no PRN 85 e foi reclassificada pelo PRN 2000, dado o reconhecimento da sua importância desta via como supra-concelhia.

A E.R. 227, é a estrada regional que garante a ligação entre S. João da Madeira / Vale de Cambra / Oliveira de Frades. Verifica-se que a jurisdição

desta via está subdividida, no mesmo concelho, em duas regiões distintas, nomeadamente, até o lugar do Cercal (Região Norte/IEP) e do Cercal até ao limite do concelho (Região Centro/IEP). Esta via foi desclassificada pelo PRN 2000 e 34 Km desta via atravessam o concelho.

Na perspectiva assumida pelo PRN 2000, deverão ser previstas variantes à travessia da sede de Concelho, bem como de outros centros urbanos relevantes. Estas vias virão integrar a rede rodoviária nacional, mediante protocolos a celebrar entre o Instituto de Estradas de Portugal e a Autarquia.

O afastamento das construções às vias classificadas no Plano Rodoviário Nacional está sujeito à legislação em vigor.

3.5 - Património Classificado

O Património histórico e cultural do concelho que se encontra classificado como Imóvel de Interesse Público (IIP) é:

- o Pelourinho de Macieira de Cambra, localizado no lugar da Praça, na freguesia de Macieira de Cambra, classificado por Decreto nº 23 122, Diário do Governo nº 231, de 11 de Outubro de 1933;

- o Cruzeiro de Rôge, localizado no adro da igreja de Rôge, na freguesia de Rôge, classificado por Decreto nº 37 366, Diário do Governo nº 70, de 05 de Abril de 1949;

O Património histórico e cultural do concelho que se encontra em vias de classificação é o seguinte:

- Conjunto constituído pela Ponte da Fontinha e Moinho – Paço de Mato/Rôge, despacho IPPAR de 09.08.2001;

- Ponte do Castelo – Rio Caima /Rôge, despacho IPPAR de 09.08.2001;

- Ponte Velha – Rio Caima /Padrastos, despacho IPPAR de 09.08.2001;

- Ponte de Cavalos – Rio Caima / Batalha, despacho IPPAR de 09.08.2001;

- Ponte de Coronados – Rio Caima /Entre-Pontes, despacho IPPAR de 09.08.2001.

É definida uma área envolvente de protecção aos elementos classificados pela Lei n.º107/01, de 8 de Setembro – Lei de bases do Património Português

3.6 - Património Arqueológico

O património arqueológico engloba monumentos, conjuntos ou sítios identificados com interesse arqueológico ou potencial e compreende:

- a) Mamoas;
- b) Menir;
- c) Castro;
- d) Gravuras;
- e) Necrópole.

Ao património arqueológico identificado pela Câmara Municipal é aplicada a Lei n.º107/01, de 8 de Setembro – Lei de bases do Património Português- e o Decreto-Lei nº270/99, de 15 de Julho, alterado pelo Decreto-Lei nº287/2000, de 10 de Novembro –Regulamento dos Trabalhos Arqueológicos.

3.7 - Sítio da Rede Natura

Vale de Cambra inclui no seu território parte do sitio nº PTCON0047 – Serras da Freita e Arada – inserido na Rede Natura (Zonas Especiais de Conservação) e que se encontra delimitado na carta de Condicionantes. Esta é uma área de especial importância para a ocorrência de turfeiras e outras zonas húmidas e de espécies endémicas e/ou raras em Portugal. Os habitats naturais

deste sítio, bem como as espécies de fauna e flora, encontram-se identificados na Directiva Habitats (92/43/CEE).

3.8 – Perímetro Florestal

Na serra da Freita insere-se o Perímetro Florestal da Serra da Freita, área sujeito a regime florestal parcial e criado pelo Decreto 21-09-1940, publicado em 27/09/1940, no Diário da República nº 226, 2ª série.

O Perímetro Florestal encontra-se sob administração da Direcção-Geral das Florestas.

3.9 – Oficina de Fabrico de Pólvora

A zona de segurança da oficina de fabrico de pólvora localizada no concelho encontra-se assinalada na carta de condicionantes. De acordo com o Regulamento sobre Segurança nas Instalações de Fabrico e de Armazenagem de Produtos Explosivos (D.L. nº 142/79, de 23/5), especificamente o seu artigo 11º, exteriormente aos limites da área do terreno de instalação dos edifícios de fabrico e de armazenagem de uma fábrica, oficina ou paiol permanente, deverá estabelecer-se uma Zona de Segurança, constituída por uma faixa de terreno no qual não deverão existir ou não se poderão construir quaisquer edificações, vias de comunicação ou instalações de transporte de energia, além das indispensáveis ao serviço próprio daqueles estabelecimentos.

4. SÍNTESE OPERATIVA

4.1. ELEMENTOS DE CARACTERIZAÇÃO FÍSICA

4.1.1. Caracterização Física e Recursos Naturais

O Concelho de Vale e Cambra integra-se na parte Norte do Distrito de Aveiro, possui uma área de 146,2Km² e está dividido administrativamente em nove freguesias. Situa-se a uma altitude que varia entre a cota 90, em Casal Velide junto ao rio Teixeira e os 1 050 metros, sendo caracterizado por zonas baixas de pendentes muito suave, onde predominam as culturas de regadio e incluídas, em grande parte, na área de Reserva Agrícola Nacional e por outras zonas de pendentes mais acentuadas definidas pelas serras de Lordelo, de Escaiba (515m), alto de Trancoso e serra do Trebilhadouro (800m) a Norte, serra da Freita (1050m) a Este constituindo o limite do concelho com Arouca e S. Pedro do Sul, correspondendo em grande parte a área de Reserva Ecológica Nacional, com ocupação predominantemente florestal ou silvo-pastoril e a Sul pela serra do Arestal (830m).

O concelho é caracterizado por declives acentuados, encontrando-se 73% deste acima dos 400m de altitude, apresentando 36% do concelho declives superiores a 30%.

O concelho é atravessado por três rios principais:

- Caima;
- Arões;
- Teixeira, que separa o concelho de Vale de Cambra com Oliveira de Frades.

A nível geológico o concelho está na sua totalidade contido na Meseta Ibérica, com zonas de aluvião, maioritariamente rodeadas por xistos argilosos na área de vale, correspondendo ao predomínio de granito de grão médio e xisto na zona serrana.

Do ponto de vista climático Vale de Cambra não apresenta grande amplitude térmica anual, verificando-se que os meses mais frios são os de Dezembro (1º C na estação da Serra da Freita e 4º C nas zonas mais baixas) e Fevereiro, e

o mês mais quente, onde a temperatura média máxima atinge os 29° C, o de Agosto. Quanto à precipitação, Janeiro e Março (sendo o pico neste mês) apresentam-se como os meses mais chuvosos. O período seco regista-se de Junho a Agosto. Os ventos predominantes nas zonas altas do concelho são os de SE e NW, registando-se as velocidades mais elevadas nas orientações SE em Junho e Agosto e NW nos restantes meses. Nas zonas mais baixas predominam os ventos de NW entre Outubro e Dezembro e Este nos restantes meses, registando-se as velocidades mais elevadas a Este e Nordeste.

4.2. ESTRUTURA ECONÓMICA E SOCIAL

4.2.1. Demografia

Vale de Cambra em comparação com os concelhos envolventes situa-se numa situação de transição, apresentando valores de crescimento populacional inferiores em relação ao concelho que se situa a oeste (Oliveira de Azeméis), mas claramente superiores aos registados nos concelhos localizados no quadrante Este (Oliveira de Frades, Sever do Vouga, S. Pedro do Sul).

Relativamente aos concelhos da Região de Entre Douro e Vouga constata-se que Vale de Cambra e Arouca são os concelhos com menor crescimento populacional em relação aos restantes (1,1% e 1,4%, respectivamente), ao que pode associar-se a sua localização geográfica.

Os valores de densidade demográfica reforçam o constatado relativamente à população residente.

Em 2001 o concelho apresentava uma população de 24798 habitantes. No período 1991/2001, o concelho de Vale de Cambra teve um ligeiro acréscimo de população (1,1%), sendo que desde 1960 este (1991/01) foi o período em que se assistiu a uma taxa de crescimento menor.

Em termos de dinâmica e densidade demográficas é possível diferenciar dois grupos. Um constituído pelas freguesias de Codal, Macieira de Cambra, S. Pedro de Castelões e Vila Chã, com dinâmica e densidade elevadas, ocupando 33% da superfície total do concelho e concentrando cerca de 71% da população do concelho. Neste grupo está inserida a cidade, que constitui um aglomerado distinto. Outro grupo, formado por freguesias periféricas, Arões, Cepelos, Junqueira, Rôge e Vila Cova de Perrinho, com características predominantemente rurais, apresentando dinâmica e densidade reduzidas. Dentro deste grupo podemos salientar as freguesias de Rôge e Vila Cova de Perrinho cuja densidade é a que mais se aproxima da média do concelho.

Relativamente à estrutura do povoamento podemos classificar o concelho de Vale de Cambra como sendo disperso, tendo em conta a distribuição da população por lugares, pois 27,4% da população reside em lugares com menos de 100 habitantes, 30,4% vive em lugares com 100-200 habitantes, 27,8% em lugares com 200-500 habitantes, 8,3% vive em lugares entre 500-1000 habitantes e apenas 6,1% vive em lugares com mais de 1000 habitantes, mas menor que 2000 habitantes.

Tem-se assistido a um envelhecimento da população no concelho, constatando-se que aqui, tal como no país e na região do EDV, o respectivo índice de envelhecimento tem vindo a aumentar de uma forma acentuada, encontrando-se Vale de Cambra (103.4) próximo do índice de envelhecimento do Continente (104.6) e acima do Entre Douro e Vouga (70.9). Detecta-se um duplo envelhecimento na base e no topo da pirâmide etária.

Em termos de freguesia, há a registar o facto de as freguesias do interior do concelho, nomeadamente Arões, Cepelos, Junqueira e Vila Cova de Perrinho registarem, progressivamente, valores elevados de envelhecimento, enquanto que Macieira de Cambra, Rôge, S. Pedro de Castelões e Vila Chã não apresentam parâmetros semelhantes ao do concelho. Codal é a freguesia onde

se nota o maior peso da população em idade activa em detrimento da população envelhecida.

A população dos estratos etários mais baixos diminuiu na última década, enquanto que nos grupos de 25-64 anos e 65 e mais houve um aumento do número de indivíduos.

Quanto à relação de dependência esta tem vindo a diminuir consideravelmente ao longo do tempo, de uma forma geral no EDV e no Continente, mas mais acentuadamente em Vale de Cambra. Tal facto está relacionado com o número de jovens.

Analisada a distribuição da população activa por sectores de actividade no concelho, verifica-se que predomina, em 2001, o sector secundário com 58,2% da população residente activa, seguindo-se-lhe o sector terciário com 36,0%, cabendo ao sector primário 5,8% (19.6%) em 1991. A evolução da distribuição da população activa reflecte um reforço da importância dos sectores secundário e terciário à custa de uma perda significativa de activos no primário. Esta nova situação revela um abandono das explorações agrícolas, mas também uma diminuição das situações de sub-emprego e um reforço dos sectores industriais dominantes.

A nível de freguesia constata-se que o sector secundário é predominante em todas elas. O sector terciário, apesar de não ser predominante em nenhuma freguesia, apresenta um peso significativo da população activa nas freguesias de Macieira de Cambra, S. Pedro de Castelões e Vila Chã, o que corresponde à área mais urbana do concelho.

Quanto à situação profissional dos activos, em 2001, a população residente activa a trabalhar por conta de outrem é bastante relevante no concelho (77,4%), valor que, no entanto, é idêntico à Região Entre Douro e Vouga e à Região Norte, sendo, porém, de realçar a acentuada diminuição da população

activa a exercer profissão por conta própria e o aumento da população activa por conta de outrem, em relação a 1991.

A taxa de desemprego do concelho em 1991 decresceu em relação a 1981 (de 4.6% para 3.2%), situação que se inverteu, porém, em 2001, em que esta assume um valor de 4,5%. O aumento da taxa de desemprego foi observado, também, nas unidades geográficas de comparação.

No que respeita às habilitações literárias da população verifica-se que o valor daquela com apenas o 1º ciclo do ensino básico completo é percentualmente idêntico ao da Região do Entre Douro e Vouga e Região Norte constituindo 30,0% do total da população. Por outro lado, apenas 3,3% do total da população do concelho possui habilitações ao nível da licenciatura, valor que é percentualmente inferior ao verificado no Entre Douro e Vouga, Região Norte e Continente. Houve, claramente, um aumento da qualificação da população, factor fundamental para o perspectivar de um desenvolvimento que assente nos recursos humanos, embora a taxa de analfabetismo ainda seja preocupante no concelho (10% da população).

As projecções demográficas efectuadas para o concelho devem ser vistas como uma aproximação à realidade, funcionando como base de trabalho e ponto de referência. Estas foram efectuadas mediante a utilização de dois métodos – regressão linear e taxa de juros compostos. Assim, prevê-se para 2006, no concelho, uma população que se situará entre os 25 556 e os 26 461 habitantes e, em 2011, entre 27142 e 27799 habitantes.

Os dados encontrados para a sede de concelho evidenciam a continuação do efeito polarizador desta com acréscimos entre 14,9% e 21,2% em 2011.

As projecções para as freguesias evidenciam ligeiros aumentos em todas elas à excepção de Arões que continua um percurso regressivo que urge contrariar.

4.2.2. Habitação

Os alojamentos em Vale de Cambra aumentaram 14,6% no período de 1991/2001. Os alojamentos familiares clássicos representam 99,8% do total, verificando-se a presença de 17 barracas e outros alojamentos improvisados, que correspondem a 0,2% do total de alojamentos.

Constata-se que 6,5% dos alojamentos se encontram vagos e 14,8% têm utilização sazonal, o que reflecte um provável aumento da emigração, bem como da procura do concelho para segunda habitação (de férias ou de fim-de-semana).

Em 2001, a construção de edifícios com dois pavimentos (68,8%) e um pavimento (21,1%), assume uma grande importância em termos da totalidade dos edifícios habitacionais, sendo o total de edifícios com número de pavimentos superior a dois de apenas 10,1%, concentrando-se estes, sobretudo, na freguesia de Vila Chã.

O parque habitacional é relativamente jovem, pois cerca de 65,5% dos edifícios são de construção posterior a 1970. Da totalidade dos edifícios construídos, a maior parte data do período entre 1981 a 1990 (24,4%), apesar de na década de 1991 a 2001 a construção ter, também, grande representatividade (20,7%).

De salientar o elevado valor percentual de edifícios construídos antes de 1919 na freguesia de Junqueira, o que pressupõe o envelhecimento do edificado desta freguesia.

A um aumento de 5,7% do número de famílias no concelho de Vale de Cambra, correspondeu um crescimento extremamente compensador do número de alojamentos (14,5%), o que reflecte o facto de no concelho não existir carência de habitação.

A freguesia de S. Pedro de Castelões é aquela que apresenta maior número de alojamentos e de famílias, seguida de Macieira de Cambra e de Vila Chã. Estas freguesias concentram 69,3% do número de alojamentos do concelho e 67,1% das famílias, o que está relacionado com o facto de incluírem a sede do concelho e portanto, apresentarem, características urbanas mais acentuadas sendo onde a pressão urbanística é mais acentuada.

No período de 1991 a 2001, há a destacar o facto de Macieira de Cambra, S. Pedro de Castelões e Vila Chã contribuírem em 93,6% para o aumento do número de alojamentos.

Com a elaboração do P.D.M. (1991) verificou-se que houve um aumento significativo dos pedidos de viabilidade de construção (Informações Prévias) e, igualmente, do número de processos de obras.

O regime de habitação própria é a forma dominante (85,9%).

A procura dos alojamentos para aluguer tem sido menor no concelho comparativamente com a Região Entre Douro e Vouga e Continente, preferindo a população concelhia a compra de habitação própria.

Nas freguesias de Vila Chã, Codal, Macieira de Cambra e S. Pedro de Castelões o número de alojamentos arrendados é superior à média do concelho.

Todo o concelho dispõe de rede eléctrica, embora ainda existam 0,4% de alojamentos sem electricidade.

No que respeita à água canalizada 94,7% dos alojamentos familiares dispõem desta infra-estrutura, enquanto que em 1991 apenas 79,9% se encontravam nestas condições, verificando-se que tem havido um enorme esforço de investimento nesta área.

A nível de freguesia há a salientar, pela negativa, o facto de as freguesias de Arões (14,9%), Junqueira (13,7%), Cepelos (7,3%) e Vila Cova de Perrinho (7,1%) apresentarem valores consideráveis de alojamentos familiares sem água canalizada, face aos observados no concelho.

De acordo com os Censos 2001 cerca de 95,9% de alojamentos do concelho dispunham de esgotos, sendo de referir como mais carenciadas as freguesias de Arões, Junqueira, Cepelos e Vila Cova de Perrinho pelo facto de apresentarem valores significativos de alojamentos sem esgotos.

Em termos de recolha de resíduos sólidos constata-se que o concelho de Vale de Cambra apresenta um valor relativamente baixo quando comparado com a Região Entre Douro e Vouga e Continente. A nível de freguesia há a salientar a freguesia de Cepelos em que 66,7% dos edifícios não são servidos com recolha de resíduos sólidos.

As freguesias urbanas do concelho apresentam grande dinamismo demográfico, industrial e não registam carência a nível habitacional, favorecendo a fixação da população nestas freguesias.

No concelho há 158 famílias carenciadas, ocupando a maioria um alojamento de que é proprietário. Arões regista o maior número de famílias nestas condições.

Relativamente às freguesias interiores do concelho denota-se um decréscimo populacional, apesar de o número de alojamentos se superiorizar ao número de famílias. Nestas freguesias as carências acentuam-se a nível de infra-estruturas básicas (água e esgotos), embora se verifique que houve uma melhoria substancial dos níveis de conforto na última década.

4.2.3. Agricultura e Florestas

Em Vale de Cambra as famílias agrícolas representam 16.2% do total de famílias, valor percentual que há 20 anos era de 53.5%.

A Superfície Agrícola Útil é de 11% face à superfície total do concelho e de 34.3% face à superfície total das explorações. As explorações agrícolas representam 32% da área total do concelho.

No concelho, 85.3% das explorações têm dimensão económica inferior a 4UDE, enquanto no Continente o valor correspondente é de 72.2%.

O agregado familiar representa 75% da mão-de-obra agrícola, mas trabalha a exploração maioritariamente a tempo parcial (63%), constituindo o produtor individual 24.5% dos activos da exploração.

A mão-de-obra não familiar tem muito pouca importância na exploração agrícola, representando os assalariados apenas 0.6% do total de trabalhadores na exploração.

Em Vale de Cambra, 64.7% dos produtores trabalham as suas explorações a tempo inteiro, sendo 36.4% destes mulheres; 23.0% dos produtores têm outras actividades remuneradas, trabalhando 63.8% no sector secundário e 33.9% no terciário.

Há um claro envelhecimento do produtor individual. Cerca de 60% dos produtores têm mais de 55 anos e 34.1% têm mais de 65 anos. Esta situação é idêntica à observada no EDV e no Continente.

A grande maioria dos produtores do concelho (62.1%) tem como habilitações literárias o 1º ciclo do ensino básico, verificando-se a quase ausência de produtores com formação superior agrícola.

Da mão-de-obra familiar que trabalha a exploração, 31.1% tem outras actividades remuneradas, sendo esta a principal em 99.1% dos casos, dominando o sector secundário como sector empregador de 66.7% dos activos e o terciário de 31.3%.

Apesar da família agrícola se apresentar mais qualificada, o que tem a ver também com os elementos mais jovens, que já possuem a escolaridade obrigatória, não há qualquer especialização quer ao nível do secundário, quer ao nível do politécnico superior, havendo ainda 15.8% dos elementos da família que não sabem ler nem escrever.

A mão-de-obra feminina representa 50.2% da mão-de-obra total. Desta, 54.9% trabalha na exploração a tempo completo e 46.4% a tempo parcial. Porém, dos elementos femininos que trabalham a tempo parcial a exploração, 80.7% dedica entre 75% a 100% do seu tempo à exploração agrícola.

A análise das principais culturas permanentes no concelho revela a importância da vinha presente em 99.7% das explorações e ocupando 93.5% da área. O concelho insere-se na Região Demarcada dos Vinhos Verdes.

Quanto ao efectivo animal dominam as aves e os bovinos.

A grande maioria das explorações do concelho apesar de não possuírem tractor, utilizam-no através de aluguer ou de outra forma (93.7%).

Não há qualquer exploração no concelho que pratique agricultura biológica.

Verifica-se que o recurso a subsídios no concelho tem a ver com a criação de gado e sua alimentação.

Em Vale de Cambra há 1174 explorações com matas e florestas sem culturas sob coberto representando 87% do total e 62.9% (2941 ha) de área.

Elaborada a carta do coberto florestal verifica-se que os povoamentos de pinheiro bravo são os que apresentam maior área, seguidos dos povoamentos mistos de eucalipto e pinheiro bravo. Em termos de folhosas encontra-se no concelho o castanheiro e o sobreiro, sendo o carvalho roble o mais significativo. No lugar de Folhense é possível identificar azevinho espontâneo.

No concelho há dois níveis de risco de incêndio florestal dominantes, o médio-elevado e o médio, de acordo com a carta de risco de incêndio elaborada pelo CNIG.

A parte Norte do concelho, a zona entre a Felgueira de Castelões e Janardo, onde existem povoamentos puros de eucalipto, o perímetro florestal da serra da Freita e também as áreas de maior altitude do centro do concelho (elevações da Lomba da Bosta/Carrasqueira) tem um índice de risco médio-alto. A parte central do concelho insere-se no índice de risco médio. As zonas de risco médio-baixo localizam-se na parte urbana do concelho. Existem, ainda, alguns núcleos de alto risco de incêndio na serra da Freita.

Quanto à área ardida no concelho nos últimos 10 anos verifica-se que 1995 foi um ano de pico de área ardida, registando-se outros (não tão elevados) em 1997 e 2000.

Verifica-se que o mês de Março e o mês de Agosto são aqueles que registam um maior valor acumulado de área ardida, sendo o período das 11h às 17horas aquele em que se verificam mais ocorrências, pois são as horas do dia em que as condições climatéricas são as mais propícias à ignição.

4.2.4. Indústria

Analisado o tecido industrial da Região do EDV verifica-se que nesta predomina o sector da indústria do couro e de produtos do couro (DC), seguido do sector das indústrias da madeira e de cortiça e suas obras (DD).

Vale de Cambra é o único concelho da região do EDV no qual as indústrias metalúrgicas de base e de produtos metálicos são dominantes (31,9%). Segue-se a indústria têxtil (15,2%) e a indústria da madeira e de cortiça e suas obras (13,7%), sobretudo pela sua componente madeira.

No concelho de Vale de Cambra existe apenas uma indústria extractiva (Pedreira).

No período entre 1972 e 1999 o número de empresas em Vale de Cambra aumentou 2,3 vezes.

As empresas industriais do concelho de Vale de Cambra concentram-se nas freguesias de S. Pedro de Castelões e Vila Chã, embora Macieira de Cambra e Codal apresentem valores significativos.

Observa-se neste concelho o predomínio de pequenas empresas representando 91,2% do total. A maioria das médias e grandes empresas localizam-se na freguesia de Vila Chã.

A sociedade por quotas é a forma jurídica da maior parte das empresas do concelho (59,2%). Apenas uma empresa do concelho representa a forma jurídica de cooperativa. As sociedades anónimas correspondem às grandes empresas.

Há uma clara dinâmica de criação de empresas a partir de 1981, que se acentuou na década de 90.

As freguesias de Codal, Macieira de Cambra, S. Pedro de Castelões e Vila Chã foram as mais procuradas por parte dos empresários.

Uma análise da ocupação anterior do actual empresário revela a elevada percentagem de criação de empresas por ex-empregados em empresas do mesmo ramo (32,8%) e ex-empregados em empresas de outro ramo (16,8%). Verifica-se, uma dinâmica de crescimento do tecido industrial a partir da iniciativa de trabalhadores locais que se fixam por conta própria no concelho.

Os empresários do concelho têm, na sua maioria, idade compreendida entre os 46 e 55 anos; este grupo é secundado pelo escalão etário dos 36 a 45 anos.

No que diz respeito ao nível de escolaridade dos empresários constata-se que 72% dos empresários têm formação inferior ao 10º ano. Apenas 10,4% dos empresários têm formação superior, correspondendo aos proprietários das grandes empresas.

Relativamente ao pessoal ao serviço na indústria do concelho verifica-se que a maioria trabalha em empresas sediadas na freguesia de Vila Chã, devido essencialmente ao facto de nesta freguesia se localizarem as grandes e médias empresas. As freguesias de Arões, Cepelos, Junqueira, Rôge e Vila Cova de Perrinho apresentam valores baixos do número de trabalhadores, pois aí apenas existem empresas de pequena dimensão, com um número reduzido de trabalhadores.

O sector DJ (Indústrias metalúrgicas de base e de produtos metálicos) é o que emprega o maior número de trabalhadores (48,3%), seguido do sector DK (20,8%) e DD (18,3%).

Relativamente à distribuição dos funcionários das empresas por grupos etários constata-se que é o estrato etário dos 26 a 35 anos aquele que detém maior número de indivíduos.

No que concerne ao nível de escolaridade dos funcionários constata-se que 76,5% dos funcionários têm formação inferior ao 10º ano. Apenas 6,4% dos funcionários têm habilitações literárias de nível superior. De salientar a baixa escolarização de mão-de-obra que existe no concelho (25% dos funcionários possuem apenas o 1º ciclo).

No que se relaciona com a qualificação profissional dos funcionários regista-se um claro predomínio dos operários qualificados/ encarregados/mestres, pois a mão-de-obra solicitada pelas empresas mais representativas do concelho aponta neste sentido, nomeadamente as empresas do sector metalúrgico e de produtos metálicos, da madeira e da fabricação de máquinas e equipamento que requer, nestes casos, mão-de-obra qualificada.

As compras de matérias-primas da totalidade das empresas inquiridas incidem essencialmente no resto do país, enquanto que o distrito de Aveiro apresenta-se como sendo a área destino predominante da produção das empresas.

A matriz origem/destino dos trabalhadores das empresas revela que a maioria dos trabalhadores são das freguesias de S. Pedro de Castelões e Vila Chã, sendo as freguesias de Vila Chã e Codal o destino principal dos funcionários. Os diversos fluxos provenientes de outras freguesias e concelhos revelam que haverá um atravessamento do “centro da cidade” nas horas de entrada e saída dos trabalhadores das empresas, o que se verifica pelo tráfego intenso observado neste período e que eventualmente justificará a criação de variantes.

O automóvel próprio é o meio de deslocação mais utilizado pelos funcionários das empresas inquiridas, sendo que 72,5% dos funcionários se deslocam em transporte próprio, com os consequentes efeitos no tráfego e no ambiente. De

destacar pela negativa o baixo número de funcionários que utiliza os transportes públicos.

O abastecimento de água, as telecomunicações e a energia eléctrica são as que melhor satisfazem os empresários, enquanto que o saneamento básico e a recolha de resíduos sólidos urbanos são encarados como infra-estruturas “regulares” ou “más”.

A rede viária e os transportes também foram avaliados negativamente pelos empresários, com 38.4% e 30.4%, respectivamente.

De todas as infra-estruturas avaliadas, as telecomunicações e a energia eléctrica são as que melhor satisfazem os empresários, com 41.6% e 35.2%, nomeadamente.

Relativamente aos efeitos provocados no Ambiente verifica-se que existe, já, uma pequena percentagem de indústrias sensíveis aos problemas causados no Ambiente. Em relação às emissões de ar para a atmosfera verificou-se que 85.6% respondeu que não emite substâncias. Considerando o tipo de equipamento que as empresas dispõem, observa-se que cerca de 90.0% não dispõem de incineradora. Atendendo ao tipo de indústria existente no concelho, a qual induz algum potencial poluente, serão de equacionar os efeitos negativos no Ambiente.

O abastecimento de água às indústrias do concelho faz-se, principalmente, por captação própria (58,4%), recorrendo 40% ao abastecimento público.

No que respeita ao tipo de rede de saneamento existente verifica-se que apenas 4.0% das empresas referem a posse de colector industrial e 8.8% afirmam dispor de colector unitário, o que totaliza 16 empresas. Aquelas que dispõem de colector são as de maior dimensão.

Ao nível dos efluentes, verifica-se que 34.4 % das empresas admitiram rejeitar águas residuais industriais. Em relação ao tratamento de águas residuais efectuado pelas indústrias este é mínimo, apenas 4.8% das indústrias efectuam tratamento, restando 21.6% que rejeitam o efluente para a rede de saneamento e 25.6% para a fossa séptica.

Dos resíduos produzidos, 26.4% são reciclados, 17.6% são reutilizados e 24% são rejeitados. Contudo, 14.4% das indústrias optaram por possuir mais do que um sistema de rejeição ou eliminação de resíduos sólidos.

Relativamente ao ruído, verifica-se que uma grande parte dos industriais não sabe traduzir os níveis de ruído produzidos em $dB_{(A)}$ da sua unidade industrial, nomeadamente, em 125 indústrias 88.8% não responderam a esta questão, apenas 8 (6.4%) foram identificadas pelos industriais como actividades muito ruidosas ou seja com níveis de ruído superiores a $75 dB_{(A)}$, restando 1 (0.8%) como ruidosa (75 a $65 dB_{(A)}$) e 5 (4%) como pouco ruidosas (65 a $45 dB_{(A)}$).

Quanto às medidas de redução de impacte ambiental utilizadas para mitigar os efeitos do ruído e das emissões para a atmosfera, verifica-se que 26.4% dos empresários já recorreu a medidas de redução de impacte ambiental para a atenuação ou eliminação do ruído, enquanto que para o ar, apenas 12.0% dos empresários recorreu a medidas de redução de emissão de substâncias susceptíveis de poluírem o ar.

Uma análise das áreas de investimento dos empresários nos últimos cinco anos, permitiu verificar que a principal área de intervenção é no processo produtivo, nomeadamente na aquisição de equipamento e na modernização ou ampliação das instalações, resultando um interesse no crescimento das unidades industriais, sem a preocupação de investir noutros sectores.

De acordo com as intenções de expansão da indústria e sua compatibilização com factores de localização determinante face à situação actual haverá

necessidade de disponibilizar 89 lotes industriais. Das empresas que pretendem mudar-se para outro local, a maioria prefere S. Pedro de Castelões (34%) e Vila Chã (20%) como locais de expansão para uma possível zona industrial.

4.2.5. Comércio e Serviços

No sector terciário domina, no concelho, Entre-Douro e Vouga e Região Norte o comércio por grosso e a retalho (G), seguido do sector da construção (F). Em Vale de Cambra o primeiro representa 48,8% das empresas e o segundo 20,1%.

O número de freguesias equipadas e a população servida por serviços públicos é da ordem dos 15% em Vale de Cambra, havendo uma freguesia coberta, não se tendo verificado grande alteração entre 1992 e 1998. Trata-se de serviços que têm um carácter concelhio e que se localizam na zona mais urbana do concelho.

No que respeita a outros serviços, como agência bancária, agência de seguros, agência de viagens, Vale de Cambra apresenta na maioria destes uma cobertura inferior ao Entre-Douro e Vouga e Região Norte.

Entre 1992 e 1998 aumentou, no concelho, a percentagem de população servida por supermercados e pastelaria, havendo no comércio alimentar a retalho uma cobertura superior a 50%, mas apenas atingindo os 100% o mini-mercado e a mercearia.

Em relação aos restaurantes e similares o concelho, segundo dados de 1998, está completamente coberto por estabelecimentos de bebidas e 83% de população encontra-se servida por restaurantes.

A percentagem da população do concelho de Vale de Cambra servida, em 1998, pelo serviço oculista é inferior (-24,9%) à média do Entre-Douro Vouga e Região Norte, enquanto que os serviços loja de vestuário, loja de calçado e loja de artigos fotográficos apresentam valores superiores de população servida relativamente à Região do Entre-Douro Vouga e Região Norte.

Saliente-se, porém, que as freguesias cobertas por comércio não alimentar e serviços no concelho de Vale de Cambra, são sobretudo as freguesias da parte mais poente do concelho.

No que respeita à população servida por saúde e segurança social apesar de ter aumentado a cobertura do concelho ainda está aquém da média do Entre-Douro e Vouga e da Região Norte, exceptuando-se o que respeita a farmácia e lar de idosos.

O concelho, em termos de alojamento turístico, não dispõe de qualquer hotel, estalagem, pousada, apenas sendo contabilizadas quatro pensões. Os poucos alojamentos turísticos existentes no concelho (pensões), localizam-se dois em Macieira de Cambra e dois em Vila Chã.

A população que trabalha no sector terciário representa 36% (3972 activos) de população activa do concelho, mais 6,7% do que em 1991. Destes, 59% ocupa-se em sub-sectores relacionados com a actividade económica enquanto que 41% se dedicam a actividades relacionadas com o 4.º sector.

Os dados de 2001 revelam que, em termos de ocupação por ramo de actividade é o comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis, motociclos e de bens de uso pessoal e doméstico (33,2%), o sub-sector dominante, tendo diminuído a sua importância relativamente a 1991. A saúde, educação e acção social é outro dos ramos que emprega maior número de activos do sector terciário.

No que se relaciona com os serviços públicos – repartição de finanças, cartório notarial, conservatória do registo civil, do registo predial e comercial, tribunal, posto policial, corporação de bombeiros – o concelho está dotado de todos os serviços, embora disponha de apenas uma unidade de cada. Estes serviços concentram-se, maioritariamente, na freguesia de Vila Chã.

A análise desagregada por freguesia evidencia uma concentração dos outros serviços nas freguesias de Vila Chã, Macieira de Cambra e S. Pedro de Castelões. Quanto ao comércio alimentar, a sua concentração verifica-se, também, nas freguesias onde reside a maior parte da população, apenas se registando supermercados em Macieira de Cambra, Vila Chã, e S. Pedro de Castelões, verificando-se que nas restantes freguesias o mini-mercado muitas vezes associado com café é o local de comércio por excelência, não só de bens alimentares, mas também de outros como artigos de vestuário, papelaria, etc.

Algumas freguesias do interior dispõem já de loja de vestuário (Arões, Cepelos, Rôge), de calçado (Cepelos) e de electrodomésticos (Arões, Cepelos).

A terciarização do centro da cidade, associada a uma relativa autonomia de Macieira de Cambra, contrasta com a dependência das freguesias do interior em relação à sede.

4.2.6. Turismo

O concelho de Vale de Cambra apresenta grande qualidade de paisagem e um clima ameno, assumindo a qualidade do ambiente um potencial recurso turístico.

O sector do turismo apresenta uma pequena representatividade em termos de emprego, correspondendo a 1.6% dos activos a exercer uma profissão. Em termos de alojamento turístico, o concelho dispõe de quatro pensões, distribuídas por Macieira de Cambra (2) e Vila Chã (2), encontrando-se em fase de construção uma estalagem na S^a da Saúde e outra na Quinta da Progresso, em Macieira-a-Velha. Ao nível da restauração o concelho dispõe de 44 unidades.

Vale de Cambra necessita dotar-se de estruturas de acolhimento, não só a nível do espaço rural, como no âmbito do turismo de negócios. A recuperação do património construído do concelho, quer ao nível de aldeias tradicionais, quer ao nível de casas com qualidade arquitectónica, constitui medida premente uma vez que esta propicia a implantação de unidades de Turismo em Espaço Rural, nomeadamente turismo de aldeia e turismo de habitação.

A procura de alternativas ao turismo tradicional, aliada a uma crescente valorização de áreas de elevada qualidade ambiental e de fraca densidade de ocupação conferem ao concelho de Vale de Cambra uma vantagem competitiva relativamente aos concelhos a poente. O concelho não possui, porém, uma imagem de marca que o diferencie ao nível do mercado nacional e internacional.

4.3. EDIFICADO

4.3.1. EQUIPAMENTOS

Nos últimos dez anos houve, claramente, uma aposta do Executivo Municipal na dotação do concelho de uma série de equipamentos que constituem, inegavelmente, uma qualificação da cidade e uma forma de fixação da população. Trata-se de equipamentos de cultura e lazer como a biblioteca

Municipal e o Museu Municipal, de desporto como o Pavilhão Gimnodesportivo e as Piscinas Cobertas e Descobertas, de ensino como as duas escolas EB2,3. O novo Tribunal Judicial e o novo posto da Guarda Nacional Republicana e a Estação Central de Camionagem são outros equipamentos que vieram servir recentemente a população do concelho. Por outro lado, ao nível de uma política de acompanhamento das sedes de freguesia foram construídos Centros Cívicos em Rôge, Cepelos, Macieira de Cambra e Arões, a acrescentar aos de Codal e Vila Cova de Perrinho. Vila Chã, Junqueira, S.Pedro de Castelões não dispõem de Centro Cívico mas, as duas últimas têm Centro Social e Paroquial.

4.3.1.1. Ensino

O diagnóstico do ensino no concelho foi efectuado com base na realização de um inquérito ao equipamento escolar, que teve uma cobertura de 100% das escolas.

Uma análise comparativa do número de alunos por nível de ensino entre 1991 e 2001 permitiu constatar uma diminuição nos Jardins de Infância, escolas do 1º ciclo e 2º ciclo, o que reflecte o decréscimo de indivíduos nos estratos etários mais baixos e o conseqüente envelhecimento da população. Constatou-se, por outro lado, um aumento do número de alunos que frequentam o 3º ciclo e secundário, estando tal situação relacionada com o alargamento da escolaridade obrigatória até ao 3º ciclo.

A nível de estabelecimentos de ensino foram criadas duas EB2,3 e iniciou o seu funcionamento a Escola Tecnológica.

Jardins de Infância

A população escolar que frequenta os Jardins de Infância (J.I.) diminuiu 4.6% em dez anos, tendo sido criados dois J.I., um em S. Pedro de Castelões (Baralhas) e o Complexo Escolar de Vila Chã e encerrado o J.I. de Novas, em Arões.

O rácio alunos/educadores é de 15, sendo o valor máximo permitido de 25 alunos.

Há uma distribuição heterogénea do número de crianças por freguesia, sendo as mais populosas as da parte nascente do concelho, correspondendo à zona mais urbanizadas, por consequência mais densificadas.

Há 42 professores e 37 auxiliares nos Jardins de Infância.

A tipologia das escolas da rede pré-escolar do concelho varia. Existem Complexos Escolares, outras funcionam em edifício escolar, juntamente com o 1º ciclo, outras ainda nos Centros Cívicos (caso de casal de Cepelos, Arões e Souto em V.C. de Perrinho), havendo duas escolas (Algeriz e Pinheiro Manso) que funcionam em edifícios alugados.

A maior parte das instalações ocupadas pelos J.I. são consideradas razoáveis ou más pelos inquiridos, sendo os acessos às escolas considerados maus por 30% destas.

1º Ciclo

Entre 1991 e 2001 a população escolar do 1º ciclo diminuiu em todas as freguesias do concelho (35.8%), sendo tal situação mais agravada nas freguesias do interior do concelho.

Em nenhuma situação é ultrapassado o limite de 25 alunos/turma permitido por lei.

Para uma população discente de 1109, há 96 professores a leccionar no 1º ciclo, sendo 10 de apoio pedagógico, e 50 auxiliares.

Há, no concelho, 5 escolas com menos de 5 alunos e 9 com número de alunos entre os 5 e os 10.

Todas as escolas funcionam em instalações próprias, embora 41.5% dos inquiridos refiram que apresentam insuficiência em instalações. Apenas as escolas de Agualva, Tabaçó e Vila Chã consideram ter bom estado de conservação.

Os arranjos exteriores, as instalações sanitárias e a segurança contra incêndios foram temas analisados e apresentam uma má classificação. Há 14 escolas que referem ter maus acessos.

Escolas do Ensino Básico Mediatizado

O Ensino Básico Mediatizado tem tendência para desaparecer vindo os seus alunos a integrar as Escolas Básicas 2,3 do concelho.

Em 1991/92 havia 12 escolas deste nível de ensino frequentadas por 279 alunos. Em 2001/02 a população escolar das Escolas do Ensino Básico Mediatizado (E.B.M.) era de 96 (-65.6% relativamente a 1991/92), distribuídos por 9 escolas, aí leccionando 18 professores e trabalhando 7 funcionários.

Relativamente às instalações estas são, à excepção de Tabaçó (escola de construção recente) consideradas razoáveis (3) e más (5). Os acessos são considerados razoáveis por 6 E.B.M. e bons por Arões, Casal e Junqueira.

Escolas do 2º e 3º ciclos

O concelho dispõe de duas escolas do 2º e 3º ciclos – E.B. 2,3 de Vale de Cambra, no Búzio e E.B. 2,3 das Dairas.

O número de alunos que frequentam o 2º e 3º ciclos diminuiu 21.2% em 10 anos.

Na E.B. 2,3 do Búzio há 519 alunos, 56 professores e 15 auxiliares. O rácio alunos/turma é de 22 no 2º ciclo e de 25 no 3º ciclo.

A escola entrou em funcionamento em 1994 e dispõe de 15 salas de aula. As instalações não são consideradas suficientes pelo responsável pelo Conselho Executivo, sendo apontada a necessidade de um pavilhão. Apesar da Escola não possuir terrenos para expansão há a possibilidade de cedência pela Escola Secundária.

A rede de instalações é considerada boa, sendo apenas apontado como razoável o saneamento.

Os acessos à escola são considerados razoáveis, sendo sugerida a colocação de uma rotunda frente à escola para redução de velocidade.

A população escolar da E.B. 2,3 das Dairas era de 637 alunos, 71 professores e 16 auxiliares de acção educativa em 2001.

A escola dispõe de 9 turmas, 12 do 2º ciclo e 7 do 3º ciclo. O rácio alunos/turma é de 22 alunos.

Este estabelecimento de ensino entrou em funcionamento em 1996 e possui 29 salas.

As instalações são consideradas suficientes e em bom estado de conservação. Os acessos à escola são considerados regulares.

Escola Secundária

A Escola Secundária dispunha, em 2001/02 de 1303 alunos, dos quais 433 frequentavam o 3º ciclo e 870 o ensino secundário. Do total de alunos, 152 são nocturnos. A população discente decresceu 8.2% nos últimos 10 anos.

Do ano lectivo anterior para o presente o número de alunos diminuiu de 1303 para 1197, sendo 146 nocturnos.

A escola dispõe de 151 professores, 43.7% destes residindo no concelho, e de uma psicóloga; nela exercem funções 32 funcionários não docentes.

É uma escola criada em 1974, tendo entrado em funcionamento no local actual em 1978.

A escola não possui instalações suficientes e estas encontram-se em mau estado de conservação. É apontada a necessidade de expansão que é possível pois os terrenos adjacentes são propriedade da escola.

Quanto ao estado de conservação das instalações, as caleiras, as paredes exteriores, a iluminação e o aquecimento são apreciadas negativamente.

Os acessos à escola são considerados regulares. É apontada a necessidade de melhoria da iluminação pública.

Referem, ainda, os responsáveis pela escola, que a acessibilidade à escola por parte das pessoas com mobilidade condicionada é má.

Escolas de Formação Profissional

O concelho de Vale de Cambra dispõe de três estabelecimentos de ensino onde é ministrada formação profissional – a Escola Tecnológica, o Centro de Formação Profissional da Arsopi, o Centro de Formação Profissional de Jovens da Metalúrgica Progresso e a Escola Tecnológica.

Há, também, duas empresas onde são ministradas acções de formação internas, a Vicaima e a Neorelva.

Em 2001/02 frequentavam as escolas de formação profissional do concelho 186 alunos, dos quais 48 em turmas de nível II (9º ano de escolaridade), 101 em turmas de nível III (equivalente ao 12º ano) e 37 em turmas de nível IV (frequentando estes a escola Tecnológica).

O Centro de Formação Profissional de Jovens da Metalúrgica Progresso foi criado em 1980 e dispunha de 54 alunos em 2001/02 (38.9% do concelho), e de 41 formadores. Neste Centro de Formação funcionam cursos de Torneamento, Fresagem, Caldeiraria, Soldadura, Serralharia (nível II) e Electricidade e Manutenção Industrial, Manutenção Industrial, Electrónica (nível III), estes dois últimos não em funcionamento.

O estabelecimento de ensino possui instalações próprias e encontra-se a funcionar em edifício novo com uma área de 1 500m².

O Centro de Formação Profissional da Arsopi, é propriedade da empresa Arsopi e iniciou o seu funcionamento em 1986. É frequentado por 95 alunos, 79.1% dos quais residem no concelho e nela leccionam 43 professores. Dos jovens formados neste Centro de Formação 99% são inseridos no mercado de trabalho, 90% são colocados em empresas locais e 10% noutras empresas. Aqui funcionam cursos de técnicos básicos de Metalomecânica (nível II), de Técnicos de Electrónica, de Desenho de Construção Mecânica e Técnico Intermédio de Manutenção Mecânica (nível III).

A Escola Tecnológica tem como objectivo formar quadros especializados em tecnologia mecânica para desempenharem funções nas empresas do concelho. As áreas de formação da escola tecnológica estão relacionadas, sobretudo, com a indústria dominante no concelho, ao nível da Automação Robótica e Controlo Industrial, Produção Mecânica e Tecnologia Mecânica, constituindo formação de nível IV. São leccionados, aqui, cursos tecnológicos para formação profissional com acções de formação de curta duração. Frequentam a escola 37 alunos (60% do concelho), distribuídos por 4 turmas. Leccionam na escola tecnológica 20 professores, dos quais apenas 4 são do concelho. Os alunos são todos trabalhadores estudantes, sendo 90% funcionários de empresas locais. A escola tem instalações consideradas suficientes e em bom estado de conservação, sendo apenas classificado como negativo o aquecimento.

O Reordenamento da Rede Escolar

No ano 2003/04 a rede escolar do concelho sofreu várias modificações, tendo sido constituídos dois agrupamentos verticais, integrando Jardins de Infância, Escolas do 1º ciclo e, em cada caso, uma EB2,3. Trata-se dos Agrupamentos Verticais do Búzio e das Dairas.

Por outro lado, ao nível do número de alunos e relativamente ao ano anterior, observou-se uma taxa de crescimento negativa de -4.8% nos Jardins de Infância e -5.2% no 1º ciclo, o que virá reflectir-se nos níveis de ensino seguintes. No 2º ciclo houve uma diminuição de alunos de -18.1% e no 3º ciclo e secundário de -16.7%.

Algumas escolas do 1º ciclo foram integradas – Cabanelas, Calvela, Vila Cova, Casal Velide, Paraduça, Ervedoso.

Foram, ainda, encerradas 4 escolas do Ensino Básico Mediatizado – Cabrum, Arões, Tabaçó e Janardo – sendo a tendência futura para o encerramento das E.B.M. e sua integração nas EB2,3.

Efectuada uma perspectiva de evolução do número de alunos verifica-se que no 1º ciclo este sofrerá uma progressiva diminuição, sendo as freguesias de Junqueira e Arões as mais afectadas.

Prevê-se uma taxa de crescimento negativa (-11.7%) no 1º ciclo, entre o ano de 2005/06 e 2006/07, o que se virá a reflectir nos anos seguintes nos outros níveis de ensino, situação preocupante e que reflecte o elevado índice de envelhecimento da população concelhia que urge inverter.

4.3.1.2. Saúde e Segurança Social

No concelho de Vale de Cambra existe um centro de saúde sem internamento que se localiza na freguesia de Vila Chã e que possui 3 extensões, nas freguesias de Arões, Junqueira e Macieira de Cambra.

No centro de saúde exercem a sua actividade 13 médicos, 15 enfermeiros, 18 administrativos e 10 auxiliares.

O centro de saúde possui um total de 26 400 utentes inscritos, dos quais 16000 são utentes do centro de saúde e 9 400 se distribuem pelas extensões. O número de utentes ultrapassa a população total do concelho, havendo utentes de concelhos vizinhos.

No centro de saúde funcionam consultas das seguintes valências – clínica geral, planeamento familiar, saúde materna, saúde infantil e juvenil, doenças respiratórias e tuberculose e são efectuados, também, domicílios.

O Hospital, sem qualquer utilização desde a sua construção, em 1986, funcionou como extensão do Hospital de S. João da Madeira com consultas externas a partir de 2000. Desde Maio de 2003 este tem como valências uma urgência, um bloco operatório de grande rotatividade e uma Unidade de Cuidados Continuados de Oncologia, inaugurada em Setembro.

Relativamente às farmácias, o concelho dispõe de 6, localizando-se duas delas em Vila Chã, 1 em Arões, 1 em Junqueira, 1 em Macieira de Cambra e 1 em S. Pedro de Castelões. Apenas as freguesias de Vila Chã e Macieira de Cambra dispõem de serviço de análises clínicas.

O concelho dispõe de duas clínicas privadas onde funcionam consultas de várias especialidades.

Em Vale de Cambra funciona uma delegação do Centro Regional de Segurança Social de Aveiro e uma Unidade de Inserção na Vida Activa do Instituto de Emprego e Formação Profissional.

A creche só existe na freguesia de S. Pedro de Castelões e o lar de idosos nas freguesias de S. Pedro de Castelões e Macieira de Cambra. O concelho dispõe de 2 lares de idosos (em Macieira de Cambra pertencente à Fundação Luís Bernardo de Almeida e em S. Pedro de Castelões da Santa Casa da Misericórdia).

No que diz respeito aos centros de dia, em 2003 existem 4 no concelho, repartidos pela freguesia de Arões, Cepelos, Macieira de Cambra e S. Pedro de Castelões (no Centro Social e Paroquial).

4.3.1.3. Cultura, Desporto, Recreio e Solidariedade Social

O Pavilhão Municipal localiza-se no lugar das Dairas, junto da Piscina Municipal e iniciou o seu funcionamento em Janeiro de 1999. Este equipamento é utilizado por diferentes entidades, quer particulares, quer colectividades. O número de utilizadores por semana em 2003 é de 805, dos quais 310 pertencentes a colectividades e 495 a escolas, de acordo com informação do Pavilhão Municipal.

Para além do pavilhão municipal o concelho dispõe de 4 pavilhões, dois nas escolas EB2,3 das Dairas e Secundária e dois pertencentes a Associações.

O município possui um estádio a ser utilizado pela Associação Desportiva Valecambrense.

No concelho há 7 campos de jogos pertencentes a Associações destinados à prática de futebol de 11.

A nível de polidesportivos descobertos, a Câmara Municipal dispõe de quatro. Destes, dois situam-se nas escolas EB1 de Vila Chã e de Merlães, um localiza-se na Praia Fluvial e outro em Rôge estando, estes dois últimos, cedidos a Associações.

Há, ainda, seis polidesportivos descobertos propriedade de Associações.

Em Cavião e Algeriz a Câmara Municipal possui dois polidesportivos cobertos que ainda não estão em utilização.

O concelho dispõe de Piscinas Municipais – cobertas e descobertas. A piscina coberta foi inaugurada em 1999 e a piscina descoberta em 2001.

Na piscina coberta funciona a escola de natação. O número de alunos, quer de crianças, quer de adultos que frequentam esta escola tem vindo a aumentar.

A Piscina descoberta abriu em Agosto de 2001, tendo registado esse ano 4486 entradas e no ano seguinte 6631. A piscina descoberta carece, ainda, de balneários e equipamentos de apoio cuja obra se encontra a concurso.

A Biblioteca Municipal de Vale de Cambra entrou em funcionamento em Maio de 1999, localiza-se na zona central da cidade, adjacente ao Centro de Saúde e ao lado do Tribunal Judicial, posteriormente construído.

A Biblioteca Municipal dispõe de vários serviços e tem um papel importante ao nível da informação, educação, cultura e lazer.

Desde o início do seu funcionamento a Biblioteca Municipal já foi utilizada por cerca de 541 000 leitores, sendo as crianças e os jovens seus grandes utilizadores.

O Museu Municipal de Vale de Cambra abriu ao público em 18 de Maio de 1997. As razões que estiveram na origem da criação do museu foram a salvaguarda e a preservação do património concelhio, bem como a promoção da investigação local e a sensibilização para a protecção do património.

O Museu (núcleo sede) está situado em Macieira de Cambra, vila que foi sede do concelho até 1926 e instalado no edifício dos antigos Paços do Concelho, construído em meados do séc. XIX.

Desde o início do seu funcionamento o museu tem tido uma média de 2300 visitantes/ano, incluindo visitas de grupos, sobretudo escolares.

Em Cepelos foi inaugurado recentemente o Núcleo Museológico da Casa da Tulha, situado na Casa da Tulha, que foi no passado tulha ou celeiro do Convento de Arouca para recebimento das rendas a este devidas. Este pólo museológico reúne uma série de peças relativas à metrologia em ligação com a primitiva função da casa da Tulha.

Ao nível da solidariedade social tem particular actividade a Santa Casa da Misericórdia com várias valências, creche, Actividades de Tempos Livres, Lar de Idosos, bem como a Cruz Vermelha Portuguesa, onde funciona o Centro de Acolhimento de Menores. Os Centros Sociais e Paroquiais de Cepelos e Junqueira, bem como o Lar Luís Bernardo de Almeida têm um importante papel no apoio domiciliário.

São de salientar as diversas associações do concelho como agentes dinamizadores, interventores no tecido social do concelho e promotores de actividades preservando costumes e tradições.

A equipa do PDM realizou um inquérito às Associações e Colectividades do concelho tendo como objectivo principal fazer um levantamento das suas necessidades, potencialidades e perspectivas de futuro. Este teve, em 88 Associações, 46.6% de respostas.

As sugestões apresentadas pelas Associações/Colectividades foram equacionadas no âmbito da elaboração da Carta de Ordenamento, inseridas no contexto da apreciação da participação pública no processo de elaboração do plano.

Saliente-se que a sugestão apresentada por maior número de associações se prende com a definição de mais áreas de construção. Este tipo de propostas é efectuado, sobretudo, por Associações de Promoção do Desenvolvimento. Como segundo aspecto mais referido temos os equipamentos desportivos e de lazer, estes relativos às actividades desenvolvidas pelas próprias associações. Em terceiro lugar surge a proposta de melhoria das acessibilidades .

Ao nível da segurança pública Vale de Cambra dispõe de um posto da Guarda Nacional Republicana, localizado em Macieira de Cambra, no lugar de Ramilos.

4.4. INFRA-ESTRUTURAS BÁSICAS

Abastecimento de Água e Saneamento

A dotação do concelho de rede de abastecimento de água e de rede de saneamento tem sido uma das prioridades da Autarquia.

Constata-se que 64% dos alojamentos familiares usufruem de rede de água pública; contudo, apenas 49,8% estão a utilizar esta infra-estrutura.

As freguesias de Arões, Cepelos, Junqueira e Vila Cova de Perrinho não dispõem de rede de abastecimento de água, nem rede de saneamento.

Para satisfazer eficazmente as necessidades concelhias relativas ao abastecimento de água, falta ainda projectar a:

- Cobertura da rede de abastecimento a Carvalheda, Paço de Mato, Póvoa de Chões, Agualva, Lomba, Côvo;
- Reformular a rede de abastecimento de água na cidade;
- Rede de abastecimento de água a Decide, Janardo, Gestoso, Chã.

Em termos de saneamento básico, a freguesia de Vila Chã é a que apresenta mais pedidos de ligação à rede de saneamento.

Verifica-se que as ligações à rede de saneamento estão muito aquém do número de edifícios contemplados com esgotos, pressupondo que muitos munícipes optem por continuar com o sistema de fossas sépticas ou por efectuar ligações clandestinas à rede.

O destino final dos efluentes domésticos é a ETAR (Estação de Tratamento de Águas Residuais) intermunicipal de Ossela.

No sentido de se obter uma cobertura eficaz em relação ao saneamento, falta ainda efectuar:

- Rede de drenagem de águas residuais de Rôge (núcleo central);
- Rede de drenagem de águas residuais de Cavião;
- Rede de drenagem do núcleo central das freguesias de Cepelos, Arões e Vila Cova de Perrinho;
- Rede de drenagem de águas residuais de Algeriz (parte alta), Casal de Arão, Gatão, Vilar, Viadal, Tabaçó, Junqueira de Cima e Junqueira de Baixo, Stª Cruz, Vila Nova e Póvoa de Chões;

Resíduos Sólidos Urbanos

No que diz respeito à recolha dos resíduos sólidos urbanos (RSU), constata-se que cerca de 80% dos edifícios do concelho estão abrangidos pelo sistema de recolha de RSU, sendo que esta cobertura não é total devido, essencialmente, ao fraco acesso a alguns lugares e ao isolamento dos aglomerados.

Actualmente existem no concelho de Vale de Cambra, cerca de 36 ecopontos completos, compostos por um conjunto de três contentores que recolhem separadamente o vidro, papel/cartão e as embalagens. Estes estão distribuídos em pontos estratégicos do concelho.

A curto prazo está a perspectivar-se a adjudicação do sistema de recolha e transporte de resíduos sólidos urbanos a destino final (abrange a área total do concelho) e limpeza urbana (área central urbana) a uma entidade externa ao município.

A gestão de resíduos sólidos urbanos é vista cada vez mais como uma questão a tratar com políticas e métodos específicos. As iniciativas locais continuarão a ser a principal resposta para a renovação do sistema de gestão de resíduos sólidos urbanos, graças a medidas que vão da educação ambiental, a apoios técnicos e políticos, assentes nas seguintes orientações:

- continuação do encerramento e recuperação de lixeiras existentes;
- construção de infra-estruturas de tratamento e confinamento adequado;
- dinamização da recolha selectiva e reciclagem.

Gás Natural

Em relação ao gás natural, a Lusitânia Gás procede à cobertura por completo do núcleo central de Vila Chã e parte das freguesias de S. Pedro de Castelões, Codal e Macieira de Cambra. Prevê-se que a rede de distribuição seja ampliada a curto prazo.

Rede Eléctrica

Em termos de rede eléctrica, o concelho de Vale de Cambra dispõe de uma subestação de 60/15 Kv com 40 MVA de potência instalada e 55% de utilização, que abastece um total de 124 Km de rede de média tensão (118,4 Km de rede aérea e 5,6 Km de rede subterrânea). A rede eléctrica de baixa tensão envolve um comprimento total de 402 Km (dos quais 367,5 Km do tipo aéreo e 34,8 Km do tipo subterrâneo).

A rede eléctrica concelhia, abrange todo o concelho, essencialmente, a parte ocidental, que é onde se concentram as principais actividades produtivas e administrativas. Verifica-se que 99,6% dos alojamentos no concelho dispõem de energia eléctrica.

A cobertura da rede eléctrica no concelho é de 100% nas freguesias de Codal e Vila Chã, enquanto que nas freguesias de Arões e Junqueira ainda faltam cerca de 2.0% de alojamentos para perfazer a cobertura total da freguesia. No entanto, as restantes freguesias do concelho, apesar de ainda não terem por completo a sua área territorial coberta por rede eléctrica, já possuem cerca de 99,5% dos alojamentos familiares de residência habitual com electricidade.

Rede de Telecomunicações

Vale de Cambra encontra-se totalmente servido por rede telefónica, sendo que a quase totalidade do concelho corresponde, em termos de organização geográfica da PT Comunicações SA, à rede de Vale de Cambra, grupo de redes de S. João da Madeira.

No que concerne ao nível de abrangência dos serviços de telecomunicações o concelho está 100% coberto em relação aos SFT acessos analógicos, RDIS acessos básicos, RDIS acessos primários e circuitos de dados e 68% relativamente à banda larga ADSL.

Relativamente à rede de telecomunicações da Cabovisão, a zona de abrangência corresponde principalmente à área urbana da cidade, abrangendo por completo o núcleo central de Vila Chã, e parte da freguesia de Macieira de Cambra.

4.5. AMBIENTE, PATRIMÓNIO E ARQUEOLOGIA

4.5.1. Valores Ambientais, Patrimoniais e Arqueológicos

Em Vale de Cambra, a água aparece como um elemento estruturante de toda a paisagem e o verde, associado à qualidade e fertilidade dos seus solos, nomeadamente nas zonas de vale, domina.

O concelho de Vale de Cambra é constituído por uma zona interior, com características serranas, com forte presença da água, marcando de forma intensa a paisagem, e abrangido por uma enorme cobertura de bacias hidrográficas constituindo valores ambientais intrínsecos a proteger e a potencializar.

A área serrana é delimitada a nascente e sudeste por uma cadeia montanhosa – Serras de Montemuro, Arada, Freita, atingindo declives frequentemente superiores a 25%.

Dos valores ambientais destaca-se a existência de unidades naturais com qualidade paisagística apreciável - vale do rio Caima, vale do rio Vígues, vale do rio Teixeira, vale de Vila Cova de Perrinho, Parque da S.^a da Saúde/Serra do Couto da Pedra Aguda e parte da Serra da Freita. Encontra-se, efectivamente, no concelho, todo um conjunto de áreas de grande valor ambiental, às quais é atribuída grande qualidade de paisagem e extensão de vistas.

O património monumental de Vale de Cambra embora não seja muito vasto, apresenta grande qualidade. É possível encontrar dois monumentos classificados no concelho (Imóveis de Interesse Público) – o Pelourinho de Macieira de Cambra, localizado no lugar da Praça, na freguesia de Macieira de Cambra, classificado por Decreto nº37366, de 05.04.49 e o Cruzeiro de Rôge, localizado no adro da Igreja de Rôge, classificado por Decreto nº23122, de 11.10.33. Por outro lado, o concelho dispõe de inúmeros edifícios com interesse – Casas solarengas, quintas, Igrejas e Capelas, Cruzeiros, fontes, etc – não classificadas, mas susceptíveis de o serem, estando inclusivamente em estudo pelo Instituto Português do Património Arquitectónico (IPPAR) a eventual classificação da Ponte de Cavalos, Ponte Velha de Padrastos, Conjunto da Ponte da Fontinha, Ponte do Castelo, Ponte de Coronados. Há, também, no concelho, alguns monumentos e sítios com pedido de instrução do processo de classificação, nomeadamente a Igreja Matriz de S. Pedro de

Castelões, o Castro de Chão de Carvalho, o Conjunto Megalítico da Serra do Arestal, a Mamoia de Valinho e Outeiro de Riscos.

Alguns daqueles pedidos de instrução de classificação dizem respeito, com efeito, aos valores arqueológicos. Com efeito, a protecção do património arqueológico constitui preocupação crescente. A sua inserção no ordenamento do território permite evitar a destruição de memórias que constituem uma forma de conhecer o passado.

Em 2001 foi elaborada a carta arqueológica concelhia que veio permitir ao município dispor de um documento que identifique o seu património arqueológico. Inventariaram-se, com base no trabalho produzido, os valores arqueológicos concelhios localizando-os, tipificando-os e descrevendo-os.

4.5 – Rede Viária e Transportes

Rede Viária

Vale de Cambra insere-se numa zona de transição entre o litoral e o interior, não possuindo, relativamente à rede viária nacional, qualquer itinerário principal, pelo que as ligações aos mesmos se efectuam através de estradas nacionais e regionais, nomeadamente EN224, EN328 e ER227. Estas, constituem uma estrutura radial, que não está interligada e que se encontra comprometida nos casos de atravessamento de aglomerados habitacionais e/ou industriais consolidados, bem como nos troços “urbanos” existentes na sede do Concelho.

A execução das variantes ao centro urbano, bem como do Itinerário Complementar – IC 35, poderão alterar significativamente as características da rede viária concelhia, dada a sua função primordial e, ainda, assegurar boas ligações à rede viária existente, promover a criação de novas ligações e garantir a acessibilidade em boas condições a todas as zonas do concelho e

entre estas à área central, onde se encontram o maior número de equipamentos, serviços e estabelecimentos de ensino.

A ER227 foi uma das vias desclassificadas pelo Plano Rodoviário Nacional de 2000, no entanto, a sua importância como via de interesse supra municipal não se alterou, dado que assegura a acessibilidade à zona interior/poente do concelho e ainda aos concelhos vizinhos a sudeste. Trata-se de uma via onde se verifica um elevado fluxo de tráfego, tanto de ligeiros como de pesados, justificando-se cada vez mais a criação de uma variante que promova a articulação e estruturação de toda a rede viária radial que parte do centro para norte e nascente e que, conforme já referido, não está interligada.

As vias municipais promovem as ligações entre as estradas nacionais, regional e demais caminhos e, em geral, apresentam perfil transversal reduzido e traçados sinuosos.

Estas características são ainda mais notórias nas vias locais, existentes no interior dos aglomerados e nos acessos às zonas agrícolas, onde teremos várias situações de ausência de continuidade viária ou de apenas ser possível a passagem de um veículo, pelo que o estudo para redefinir os sentidos de tráfego, nos aglomerados consolidados, poderá constituir uma das soluções para minimizar os conflitos existentes.

No âmbito do Plano Director Municipal em vigor, a rede viária apresenta a hierarquização das vias em 3 tipos de perfis, designados por vias e acessos rurais (P1), vias urbanas (P2) e vias de trânsito rápido (P3). A faixa de rodagem e existência de passeios ou bermas varia em função do tipo de perfil.

Através da gestão dos licenciamentos de obras particulares foi possível efectuar alargamentos pontuais na rede viária. No entanto, ao nível das vias locais afigurou-se mais complexa a adopção dos perfis, mesmo com reduzidas dimensões.

As obras efectuadas na rede viária concelhia, foram levadas a efeito por entidades distintas, nomeadamente, Instituto de Estradas de Portugal, Câmara Municipal e Juntas de Freguesia.

Sob responsabilidade do IEP, foi executada a variante entre Oliveira de Azeméis e Vale de Cambra, bem como obras de beneficiação ao longo da EN224, EN328 e ER227, que consistiram na rectificação pontual dos traçados, sinalização rodoviária e introdução de passeios nas zonas do concelho com aglomerados consolidados.

Os investimentos municipais, na área central, reportaram-se a novas estruturas viárias, francamente urbanas, com faixas duplas de rodagem, separador central arborizado, baías de estacionamento e passeios.

As beneficiações levadas a efeito, em rectificações das vias existentes, em melhorias dos pavimentos e pavimentação e/ou abertura de caminhos florestais.

As Juntas de Freguesia, mediante protocolos celebrados com a Autarquia, procederam a obras de pavimentação e alargamento de alguns caminhos.

Os inquéritos realizados às Juntas de Freguesia, Indústria e Ensino, permitiram reforçar a identificação dos locais mal servidos e a qualidade das vias, registando sugestões que, em geral, apontam para mais beneficiações, criação de novas vias circulares aos aglomerados consolidados e de variantes ao centro urbano.

Relativamente ao ensino, a questão mais relevante reporta-se à má sinalização das vias, na proximidade dos estabelecimentos escolares, seja pela ausência de sinais verticais, seja pelas passarelas e barras de segurança junto das saídas.

Transportes

A análise aos transportes públicos permite verificar a existência de boas ligações aos concelhos mais próximos, S. João da Madeira e Oliveira de Azeméis e aos do litoral, nomeadamente Porto e Aveiro, comparativamente com os concelhos vizinhos do interior, Arouca e Sever do Vouga, respectivamente.

Os itinerários, de 2^a a 6^a, garantem bastantes ligações ao centro do Concelho; no entanto, ressalta a disponibilidade de poucos horários e o facto de alguns apenas existirem no período escolar, agravando a situação dos lugares mais isolados.

Aos Sábados, os transportes são ainda mais escassos e alguns só existem, pontualmente, em dias de feira. Aos Domingos somente alguns itinerários exteriores garantem transportes e apenas do centro de Vale de Cambra para os concelhos vizinhos, ou seja, apenas se encontram servidos os lugares da zona mais “litoral” do concelho.

Os transportes escolares, como já referido, estão praticamente integrados na rede pública, principalmente nas deslocações para as escolas EB 2,3 e Secundária. Os circuitos municipais e especiais garantem, principalmente à população das escolas básicas e de ensino mediatizado, a deslocação residência/escola em horários mais compatíveis.

O número de viaturas, suas capacidades de lotação e o número de funcionários afectos a este serviço, devem ser reavaliados, de forma a dar resposta às solicitações, mesmo nos moldes em que se desenvolvem actualmente.

Eventualmente, poder-se-ão reduzir alguns dos circuitos especiais, nomeadamente os efectuados aos lugares de Felgueira e Formiga, na freguesia de S. Pedro de Castelões e Malhundes, na freguesia de Macieira de Cambra, em caso de aquisição de novos meios de transporte.

Os restantes circuitos especiais traduzem-se na resposta mais eficaz para a questão dos lugares isolados e do número pontual de alunos por lugar, principalmente nas freguesias de Arões (Lomba, Agualva e Côvo) e de Junqueira (Torgueira e Carvalhal).

5. ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO

No sentido de se delinearem opções estratégicas para o concelho, procedeu-se, numa primeira fase, a uma reflexão acerca da estratégia de desenvolvimento preconizada no PDM agora em revisão, procurando perceber as tendências previstas e se estas se verificaram.

Efectuou-se, posteriormente, para o concelho, um diagnóstico tendo por base os Estudos de Caracterização do Território Municipal elaborados, estabelecendo os principais eixos de desenvolvimento. Para tal, procedeu-se a uma análise SWOT, de modo a obter-se um levantamento das principais forças e fraquezas (factores endógenos) e oportunidades e ameaças (factores exógenos) no concelho. Com base nesta análise da situação existente foram definidos eixos estratégicos de intervenção, que funcionarão como quadro de referência para a apresentação das propostas.

5.1 - Análise da Estratégia delineada para o PDM/93

Delinearam-se, naquela altura, dois cenários possíveis:

Cenário 1 - estagnação/manutenção

Cenário 2 - inversão das tendências/promoção do desenvolvimento.

Assumia-se a existência de factores de dois níveis que condicionam a evolução da realidade local. Por um lado, factores exógenos, não controláveis que constroem aquela evolução. Por outro lado, factores endógenos que dependem das decisões do poder municipal. Embora podendo não ser necessariamente os mesmos há, hoje, factores de ambos os níveis que têm que ser equacionados.

Verificou-se que na última década se observaram indicadores que se relacionavam com o cenário da manutenção das tendências mas, também, outros que reflectiam ou indiciavam uma inversão.

Assim, constatou-se que houve uma estabilização demográfica (cenário 2), mas acentuou-se o desequilíbrio populacional entre a zona ocidental (mais populosa) e a oriental (mais desertificada). Verificou-se, ainda, um progressivo envelhecimento da população (cenário 1).

Apesar da abertura da economia local à concorrência externa poder evidenciar as debilidades da capacidade de competir das empresas do concelho, tal não se verificou e as empresas do concelho conseguiram dar resposta à maior competitividade estrangeira, não se tendo observado um aumento significativo do desemprego no concelho, o que contraria a estagnação do cenário 1.

Ao nível do sector agrícola houve, de facto, uma diminuição da sua importância na economia local ao que está associado o abandono dos campos, uma vez que os mais jovens se dedicam a outras actividades e os mais idosos deixam de poder trabalhar as explorações (cenário 1).

O concelho não conseguiu atrair novos investimentos da administração central com importância supra municipal, tendo-se estes concentrado em Oliveira de

Azeméis (pólo da Universidade de Aveiro), S. João da Madeira (Escola de Bombeiros) e Santa Maria da Feira (Europarque), o que era um factor fundamental ao cumprimento do cenário 2. No entanto, neste período, foi criada a Escola Tecnológica resultando da formação de uma Associação que reúne várias entidades e instituições locais e a Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, que assume alguma projecção para além do concelho.

Um diálogo intermunicipal saudável, envolvendo uma concretização de esforços, nomeadamente através da Associação de Municípios de Terras de Santa Maria permitiu obter uma força reivindicativa para os municípios a "uma só voz", nomeadamente a nível dos fundos comunitários. Preconizava-se, no cenário optimista, uma intervenção colectiva de âmbito intermunicipal, fortemente voluntarista, consubstanciada numa plataforma de diálogo local, através da criação de uma Associação de Municípios, o que veio a acontecer. Assim sendo, o diálogo dos municípios da área com a administração ganhou outra credibilidade e permitiu uma postura "reivindicativa" pela positiva, ganhando força negocial para atrair um "bloco de investimentos" coerentes, de nível intermunicipal. Houve, efectivamente, uma convergência a nível de interesses dos cinco municípios envolvidos, que se traduziu na elaboração de um programa de desenvolvimento pela Associação de Municípios e coordenada pela CCDRN, que culminou na aprovação, para a NUT III, de uma Acção Integrada de Base Territorial, vocacionada para apoiar o tecido produtivo, no âmbito do III Quadro Comunitário de Apoio. Elaboraram-se vários estudos sobre os transportes, associativismo, artesanato....cuja implementação seria fundamental.

A valorização dos recursos humanos, já iniciada nesta década, deve continuar a ser incentivada. Preconizava-se a criação de um quadro de vida favorável à fixação dos jovens e dos quadros técnicos (cenário 2), o que passava pela promoção da construção de equipamentos a nível do centro urbano. Propunha-se a valorização da sede de concelho como lugar atractivo para as populações

do concelho, eventualmente exercendo alguma polarização à custa do espaço envolvente, de modo a que a cidade de Vale de Cambra pudesse constituir uma alternativa a outros destinos. A qualificação da vida cultural da cidade seria outro factor de atracção/fixação de população. Isto veio a verificar-se com a dotação de equipamentos públicos de grande qualidade nomeadamente a Biblioteca, as Piscinas, o Pavilhão Municipal, a Estação Central de Camionagem, o Tribunal, a EB 2,3 das Dairas e a EB 2,3 de Vale de Cambra (Búzio). Ao nível das sedes de freguesia apostou-se na criação de Centros Cívicos em Arões, Rôge, Macieira de Cambra, Cepelos. Porém, estes centros cívicos necessitam ser dinamizados e rentabilizados. Esta situação veio reforçar a importância da sede de concelho não só relativamente aos concelhos vizinhos mas, também, às zonas menos atractivas do concelho. Será fundamental incentivar a realização de eventos culturais e desportivos nos novos equipamentos disponíveis.

O reforço do sector terciário constituía, também, uma das apostas no cenário optimista, o que veio a observar-se, sobretudo à custa da perda de importância do sector primário.

Por outro lado, preconizava-se a melhoria das acessibilidades ao IP1, o que veio a verificar-se a sul, pela criação da variante à EN 224 para ligação a Oliveira de Azeméis, no acesso ao IP5 tendo sido beneficiada e rectificada a EN328 e ao IC2 a qual só se veio a verificar a sul, ficando a ligação via S. João da Madeira ainda sem alternativa fluida.

A definição dos cenários de evolução para a realidade concelhia no PDM, assumia claramente a hipótese de uma visão pessimista e outra optimista. Ao longo do período de implementação do plano verificou-se que algumas das tendências pessimistas se verificaram, mas também que alguns aspectos do cenário optimista se realizaram.

A futura organização territorial em conurbações, havendo uma cisão do Agrupamento de Concelhos do Entre-Douro e Vouga e verificando-se a adesão à Área Metropolitana de Aveiro por Vale de Cambra, Oliveira de Azeméis e Arouca e ao Porto por parte de S. João da Madeira e Santa Maria da Feira trará, concerteza, consequências ao nível da postura dos municípios face ao poder central. Pretende-se manter a Associação de Municípios mas não se sabe até que ponto esta coexistência vai funcionar positivamente.

5.2 - Análise SWOT e Definição de Eixos Estratégicos

A análise apresenta-se sistematizada no quadro e resulta das principais conclusões dos estudos, onde se evidenciam:

- a importância da indústria no concelho.

A indústria transformadora ocupa 58% da população activa do concelho. Em Vale de Cambra domina a indústria metalomecânica havendo no concelho empresas exportadoras de grande dimensão, com importância nacional e que têm vindo a acompanhar e a adaptar-se às transformações do mercado mundial;

- a sua qualidade ambiental e paisagística.

Vale de Cambra é um concelho dotado de valores ambientais e unidades naturais que urge potenciar, valorizar e equipar. De facto, o ambiente constitui um dos pontos fortes do concelho;

- a concentração de equipamentos públicos fundamentais e de grande valor arquitectónico.

A biblioteca, as piscinas municipais (coberta e descoberta), o pavilhão gimnodesportivo, a Estação Central de Camionagem, o Santuário constituem equipamentos de construção muito recente e que concedem uma mais-valia à cidade;

- a presença no concelho de algum património construído com valor.

Este confere qualidade à paisagem e pode constituir atractivo para os visitantes.

Detectaram-se, porém, alguns problemas/fraquezas no concelho que se relacionam com:

- a sua baixa dinâmica demográfica e com o crescente envelhecimento da população.

Na realidade, a população do concelho quase estagnou (taxa de crescimento de 1.1%). Por outro lado, houve um estreitamento da pirâmide, quer na base, quer no topo, o que reflecte um duplo envelhecimento da população.

- a constatação de que a mão-de-obra é pouco qualificada, embora mais do que há 10 anos.

Houve, efectivamente, um aumento do nível de escolarização da população, ao que esteve associado o alargamento da escolaridade obrigatória, o crescimento de número de indivíduos com formação de nível superior e a maior oferta de formação profissional. Porém, a qualificação da população do concelho fica, ainda, aquém do observado no Agrupamento de Entre-Douro e Vouga e da média nacional.

- o facto de que, se por um lado a qualidade ambiental e paisagística sugerem um aproveitamento para turismo, se verificar, por outro, que a oferta do concelho em termos de equipamentos hoteleiros é fraca.

- a rede viária na qual se detecta, também, grande fragilidade, quer nas vias distribuidoras, quer a nível da rede viária urbana.

Trata-se da questão das acessibilidades ao interior do concelho e aos concelhos vizinhos, sobretudo a Nascente, bem como dos perfis reduzidos e má qualidade da rede capilar.

Face ao diagnóstico interno efectuado procurou-se ver no meio as oportunidades e ameaças que surgem. A nível de oportunidades o III QCA em vigor permite a obtenção de financiamentos que possam responder às debilidades e fortalecê-las. Do mesmo modo e face ao património rural e ambiental do concelho há oportunidades no sentido de estabelecer e financiar uma rede de aldeias rurais.

Há, ainda, facilidades no sentido de se promoverem as ofertas formativas ao nível do ensino profissional de forma a adequá-lo às necessidades de mão-de-obra de qualificação intermédia do concelho.

Porém, o envelhecimento generalizado da população, a ameaça da desertificação e o grande dinamismo urbano e comercial dos concelhos a poente podem constituir-se como entraves ao perspectivar de um cenário estratégico optimista.

ANÁLISE SWOT

FORÇAS	FRAQUEZAS
<p>→ concelho fortemente industrializado – “pólo” metálico” da região Norte</p> <p>→ qualidade ambiental e paisagística que lhe confere potencial turístico</p> <p>→ cidade dotada de equipamentos públicos de grande qualidade</p> <p>→ Algum património com valor</p>	<p>→ Estagnação da População</p> <p>→ Envelhecimento da população, sobretudo no interior do concelho</p> <p>→ Rede viária distribuidora de grande fragilidade e Rede viária urbana muito capilar</p> <p>→ Falta de qualificação da mão-de-obra, embora situação melhor que em 1993</p>
OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<p>→ III QCA em vigor</p> <p>→ Rede de aldeias rurais – financiamentos possíveis</p> <p>→ Ensino/formação profissional em adequação às necessidades</p>	<p>→ Envelhecimento crescente da população</p> <p>→ Desertificação do interior do concelho</p> <p>→ Grande dinâmica urbana e comercial dos concelhos a poente, sobretudo S. João da Madeira</p>

Assim, referenciaram-se uma série de eixos estratégicos nos quais é possível apostar e que devem constituir as grandes áreas de intervenção do plano de modo a inverter as tendências da última década.

EIXOS ESTRATÉGICOS

- Promoção da oferta de terrenos de localização industrial, infra-estruturados e a preços acessíveis;
- Melhoria das acessibilidades quer criando eixo Norte-Sul, quer na ligação a Nascente e aproximando concelhos vizinhos mais interiores;
- Valorização dos Recursos Humanos;
- Aproveitar o potencial turístico para contrariar a desertificação do interior através da formação de mão-de-obra para esta área e sua integração no mercado de trabalho.
- Qualificar alguns aglomerados do interior que pela sua dinâmica possam induzir aí desenvolvimento, articulando planeamento e acção social.

Assumindo-se a indústria transformadora como o sector empregador mais importante no concelho torna-se necessário dar condições aos empresários para se fixarem, manterem ou expandirem. De igual modo, uma medida que favoreça um cenário de expansão permitirá manter ou aumentar os níveis de emprego. Assim, a promoção da oferta de terrenos de localização industrial infra-estruturados e a preços acessíveis constituirá uma aposta estratégica a prosseguir.

Por seu lado, o investimento na rede viária, através da melhoria das acessibilidades à parte Nascente do concelho, mais desertificada e aos concelhos vizinhos mais interiores, facultará a fixação da população, uma sua mais rápida deslocação e a aproximação aos concelhos a Este assumindo-se Vale de Cambra como um território de transição que os ligue ao litoral.

Ao nível do interior do concelho, a aposta na qualificação de alguns aglomerados os quais pela sua dinâmica possam aí induzir desenvolvimento, numa articulação entre planeamento e acção social, constituirá vector de fixação e, se possível, atracção de população.

A valorização dos recursos humanos é outra das apostas fundamentais criando-se uma articulação formação profissional/emprego, de modo a que os sectores empregadores possam usufruir localmente de mão-de-obra mais qualificada e que esta se integre no mercado de trabalho, face a um ambiente generalizado de incerteza.

Para contrariar a desertificação do interior do concelho deverá contribuir o seu potencial turístico, assumindo-se também a formação de mão-de-obra local como uma medida de intervenção.

Enfim, perante um cenário nacional não mais favorável que o local, urge apostar nos recursos locais, potenciá-los, valorizá-los de modo a dar um salto na direcção de um futuro sólido para o concelho.

6. PROPOSTA

6.1 - Indústria

6.2 - Áreas Urbanas

6.3 - Infra-estruturas

As principais preocupações da Câmara Municipal de Vale de Cambra centram-se na infra-estruturação da zona industrial do Rossio em Vila Cova de Perrinho e da zona industrial da Calvela em Junqueira, que se encontram em implementação. Prevê-se, a curto prazo a construção do emissário da Borbolga à Varziela e, eventualmente, a extensão da rede a alguns locais do concelho, estando neste momento em construção o emissário de Vila Cova de Perrinho até Vila Chã. A longo prazo está previsto o prolongamento do emissário de S. Pedro de Castelões e a construção do emissário de Algeriz.

Na sequência do objectivo de dotar vários aglomerados do concelho de sistemas de drenagem de águas residuais obtendo uma cobertura eficaz em relação ao saneamento falta, ainda, efectuar a:

- Rede de drenagem de águas residuais de Rôge (núcleo central);
- Rede de drenagem de águas residuais de Cavião;
- Rede de drenagem do núcleo central das freguesias de Cepelos, Arões e Vila Cova de Perrinho;
- Rede de drenagem de águas residuais de Algeriz (parte alta), Casal de Arão, Gatão, Vilar, Viadal, Tabaçó, Junqueira de Cima e Junqueira de Baixo, St^a Cruz, Vila Nova e Póvoa de Chões.

O destino final dos efluentes domésticos é a ETAR (Estação de Tratamento de Águas Residuais) intermunicipal de Ossela.

Para satisfazer eficazmente as necessidades concelhias relativas ao abastecimento de água, falta ainda projectar a:

- Cobertura da rede de abastecimento a Carvalheda, Paço de Mato, Póvoa de Chões, Agualva, Lomba, Côvo;
- Reformular a rede de abastecimento de água na cidade;
- Rede de abastecimento de água a Decide, Janardo, Gestoso, Chã.

O concelho de Vale de Cambra, devido às características do relevo existente e à dispersão dos aglomerados urbanos é de difícil intervenção para uma eficaz gestão dos resíduos sólidos urbanos (RSU).

Desta forma e no sentido de dar resposta aos problemas de gestão RSU, relevam-se os seguintes pontos:

- relocalizar as actividades poluentes;
- flexibilizar os horários de recolha;
- melhorar a oferta de contentores e ecopontos;
- disciplinar a recolha de resíduos.

A Câmara Municipal adjudicou recentemente o sistema de recolha e transporte a destino final dos resíduos sólidos urbanos e a limpeza urbana na área central, a uma entidade externa ao município. A recolha de Resíduos Sólidos Urbanos será executada:

- diariamente, excluindo Domingos, na área urbana;
- 3 vezes por semana numa área intermédia, conforme assinalado em planta que consta do dossier das infra-estruturas;
- duas vezes por semana na restante área do concelho.

Há todo um trabalho de sensibilização a desenvolver junto da população de forma a dinamizar a recolha selectiva e a reciclagem. Por outro lado será de

prever o encerramento e a recuperação das lixeiras existentes, bem como a construção de infra-estruturas de tratamento e confinamento adequado.

Prevê-se a criação de um parque inter-municipal de sucatas a localizar em Santa Maria da Feira (Pigeiros) ou Oliveira de Azeméis (Carregosa).

A zona de influência do projecto de abastecimento de gás natural ao concelho de Vale de Cambra corresponde principalmente à área urbana da cidade, abrangendo por completo o núcleo central de Vila Chã, e parte das freguesias de S. Pedro de Castelões, Codal e Macieira de Cambra, sendo desejável a sua expansão às sedes de freguesia envolventes à cidade.

A cobertura da energia eléctrica no concelho é de 100% nas freguesias de Codal e Vila Chã, enquanto que nas freguesias de Arões e Junqueira ainda faltam cerca de 2.0% de alojamentos para perfazer a cobertura total da freguesia. No entanto, as restantes freguesias do concelho, apesar de ainda não terem por completo a sua área territorial coberta por rede eléctrica, já possuem cerca de 99,5% dos alojamentos familiares de residência habitual com electricidade.

A rede eléctrica concelhia, abrange todo o concelho, essencialmente, a parte ocidental, que é onde se concentram as principais actividades produtivas e administrativas. Verifica-se que 99,6% dos alojamentos no concelho dispõem de energia eléctrica.

O concelho de Vale de Cambra, de acordo com a informação solicitada à PT Comunicações SA, encontra-se totalmente servido por rede telefónica.

A PT Comunicações não prevê, a curto prazo, alterações substanciais ao nível da Arquitectura de Rede.

Com vista à modernização e flexibilidade da sua rede de telecomunicações e ao fornecimento de novos serviços, a PT Comunicações pretende alargar a cobertura ADSL e expandir a rede de fibra óptica.

6.4 - Equipamentos

Saúde

Na área da saúde o concelho apresenta uma cobertura satisfatória. A médio prazo poder-se-á prever a instalação de uma extensão do centro de saúde em Cepelos e outra em Rôge. Estas poderiam funcionar nos respectivos Centros Cívicos e, perante as necessidades e o número de utentes, seria definida a frequência de funcionamento.

A recente abertura das instalações do hospital de Vale de Cambra com as valências de um serviço de urgência, um bloco operatório de grande rotatividade e uma Unidade de Cuidados Continuados de Oncologia vem dar resposta às aspirações da população de Vale de Cambra, dado que existia um equipamento subaproveitado desde 1986.

Ensino

A caracterização da rede escolar concelhia permite-nos estabelecer algumas considerações gerais que serão, numa fase seguinte, especificadas para cada nível de ensino.

Regista-se um decréscimo da população escolar do concelho o que está associado ao envelhecimento da sua população; a população escolar diminuiu

no período de 1991 a 2001, mas este decréscimo foi mais acentuado no interior do concelho.

Por seu lado o parque escolar concelhio apresenta alguma dualidade. Assim, no âmbito do 1.º ciclo o concelho dispõe de 40 escolas, grande parte delas em mau estado de conservação e não possuindo quer equipamento didáctico, quer de apoio à prática de outras actividades que permitam aos seus alunos usufruir de uma escola de qualidade, não só a nível de infra-estruturas físicas mas, também, de âmbito pedagógico. Recorde-se que as escolas deste nível de ensino foram entregues à responsabilidade das Autarquias, sem que houvesse prévia intervenção/recuperação por parte da Administração Central, o que se traduz num “pesado” presente.

Ao longo da realização do Inquérito ao Equipamento Escolar e, porque, também era esse um dos seus objectivos, foram detectados os problemas mais graves e mais urgentes e foi-lhes dada solução imediata.

Há, no entanto, questões de fundo que urge equacionar e resolver. A primeira diz respeito ao facto de, em diversos edificios escolares funcionar o 1.º ciclo e o jardim de infância, às vezes num *hall* adaptado para o efeito. Acresce que o concelho tem várias escolas com menos de 10 alunos (Cfr. Quadro n.º 17 e quadro n.º 18; dossier ensino). Esta situação reflecte-se na aprendizagem, pois a interacção social, o relacionamento com crianças da mesma idade é fundamental e é quebrado muitas vezes pelo facto de, num nível de ensino, apenas haver um ou dois alunos (caso de Casal Velide, Lomba, Agualva, Vila Cova, Cabanelas)¹. Por outro lado, a possibilidade de a Câmara Municipal assegurar aulas de educação física e de educação musical é limitada, por não haverem equipamentos e espaços que o permitam. A concentração de alunos em algumas escolas, sobretudo no interior do concelho, parece-nos ser uma solução que permite resolver duas situações:

¹ Algumas destas escolas, entretanto, encerraram

- favorecer o relacionamento interpessoal e a dotação das escolas de um equipamento de qualidade;
- libertar alguns edifícios onde funcionam jardins de infância mais 1.º ciclo e permitir que também os jardins de infância usufruam de melhores instalações e condições.

Outra questão diz respeito às Escolas do Ensino Básico Mediatizado (EBM). Esta alternativa de ensino constituiu factor fundamental para fazer chegar às populações mais isoladas a aprendizagem. Foi de facto uma via para que a população escolar que não teria possibilidade de aceder aos centros maiores, pudesse usufruir de ensino ao nível do 2.º ciclo. Hoje, no entanto, há várias questões que já não se põem. Por um lado, a acessibilidade é mais facilitada quer pela melhoria da rede viária, quer pela existência de rede de transportes escolares. Por outro lado, e no caso concreto de Vale de Cambra, o concelho dispõe de Escolas Básicas 2,3 com capacidade de acolhimento para os alunos das EBM e onde será possível haver melhores condições de aprendizagem para os alunos. A tendência ao nível do sistema de ensino Português evolui no sentido do desaparecimento desta tipologia de ensino.

As EBM partilham, em alguns casos, com o 1.º ciclo o edifício escolar o que, com a sua extinção, virá também deixar livres espaços quer para o 1.º ciclo, quer para os Jardins de Infância.

Quanto às escolas EB 2,3, estas são de construção recente e apresentam como necessidade urgente um pavilhão gimnodesportivo, cuja construção está já a ser levada a cabo na EB 2,3 das Dairas.

O ensino técnico-profissional está, por sua vez, direccionado para a indústria local dominante que é também a potencial empregadora dos jovens alunos. As escolas profissionais do concelho pertencem a empresas privadas e apresentam boas condições de ensino/aprendizagem, o mesmo se verificando com a Escola Tecnológica.

Apresentaremos proposta relativamente aos vários níveis de ensino, por Freguesia (Quadro n.º 1).

Jardins de Infância

Face à análise efectuada que procurou ser exaustiva e cobrir todos os níveis de ensino, iremos proceder à definição de algumas propostas que serão de considerar como fundamentais para qualificar o ensino no concelho e, nomeadamente, os equipamentos respectivos. Será de equacionar a construção de novos Jardins de infância nos casos em que estes funcionam actualmente em edifícios escolares que foram adaptados para incluírem os Jardins de Infância. Uma vez constituído novo Jardim de Infância é possível beneficiar a escola básica e dar-lhe melhores condições.

Efectuaremos uma análise das necessidades por freguesia, apresentando os Jardins de Infância a criar e as beneficiações necessárias.

As obras de beneficiação dizem respeito a:

- pintura exterior e interior;
- arranjo do pavimento;
- melhoria de instalações sanitárias;
- caixilharia;
- drenagem de águas pluviais.

Assim, seriam construídos os seguintes novos Jardins de Infância:

- Escola sede Vale de Cambra (Vila Chã);
- Praça (Macieira de Cambra);
- Covo (já disponível terreno anexo à escola)
- Codal (o que deverá ser em integração com a nova escola do 1.º ciclo do ensino básico, criando um complexo escolar);

- Algeriz (já construído em 2004);
- Rôge;
- Casal;
- Arões (em caso de integração de Ervedoso e Souto Mau)

Jardins de Infância que precisam de melhorias:

S. Pedro de Castelões

- Pinheiro Manso – único Jardim de Infância que está instalado em casa alugada;
- Cavião – obras no recreio

Vila Chã

- Lordelo (está implantado actualmente na escola primária antiga; já beneficiado)

Em Rôge, numa 1.^a fase, deverão manter-se os Jardins de Infância nos respectivos locais:

- o de Sandiães está renovado;
- o de Rôge funciona numa sala do 1.º ciclo;
- o de Fuste necessita melhorar o recreio e as instalações sanitárias.

Numa 2.^a fase, será necessário construir um Jardim de Infância em Rôge, junto da escola primária. O Jardim de Infância (novo) já teria condições para receber a população de Fuste e Sandiães.

Em Macieira de Cambra:

- construir novo Jardim de Infância na Praça;
- Santa Cruz, arranjo do recreio, mobiliário urbano;
- Pintalhos, melhoramentos;

Em Junqueira:

- Junqueira – melhor acesso ao Jardim de Infância;
- Cabanes – o Jardim de Infância funciona numa ampliação da escola básica do 1.º ciclo; a EBM funciona numa das salas do 1.º ciclo. Integrando a EBM numa escola EB 2,3 o Jardim de Infância poderá vir a ocupar a sala da EBM.

Em Codal:

É necessário construir um complexo escolar.

Em Cepelos:

- Vilar e Merlães – obras de beneficiação;
- O Jardim de Infância de Casal necessita, também, de outras condições. Este funciona no Centro Cívico não dispendo de instalações sanitárias independentes deste e tem umas escadas de acesso exterior muito íngremes;
- Irijó - qualificar o recreio.

Na perspectiva de criação de uma EB1,JI em Casal ter-se-ia que construir uma escola de raiz e a escola actual poderia ser adaptada a sede de Associações/Colectividades.

Em Arões:

- Ervedoso (6 alunos) e Souto Mau (3 alunos) são Jardins de Infância que necessitariam de obras de beneficiação. No entanto, o mais adequado seria integrar estes alunos no Jardim de Infância de Arões efectuando, aqui, algumas obras de beneficiação, já que a concentração levará à necessidade de mais uma sala ou a construção de um novo Jardim de Infância. Esta integração acabou por ser efectuada em 2003/04, não tendo porém sido efectuadas as beneficiações necessárias.

Em Vila Chã:

- Lordelo – melhores acessos exteriores e recreio;

- Vale de Cambra – novo Jardim de Infância.

Escolas do 1.º Ciclo

Deverão ser construídas novas escolas do 1.º ciclo, em complexo escolar em:

- Codal;
- Vale de Cambra;
- Casal.

Em Cepelos:

Melhorias nas escolas do 1.º ciclo do ensino básico de:

- Merlães – beneficiações pontuais;
- Irijó e Vilar no recreio.

Em Junqueira:

- Beneficiar a escola e recreio em Cabanes e integrar nesta os alunos da Chã. Actualmente temos 30 alunos e no próximo ano lectivo perpectivam-se 27.
- Integrar Vila Cova e Calvela em Junqueira (o que foi efectuado numa primeira fase em 2003/04). Numa 2.ª fase concentrar tudo em Junqueira, melhorando a escola. Actualmente tem 28 alunos e no próximo ano lectivo prevêem-se 30. O Centro Social pode fornecer as refeições.

Em Arões:

- Souto Mau deverá concentrar alunos de Agualva e Lomba (?), Casal Velide, Ervedoso e Paraduça. Em 2001/02 tínhamos 36 alunos, em 2002/03 temos 33 alunos no total destas escolas. Para o ano lectivo 2003/04 previa-se:

- Ervedoso – 7 alunos (mantêm-se);
- Souto Mau – 12 alunos (perde 2);
- Paraduça – 3 alunos (perde 3);
- Casal Velide – 0 alunos (perde 2);
- Lomba – 2 alunos (mantém);
- Aqualva – 1 aluno (sai 1).

Dispomos de 25 alunos o que seria distribuído por duas salas. Encerrando o Jardim de Infância de Souto Mau, poder-se-ia rentabilizar o respectivo espaço para a escola, numa 1.^a fase.

Em 2003/04 os Jardins de Infância de Ervedoso e Paraduça forma integrados em Arões e o de Casal Velide em Souto Mau.

- Arões – concentrar os alunos de Novas, Cabrum e Arões – o que se traduz actualmente (2002/03) em 44 alunos e é o que se perspectiva para 2003/04. Efectuar beneficiação na escola, sobretudo a nível de instalações sanitárias e arranjos exteriores.

Em Vila Chã:

- Nova escola sede;
- Melhorar os arranjos exteriores em Lordelo, o que foi entretanto efectuado;
- Melhorar o acesso à escola de Vila Chã.

O Plano de Urbanização de Expansão Nascente prevê novos Paços do Concelho no local onde está implantada a escola sede, sem dar indicação de localização para nova escola.

Em Vila Cova de Perrinho:

- Recuperar a escola de Vila Cova de Perrinho, uma vez que constitui a única escola da freguesia.

Em Codal:

Nova escola do 1.º ciclo e Jardim de Infância em Complexo Escolar.

Em S. Pedro de Castelões:

- Areias – arranjos exteriores, obras em curso;
- Cavião – uma vez saindo a EBM libertam-se espaços para Jardim de Infância e 1.º ciclo. Necessita de obras de beneficiação no recreio;
- Pinheiro Manso e Baralhas já foram objecto de beneficiação. No 1.º caso no edifício, no 2.º a nível de arranjos exteriores;
- Covo – O Jardim de Infância vai ser construído em terreno contíguo à escola ficando melhores condições para o 1.º ciclo. Novo acesso à escola;
- Macinhata – necessita de obras de beneficiação pois encontra-se em muito más condições;
- A escola de Janardo foi já objecto de obras de beneficiação.

Em Macieira de Cambra:

- Algeriz foram efectuadas obras de beneficiação e está a ser construído o Jardim de Infância, sendo também objectivo da Câmara Municipal melhorar o espaço exterior;
- A escola de Cabanelas deveria ser integrada na escola da Praça, pois apresenta muito más condições, o que veio já a acontecer em 2003/04.

São necessárias beneficiações, nas seguintes escolas do 1.º Ciclo do Ensino Básico:

- Pintalhos;
- Praça – quando construído novo Jardim de Infância;
- Ramilos e Santa Cruz já foram objecto de melhorias, necessitando ainda de equipamentos a nível do recreio exterior.

Em Rôge:

As escolas de Paço de Mato e de Sandiães tiveram obras de beneficiação. Numa 1.^a fase Paço de Mato poderá manter os seus alunos e mais tarde poderá ser integrada em Rôge. Uma vez liberta do Jardim de Infância a escola de Rôge sofrendo beneficiações, poderá reter os alunos das outras escolas da freguesia.

Ensino Básico Mediatizado

No que concerne às EBM, a tendência será os seus alunos virem a integrar as Escolas Básicas 2,3 do concelho. Há três EBM que funcionam num pavilhão pré-fabricado em más condições – Cabrum, Souto Mau e Janardo e que deveriam ser demolidos. Cavião (12 alunos), Arões (3 alunos) e Janardo (6 alunos) poderão ser integradas já numa 1.^a fase na EB 2,3 das Dairas. Numa 2.^a fase, e continuando no processo de extinção do ensino Básico Mediatizado as EBM de Junqueira, Casal, Tabaçó, Souto Mau, Cabrum e Cabanes deverão sofrer integração.

Em 2003/04 acabaram por ser integradas as EBM de Cabrum e Tabaçó em Casal, a de Janardo em Souto Mau e a de Cabanes em Junqueira.

Assim, da análise efectuada constata-se que em Arões e Junqueira há, claramente, uma necessidade de concentração das escolas do 1.º ciclo. Arões terá em 2002/03, 62 alunos e Junqueira 53 alunos no 1.º ciclo.

Relativamente ao Jardim de Infância o mais adequado seria integrá-lo num único em Arões, o que veio a acontecer em 2003/04. Assumindo que o número de crianças se manteria, este Jardim de Infância teria 27 alunos em Arões e 28

em Junqueira caso integrasse o Jardim de Infância de Cabanes (13 alunos). Parece-nos, no entanto, que uma vez integrada na EB 2,3 a EBM de Cabanes, o Jardim de Infância viria a ocupar a respectiva sala e escola do 1.º Ciclo do Ensino Básico, o que já se verifica em 2003/04.

Equacionou-se a possibilidade de integrar num só Jardim de Infância Arões/Junqueira as crianças deste nível. Coloca-se a questão de ao nível do transporte escolar o percurso ser muito longo e obrigar crianças com três e quatro anos a levantarem-se muito cedo.

A população escolar da EB 1 de Arões/Junqueira será de 115 alunos do 1.º Ciclo do Ensino Básico. Caso integrasse o Jardim de Infância seria de 55 alunos neste nível.

Em Rôge torna-se, também, fundamental beneficiar a escola do 1.º ciclo do ensino básico que reunirá os alunos de Fuste, Paço de Mato, Rôge e Sandiães o que totalizaria 53 alunos.

No Jardim de Infância, assumindo que se irá manter o número de alunos neste nível, este terá 43 alunos.

A beneficiação da escola do 1º ciclo pressupõe a sua ampliação adquirindo os terrenos adjacentes, para construir um complexo escolar, que integraria cerca de 100 alunos (53 no 1.º ciclo e 43 no Jardim de Infância). Esta é uma perspectiva para o período de vigência do P.D.M. (próximos 10 anos).

Em Casal haverá, também, necessidade de edificar uma escola EB1,JI para uma população do 1.º ciclo de 56 alunos, mantendo-se o número actual, de 42 alunos do J.I.

Quanto ao 2.º ciclo, os alunos da EB 1 de Rôge seriam encaminhados para uma das EB 2,3 de Vale de Cambra (Dairas ou Búzio). Por seu lado, as EBM seriam integradas naquelas escolas.

Em conclusão será necessário:

- Edificar um JI em Rôge, em terrenos adjacentes à escola do 1º ciclo e beneficiar esta escola, para uma população escolar de 96 alunos;
- Edificar uma EB1,JI em Casal para uma população escolar de 98 alunos;
- Em Arões concentrar alunos dos Jardins de Infância da freguesia (27 alunos);
- Em Junqueira uma vez liberta a escola do 1.º ciclo da EBM de Cabanes acrescentando a possibilidade de construir uma nova EB1, poder-se-á manter aí o Jardim de Infância e fazer o mesmo em Junqueira;
- Edificar a EB1 Arões/Junqueira que reunirá os alunos do 1.º ciclo de Arões e de Junqueira, com 115 alunos.

EB 2.º e 3.º Ciclos

Para as escolas do 2.º ciclo afiguram-se-nos duas alternativas:

1. Construir em Arões/Junqueira uma EB 1,2 com 115 alunos mais alunos de Arões e Junqueira do 2.º ciclo (60 alunos) para 2003/04 – o que permitirá prever uma escola para 175 alunos.

Uma vez integrando o Jardim de Infância, passaria a ser uma escola para 230 alunos.

2. Construir em Cepelos uma EB1,2JI, no lugar de Casal que integraria os alunos dos Jardins de Infância e 1.º ciclo da freguesia de Cepelos (98 alunos do JI mais 1.º ciclo), mais os alunos de Arões (29 alunos),

Junqueira (23 alunos) e Cepelos (37 alunos) do 2.º ciclo. A população desta escola seria de 187 alunos.

É assumida pela Câmara Municipal e pela Direcção Regional de Educação do Norte (DREN) a intenção de construir a EB1,2JI Arões/Junqueira em Vila Cova, ou seja, a 1.ª hipótese.

No que concerne ao 2.º e 3.º ciclos as escolas são de construção recente, sendo a necessidade mais premente dotá-las de um pavilhão gimnodesportivo o que poderá ser efectuado no próprio espaço da escola.

Ensino Secundário e Técnico – Profissional

A Escola Secundária apresenta uma elevada população escolar e instalações com todos os equipamentos necessários; sofreu, no entanto, várias alterações ao projecto inicial o que poderá colocar questões do ponto de vista de segurança, que urge definir internamente. Do ponto de vista da qualidade do edifício este necessitaria de algumas obras de conservação da responsabilidade da DREN.

Ao nível do ensino técnico-profissional parece-nos que seria de equacionar o fomento de formação profissional ao nível turístico/hoteleiro, se houver, por outro lado, intenção de se efectuar uma aposta no turismo, sobretudo no turismo rural do interior. Por outro lado, a Câmara Municipal procede, actualmente, à sua certificação como entidade formadora podendo funcionar, em alternativa, como promotora deste tipo de formação.

Quadro n.º 1 - Proposta para os Jardins de Infância, 1.º Ciclo e EBM do concelho

Freguesia	Jardins de Infância	1.º Ciclo	EBM
Arões	Arões	Arões	Arões E1
		Cabrum B	Cabrum E2
		Casal Velide A	
	Souto Mau	Souto Mau	Souto Mau E2
	Ervedoso	Ervedoso A	
		Lomba A	
		Agualva A	
		Novas B	
	Paraduça A		
Cepelos	Casal	Casal	Casal E2
	Merlães	Merlães	
	Irijó	Irijó	
	Tabaçó	Tabaçó	Tabaçó E2
	Vilar	Vilar	
Codal	Codal	Codal	
Junqueira	Cabanes	Cabanes	Cabanes E2
		Chã	
		Calvela	
	Junqueira	Junqueira	Junqueira E2
		Vila Cova	
Macieira de Cambra	Algeriz	Algeriz	
		Cabanelas C	
	Pintalhos	Pintalhos	
	Praça	Praça	
	Ramilos	Ramilos	
	Santa Cruz	Santa Cruz	
Rôge	Fuste	Fuste	
		Paço de Mato	
	Rôge	Rôge	
	Sandiães	Sandiães	
S. Pedro de Castelões	Areias	Areias	
	Cavião	Cavião	Cavião E1
	Pinheiro Manso	Pinheiro Manso	
	Baralhas	Baralhas	

Quadro n.º 2 - Proposta para os Jardins de Infância, 1.º Ciclo e EBM do concelho (continuação)

Freguesia	Jardins de Infância	1.º Ciclo	EBM
S. Pedro de Castelões	Covo	Covo	
	Janardo	Janardo	Janardo E1
	Macinhata	Macinhata	
Vila Chã	Lordelo	Lordelo	
	Vale de Cambra	Vale de Cambra	
	Vila Chã	Vila Chã	
V.C. Perrinho	Souto	Souto	

	Novos
	Melhorias
	Encerrar
	Melhorias no recreio e/ou acessos

A	- integrar em Souto Mau
B	- integrar em Arões
C	- integrar na Praça
E	- integrar numa EB 2,3
1	(fase1)
-	

Desporto, Recreio, Cultura e Lazer

O levantamento das necessidades de equipamentos foi efectuado tendo por base as sugestões das Juntas de Freguesia apontadas por estas em reuniões de gabinete e discutidas em sessão pública de apresentação de propostas do PDM realizadas em cada uma das freguesias.

Constatou-se que, na última década, houve um reforço de equipamentos na cidade o que evidencia uma cobertura satisfatória e de qualidade tanto de equipamentos de carácter cultural como desportivo e recreativo. Por outro lado, ao nível das diferentes freguesias houve uma aposta da Câmara Municipal na sua dotação de centros cívicos e de espaços desportivos. Trata-se, agora, da necessidade de rentabilização destes espaços pela sua fruição por parte dos residentes, através do estabelecimento de protocolos com as diversas associações existentes e eventual qualificação de alguns equipamentos desportivos.

Procurar-se-ão enunciar os equipamentos que se propõem para as diferentes freguesias, ressaltando que outros haverá ou poderão surgir, cabendo a sua localização em solo urbano.

Assim:

- Em Arões prevê-se um reforço da zona de equipamento no centro da freguesia. Esta poderá acolher o núcleo escolar, uma praça pública e um espaço cultural com biblioteca. Será de equacionar, ainda, a construção de um equipamento desportivo.

- Em Codal propõe-se a criação do Complexo Escolar de Codal junto ao Parque dos Lagos. Este deverá ser reforçado com a construção de um eco-museu e com uma mini-biblioteca que poderá, eventualmente, utilizar

espaço já disponível no parque já existente. Em área adjacente será importante efectuar um reforço do equipamento desportivo para apoio ao complexo escolar (o que também é proposto).

Ainda em Codal, torna-se fundamental qualificar o espaço envolvente à Sr^a da Graça e o miradouro das sete cidades que apresenta uma extensão e qualidade de vistas que constituiriam um atractivo para potenciais visitantes.

Prevê-se, também, em Codal uma zona de ampliação do cemitério junto ao actual.

- Em Cepelos, propõe-se uma zona de equipamento junto da Igreja, na sua proximidade um parque de lazer e, ainda, a ampliação do cemitério. A nível desportivo será de efectuar melhoramentos nos polidesportivos de Merlães e Tabaçó.

Na Póvoa dos Chões o aproveitamento de uma pequena represa existente poderá conferir maior potencial turístico e a ligação deste lugar à serra da Freita, recentemente pavimentada, poderá valorizá-lo como integrante do roteiro do património ambiental do concelho e, eventualmente, poderá ser útil do ponto de vista do abastecimento de água.

- Em Junqueira prevê-se um alargamento da área de equipamento junto do Centro Social existente, para eventual construção do Lar da 3^a idade. Perspectiva-se, ainda, uma ampliação do cemitério, junto do actual.

Pretende-se criar um museu do ensino na antiga escola de Vila Cova. Trata-se de uma escola pequena, que encerrou por falta de alunos, pertencente ao plano centenário e que apresenta uma localização estratégica para o efeito, junto à ER227 e próximo da EB1,2 a criar (como evidenciado nas propostas do ensino). Esta escola deverá incluir um pavilhão que possa dar resposta quer às suas necessidades quer, ainda, ser utilizado pelas Associações desportivas das freguesias de Junqueira e de Arões.

Em Junqueira perspectiva-se, também, a criação de dois parques de lazer, com projecto já elaborado, um deles junto da Igreja com projecto da responsabilidade do GAT e outro junto à escola do 1º ciclo e que pode ser utilizado para espectáculos ao ar livre, nomeadamente pela Banda de Música.

- Em Macieira de Cambra prevê-se a criação de um parque urbano, previsto também em Plano de Urbanização.

Prevê-se, ainda, a criação de uma área de lazer em Padrastos. Esta área, juntamente com a barragem Duarte Pacheco e as construções existentes poderão ser alvo de uma Unidade Operativa de Planeamento e Gestão (UOPG) para qualificação paisagística e aproveitamento para recreio e lazer.

Na Raposeira propõe-se a construção de um pavilhão gimnodesportivo, com projecto já em curso pelos serviços técnicos da Câmara Municipal.

Será efectuada uma reserva do espaço de equipamento junto à EB2,3 do Búzio, para sede da Academia de Música.

- Em Rôge pretende-se centralizar equipamentos junto ao centro cívico, reservando uma bolsa nesta área.

Será de prever um parque de lazer em Fuste com um pequeno açude.

- Em S. Pedro de Castelões propõe-se um reforço da zona de equipamento junto ao Centro Social, onde já se localiza a praça e a creche.

Será criada outra bolsa de equipamentos, na continuidade do cemitério, na direcção da praia fluvial.

- Em Vila Chã pretende-se criar uma zona de equipamento junto à igreja e próximo do rio, para Centro Cívico, capela mortuária, parque de estacionamento.

Junto ao Complexo Escolar de Vila Chã poder-se-á criar um pavilhão que dê apoio à escola e que venha reforçar o equipamento desportivo da freguesia.

- Em Vila Cova de Perrinho, pretende-se a criação de uma zona de equipamento para nova igreja e Centro social, junto ao Rossio.

O projecto da Zona Industrial do Rossio engloba, também, uma zona de equipamento que poderá ser para creche, restauração ou outros.

Na zona do Pisão dos Lagos onde se encontram já recuperados os moinhos e há um espaço de lazer prevê-se a criação do museu agrícola.

Pretende-se o reforço do núcleo envolvente ao C. Social.

Por outro lado, será de qualificar o equipamento desportivo existente.

6.5 – Rede Viária

Hierarquia Viária

No âmbito da revisão do PDM e após um estudo de caracterização da rede viária concelhia, verifica-se que, apesar de genericamente adequados, os perfis viários existentes apresentam uma diversidade de variações, que permitem propor uma nova estrutura de hierarquização e classificação.

Assim, propõe-se que a rede viária apresente três tipos de perfis, designados por vias distribuidoras, urbanas e locais, com variações para cada um dos mesmos e que sejam identificados por:

P1 – Vias Distribuidoras

- 1.^a Ordem – P1 A
- 2.^a Ordem – P1 B
- 3.^a Ordem – P1 C

P2 – Vias Urbanas

- 1.^a Ordem – P2 A
- 2.^a Ordem – P2 B
- 3.^a Ordem – P2 C

P3 – Vias Locais

- Urbanas ou Rurais – P3 A
- Florestais – P3 B

A designação utilizada no PDM em vigor, ou seja, tipo P1, P2 e P3 mantêm-se; no entanto, a hierarquização é invertida, relativamente aos perfis do tipo P1 e P3, de forma a permitir uma avaliação por ordem de grandeza compatível com a ordem crescente da numeração.

A rede viária encontra-se igualmente identificada por existente ou proposta, estando representada na cartografia por cores e espessuras diferentes, em função do tipo de perfil e da largura da faixa de rodagem.

As vias distribuidoras, perfil tipo P1, asseguram as ligações para o exterior e no interior do concelho. Englobam vias do Plano Rodoviário Nacional, nomeadamente as estradas nacionais, EN224 e EN 328, e regional ER227, e ainda as principais estradas municipais.

As vias urbanas, perfil tipo P2, constituem os eixos viários onde, em geral, será sempre de se admitir construção.

As vias locais, tipo P3, estão eminentemente destinadas a promover o acesso no interior dos aglomerados e destes para as zonas agrícolas e florestais.

Relativamente às subclasses agora introduzidas, estas foram definidas em função da largura da faixa de rodagem, da existência de bermas, passeios ou estacionamento, bem como da admissão ou não de construções. As características e condicionantes propostas para cada um dos perfis encontram-se identificados no Quadro nº 1, cujos critérios em resumo são os seguintes:

PERFIL TIPO P1- Vias distribuidoras

- P1 A - vias com uma ou duas faixas de rodagem, preferencialmente com 7.50 m de largura, destinadas a assegurar condições de circulação estáveis, não sendo permitido a criação de novos acessos privados nem construção;
- P1 B - vias com faixa de rodagem, preferencialmente com 7.00m de largura. Integram as vias previstas no Plano Rodoviário Nacional (EN224, EN 328, ER227). Excepcionalmente, admitem construções e passeios em situação de remate e de acerto, conforme definido na planta de ordenamento;
- P1 C - vias com faixa de rodagem, preferencialmente com 5.00m de largura. Asseguram as ligações entre aglomerados. Excepcionalmente, admitem construções e passeios em situação de remate e de acerto, conforme definido na planta de ordenamento.

PERFIL TIPO P2 – Vias Urbanas

- P2 A - vias com duas faixas de rodagem, preferencialmente com 7.00 m de largura e passeios, podendo admitir separador central, baía de estacionamento ou zonas arborizadas;
- P2 B - vias com faixa de rodagem, preferencialmente com 7.00 m de largura e passeios, podendo admitir baía de estacionamento ou zonas arborizadas;
- P2 C - vias com faixa de rodagem, preferencialmente com 5.00m de largura e passeios, podendo admitir baía de estacionamento, bem como passeios em situação de remate e de acerto.

PERFIL TIPO P3 – Vias Locais

- P3 A - vias com faixa de rodagem, preferencialmente com 5.00m de largura, podendo admitir uma faixa mínima de 3.00 m de largura, passeios em situação de remate e de acerto;

P3 B - vias com faixa de rodagem, preferencialmente com 6.00 m de largura. Constituem os acessos aos espaços florestais e não admitem construções.

Quadro n.º 3- Hierarquia Viária - Revisão do Plano Director Municipal

designação	tipologia	perfil	Perfil tipo	Faixa de rodagem	bermas	construção	passeios	afastamento	estacionamento
P1 Vias Distribuidoras	1ª ordem	P1 A	3.25 + 7.50 + 3.25	7.50 (1)	3.25	Não admite	Não admite	Não admite	Não admite
	2ª ordem	P1 B	2.25 + 7.00 + 2.25	7.00 (1)	2.25	Admite (2)	Admite (3)	Admite (4)	Não admite
	3ª ordem	P1 C	1.00 + 5.00 + 1.00	5.00	1.00	Admite (2)	Admite (3)	Admite (4)	Não admite
P2 Vias Urbanas	1ª ordem	P2 A	v + 2.25 + 7 + s + 7 + 2.25 + v	7.00+s+7.00	Inexistente	Admite	2.25 (5/6)	Admite (4)	Admite (7)
	2ª ordem	P2 B	v + 2.25 + 7.00 + 2.25 + v	7.00	Inexistente	Admite	2.25 (5/6)	Admite (4)	Admite (7)
	3ª ordem	P2 C	Variável +1.50 + 5.00 + 1.50+variável	5.00	Inexistente	Admite	1.50 (3)	Admite (4)	Admite (7)
P3 Vias Locais	Urbanas ou Rurais	P3 A	5.00	5.00 (8)	Inexistente	Admite	Admite (3)	Admite (4)	Inexistente
	Florestais	P3 B	0.5 + 4.00 / 6.00 + 0.5	4.00/6.00	0.50	Não admite	Não admite	Não admite	Não admite

Fonte: VALE DE CAMBRA, Câmara Municipal / P.D.M.

1. faixa de rodagem com 3.00m para veículos lentos
2. excepcionalmente, é de admitir conforme zonamento
3. admite passeios em situação de remate e de acerto
4. nos aglomerados consolidados e em função do alinhamento “dominante”, admite construção c/afastamentos de 5m, 3m ou à face
5. quando existem condições para ter uma faixa arborizada, o perfil adopta mais 1.00m de largura no passeio
6. excepcionalmente, admite passeios com 1.50m em situações de alinhamento dominante

7. o estacionamento poderá ser de 2.00 ou 2.50m (paralelo à via) ou de 5.00m (perpendicular à via)
8. admite, em caso excepcionais, uma faixa mínima de rodagem com 3.00m de largura

Principais Eixos Viários

Os principais eixos viários propostos na revisão do Plano Director Municipal, encontram-se divididos em dois importantes grupos, nomeadamente Eixos Norte / Sul e Eixo Nascente / Poente. As novas vias em causa permitirão estruturar e articular a rede viária existente, de forma a garantir a acessibilidade em boas condições no interior e para o exterior do Concelho.

Verifica-se, que em alguns casos, essas propostas já faziam parte das grandes opções do Plano Director Municipal, aquando da sua elaboração em 1993 e que na sua revisão serão de manter, podendo ainda apresentar traçados rectificadados.

Eixos Norte/Sul

O principal eixo norte / sul, que atravessará o Concelho, trata-se de um Itinerário Complementar, o IC35 e que permitirá a ligação aos Itinerários Principais, IP4 e IP5. Este eixo encontra-se definido nos estudos de revisão do P.D.M. de Vale de Cambra como via prioritária (Cartograma nº1), prevendo-se que o seu traçado seja, praticamente, na sua zona central, de forma a evitar a passagem pela cidade e pelos aglomerados urbanos de uma zona densamente edificada.

Deverá assegurar as ligações aos concelhos vizinhos bem como ao interior de Vale de Cambra, em boas condições de acessibilidade, assumindo-se como um eixo estruturante, cujas variantes se articulam de forma eficaz com a rede viária existente.

Nos termos do despacho do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Habitação, datado de Agosto / 2003, o Estudo Prévio do IC 35, começou a ser levado a efeito pelo Instituto de Estradas de Portugal no início de 2004.

Como um dos eixos já definidos no PDM/93 e cuja permanência continua a merecer importância, teremos a *Variante Poente*, visto constituir um traçado alternativo à EN 328 e a ER 227, no atravessamento de áreas consolidadas da zona poente do Concelho (Cartograma nº 1). Nesta fase da revisão do PDM, a Autarquia promove a execução, parcial, deste traçado, nomeadamente entre a Zona Industrial de Codal e a EN 224 (Variante), com previsão de continuidade para ambos os sentidos.

Esta via apresenta características de traçado semelhantes às das variantes, visto garantir faixas de rodagem devidamente dimensionadas, incluindo faixa para veículos pesados, controle dos pontos de acesso e não admite a edificabilidade ao longo do seu percurso. Articulada com a rede viária existente, garante o apoio às áreas industriais, existentes e a propor, nomeadamente em Codal, Lordelo e S. Pedro de Castelões.

Apresenta fortes condicionantes, principalmente em S. Pedro de Castelões, no atravessamento do aglomerado consolidado e na ligação à rede viária existente, no entanto e cada vez mais deve ser garantido o espaço canal para a sua implementação, em face das condições topográficas do concelho que são complexas para qualquer atravessamento relevante.

Quadro n.º 4 – Eixos Norte / Sul

	perfil	Localização	extensão
IC 35	1A	Limite Norte Concelho - Nó do acesso norte	3,175 km
	1B	Troço entre nós de acesso	3,714 km
	1C	Nó do acesso central – ligação à EN 328	6,147 km
Variant e Poente	2A	Baçar (EN 328) – Av. Engº Ilídio Pinho (EN 224/variante)	3,106 km
	2B	Av. Eng. Ilídio Pinho (EN 224/variante) – Codal (nó Variante Norte)	2,743 km

Fonte: VALE DE CAMBRA, Câmara Municipal / P.D.M.

Cartograma nº 1 – Eixos Norte / Sul

Eixo Nascente / Poente

As vias designadas por Variante Norte e Variante à E.R. 227 constituem o eixo nascente / poente (Cartograma nº2) revelando-se da maior importância ao nível concelhio e regional ao assegurar a ligação ao interior do concelho e aos concelhos vizinhos, em boas condições de acessibilidade.

Para além disto, vão ainda permitir estruturar e articular toda a rede viária radial, que parte da cidade para Norte e Nascente e que, actualmente, não está interligada. Acresce a este facto, que estas variantes possibilitarão a drenagem do tráfego gerado pelas zonas industriais existentes e/ou a criar, a Norte da cidade e na zona Nascente do Concelho, o qual se apoiarão nesta estruturante.

A Variante Norte constitui uma nova proposta nesta revisão do PDM e assume-se como uma variante à E.N. 224, relativamente ao troço urbano da mesma, dando continuidade a variante à E.R.227 e ainda como via de ligação ao IC 35. A localização desta via permitirá integrar a ligação de outras vias urbanas relevantes para a estrutura viária do concelho.

Quadro n.º 5 – Eixo Nascente / Poente

	perfil	Localização	extensão	caracterização
Variante Norte	1 A	Z.I. Codal – Z.I. Algeriz	3,112 km	Variante à ER 227 e EN 224 + ligação as vias envolventes à sede
	1 B	Z.I. Algeriz – Z.I. Rôge	1,363 km	Variante à ER 227 + ligação as vias envolventes à sede
	1 C	Z.I. Rôge - ER 227 (Rôge/Cepelos) ²	1,274 km	Variante à ER227 + atravessamento do Rio Caima
	1 D	Variante ER 227 – ligação ao IC 35	1,851 km	Via de ligação ao IC35
Variante ER 227	2 A	ER 227 - Z.I. Cepelos	0,698 km	Variante à ER 227 c/ resolução do “aperto” mitral na ER 227
	2 B	Z.I. Cepelos – ER 227 (Junqueira)	1,977 km	Variante à ER 227 + ligação ao IC35
	2 C	Z.I. Calvela (Junqueira) – Arões	2,022 km	Variante à ER 227 + apoio futura EB Junqueira / Arões
	2 D	Arões – ER 227	1,732 km	Variante à ER 227 + apoio a ZI Arões

Fonte: VALE DE CAMBRA, Câmara Municipal / P.D.M.

² Este troço da variante permitirá a ligação dos aglomerados da freguesia de Rôge que se encontram separados pelo atravessamento do Rio Caima.

Cartograma nº 2 – Eixo Nascente / Poente

Vias Envolventes a Área Central

As vias envolventes a área central, ou seja à sede do Concelho (Cartograma nº3) correspondem a um conjunto de avenidas que, juntamente com as existentes, integram uma zona do Concelho, onde se verifica uma acentuada concentração populacional e de edifícios, bem como do número de comércio, serviços e equipamentos públicos.

As vias envolventes à sede, constituem uma das principais intervenções no território, dado promoverem acessos à rede rodoviária nacional, servindo de circulares, ao centro urbano, melhorando as condições de deslocação, comodidade e segurança do tráfego gerado nesses locais.

As características técnicas destas vias poderão variar, nomeadamente, largura e número de faixas de rodagem, existência ou não de separador central / passeios / estacionamento, em função da localização, topografia e outras condições de ordem superior.

O conjunto destas vias, além de garantir a distribuição viária com finalidade de “circular” poderão ainda, pontualmente, apresentar troços de vias de suporte a construção, constituindo novas avenidas e/ou alamedas, eventualmente, com “frentes” apenas para uma das faixas.

- **Avenidas Poente** ([Variantes à E.N.224 e a E.N. 328](#))

As Avenidas Poente correspondem às principais vias que integram este conjunto de circulares / variantes. Encontram-se fortemente condicionadas pelo Rio Viges e pelas servidões administrativas, nomeadamente, reserva ecológica e agrícola envolventes ao mesmo.

Fazem parte das grandes opções da Revisão do Plano, que juntamente com o projecto “Arranjo Paisagístico da Envolvente do Rio Viges” e o “Parque

Urbano da Cidade”, constituirão estruturas relevantes para este local e para o concelho.

Na perspectiva de colmatar, estruturar e articular a rede viária existente, pretende-se que estas vias sejam a “frente” para o referido arranjo paisagístico e para o parque urbano, com características compatíveis com o quotidiano urbano que actualmente se preconiza, não obstante, permitir a fluidez adequada do tráfego, bem como articular-se com a rede viária municipal e nacional.

As Avenidas Poente englobam duas vias distintas que se “encontram” na nova via de acesso à cidade, a Avenida Eng. Ilídio Pinho (EN 224 / Variante).

Teremos, assim uma avenida poente de S. Pedro de Castelões, com início na rotunda existente no lugar de “Entre-Pontes”, desenvolvendo-se ao longo da encosta do lugar do Pinheiro Manso, terminando na rotunda oval da Av. Ilídio Pinho. No prolongamento desta verifica-se o início da avenida poente de Vila Chã, que promoverá a reabilitação urbanística das “traseiras” da sede desta freguesia e ainda do lugar da Portela. Terminará na ligação à actual EN 224, na zona da Brobolga.

- **Vias Complementares**

As avenidas complementares, que permitem o “fecho” norte desta área, são:

- a EN 224, desde o lugar da Brobolga até ao Outeiro;
- o troço da Variante Norte entre a Z.I. de Algeriz até a Z.I. de Rôge;
- uma das vias propostas do PU de Macieira de Cambra até à ligação a Avenida Nova e desta até a actual ER 227.

- **Via Outeiro do Rei - Agras**

Esta via garante a ligação nascente da área central. Destina-se, essencialmente, a ser uma via de acesso sem apoio habitacional ao longo da

mesma. Com início na actual ER 227, atravessará a encosta do lugar do Búzio até atingir uma rotunda de ligação de onde surgem outras vias urbanas.

- **Avenida Agras - Burgães**

Esta via, recentemente, levada a efeito, representa uma das grandes apostas viárias que a Autarquia pretendia ver executada. Apresenta duas faixas de rodagem com separador central. Ao projecto inicial foram introduzidos passeios.

- **Avenida das Gandarinhas**

Corresponde, juntamente com a Via Agras - Burgães, a ligação sul da área central. Trata-se de uma via cuja abertura foi efectuada há alguns anos e que recentemente mereceu a conclusão da sua pavimentação. As características inerentes ao projecto inicial de uma via rápida foram reequacionadas e de forma será possível promover a edificabilidade ao longo da mesma, através da elaboração de um plano de pormenor.

Quadro n.º 6 – Vias Envolventes à Área Central

vias	Designação	extensão
A	Avenida Poente de São Pedro de Castelões	1,767 km
B	Avenida Poente de Vila Chã	1,353 km
C	Via Complementar (EN 224 – Nó Variante Norte) ³	0,576 km
D	Via Complementar (Variante Norte / troço 1B)	1,363 km
E	Via Complementar (Nó Variante Norte - Av. Nova - ER 227) ⁴	1,633 km
F	Via Outeiro do Rei - Agras	1,063 km
G	Avenida Agras - Burgães	0,441 km
H	Avenida das Gandarinhas	0,536 km

Fonte: VALE DE CAMBRA, Câmara Municipal / P.D.M.

³ Esta via encontra-se executada na íntegra, faltando apenas a execução de passeios

⁴ Encontram-se executados 1,226 km de via, sendo necessário o alargamento para 2 faixas de apenas 0,221 km

Cartograma nº 3 – Vias Envolventes à Área Central

Cartograma nº 4 – Grandes Opções da Rede Viária

Diversas Vias Propostas

Ao longo da revisão do PDM, foi possível identificar outras novas propostas de vias, nomeadamente para as diversas subcategorias das vias urbanas e vias locais.

Não menos importantes que as vias inseridas nas grandes opções da rede viária, mas dentro do contexto em que se inserem, representam as novas frentes de construção ou de ligação que garantem as acessibilidades em melhores condições de tráfego entre os aglomerados e destes para as vias distribuidoras.

A nova hierarquia viária representa em si uma proposta de intervenção, mesmo nas vias existente, devendo sempre ter em atenção o tipo de via, faixa de rodagem e as condições para a existência de passeios, permitindo assim alargamentos e rectificações mesmo que pontuais e esporádicos.

Efectivamente, a questão com maior conflito em termos viários são os acessos condicionados onde as faixas de rodagem, em geral, são próximas dos 3m. Nestes casos julga-se que um estudo sobre a redefinição dos sentidos de tráfego deve ser devidamente ponderado no mais curto espaço de tempo.

6.6 – Transportes

Transportes Públicos

A rede de transportes públicos no Concelho de Vale de Cambra efectua-se através de duas empresas e carece, em geral, de abranger mais locais proporcionando horários mais diversificados para os itinerários já constituídos e ampliando as zonas de intervenção.

Dos itinerários exteriores e interiores, verifica-se que garantem horários durante a semana, mas aos sábados apenas pontualmente e aos domingos apenas para o exterior do concelho.

Relativamente aos itinerários à medida que se avança para o interior do concelho verifica-se que são mais escassos, existindo lugares que não são servidos por transportes públicos, principalmente pelas características da rede viária que não permitem a circulação de grandes viaturas, isolamento geográfico dos mesmos ou ausência de continuidade viária.

Novos itinerários ou prolongamento dos existentes, podem surgir na medida em que forem sendo efectuados investimentos ao nível da rede viária existente e proposta, nomeadamente alargamentos, beneficiações ou execução das mesmas.

Como uma das respostas mais breves, seria a utilização de viaturas com dimensões mais reduzidas, de forma a garantir o acesso a todos os lugares do concelho.

A criação de uma rede de transportes públicos urbanos, garantindo a existência de mais e melhores itinerários e horários permitirá solucionar de forma eficaz a deslocação da população.

Transportes Escolares

Os transportes escolares, em geral, estão estreitamente relacionados com os transportes públicos, sendo que qualquer proposta para um traduzir-se-à nas respostas que o outro pode proporcionar, ou seja se existirem mais itinerários e horários a população escolar será directamente beneficiada.

Relativamente aos circuitos municipais, verifica-se que além de proporcionarem, regularmente, a deslocação da população escolar (quando a

residência diste mais de 3Km do estabelecimento de ensino e/ou os horários não são compatíveis com a rede de transportes públicos), as viaturas que efectuam estes serviços ainda efectuam o transporte de alunos, no âmbito do desporto escolar e para outras actividades complementares (saídas escolares e visitas de estudo).

A curto prazo e como resposta, mínima, mais imediata aos circuitos escolares, seria necessário a aquisição de 2 novas viaturas, com capacidade para 60 e 40 lugares, de forma a substituir as viaturas CM2 (27 lugares) e CM3 (18 lugares), bem como a aquisição de pelo menos mais uma viatura de 9 lugares.

O Desporto Escolar, para dar resposta integral aos objectivos propostos, já merece constituir, neste momento, um circuito próprio, em face de ser um projecto bastante relevante, mas que veio agravar os horários dos circuitos municipais e das visitas de estudo, gerando o desgaste dos meios humanos e das viaturas, justificando-se a aquisição de uma viatura exclusivamente para este circuito.

Relativamente aos circuitos especiais, eventualmente, poder-se-ão reduzir alguns, nomeadamente os efectuados aos lugares de Felgueira e Formiga, na freguesia de S. Pedro de Castelões e Malhundes, na freguesia de Macieira de Cambra, em caso de aquisição de novos meios de transporte do tipo viaturas com 9 lugares.

Os restantes circuitos especiais serão de manter, uma vez que traduzem-se na resposta mais eficaz para a questão dos lugares isolados e do número pontual de alunos por lugar, principalmente nas freguesias de Arões (Lomba, Agualva e Covo) e de Junqueira (Torgueira e Carvalhal).

Neste sentido e atendendo a análise efectuada, verifica-se que a rede de transporte escolar ideal deveria permitir a deslocação de toda a população escolar, independentemente da distância ao estabelecimento de ensino,

abrangendo todos os níveis de escolaridade, incluindo os Jardins de Infância e integrando todos os estabelecimentos de ensino, ou seja reforça-se a proposta da criação de uma rede de transportes públicos.

6.7 - Valores Ambientais, Patrimoniais e Arqueológicos

A prossecução de uma perspectiva de desenvolvimento sustentado deve ter por base o investimento em projectos para a valorização e promoção de locais que, pela sua qualidade, ofereçam possibilidade de suscitar o interesse dos visitantes. A organização de um roteiro turístico com percursos que conciliem a vertente pedagógica das paisagens naturais com os valores culturais do património arqueológico e arquitectónico constituiria, sem dúvida, um excelente ponto de partida.

O aproveitamento das potencialidades passa tanto pela multiplicação de iniciativas locais de recuperação e beneficiação do construído, como também pelo fomento do agro-turismo e do turismo da habitação e pela criação, em associação, de outras infra-estruturas e equipamentos de animação.

A dotação de certas infra-estruturas de base, irá necessitar do empenhamento de todos os agentes que de um modo ou de outro, actuam na gestão da região: entidades autárquicas de nível concelhio e freguesia, os responsáveis pela actividade florestal, comercial e agrícola assim como a região de turismo. O diálogo entre estas entidades, torna-se importante e essencial, já que permite aos diferentes actores a discussão de soluções de intervenção integradoras das várias escolhas individuais.

Para as unidades naturais com qualidade paisagística apreciável (vale do rio Caima, vale do rio Viges, vale do rio Teixeira, vale de Vila Cova de Perrinho e

parte da Serra da Freita - propõe-se à imagem do actual PDM, a preservação e conservação dos recursos, a criação de percursos que as tornem acessíveis, visitáveis e que possibilitem a sua manutenção e a criação de estruturas de apoio que complementem estas propostas.

No caso do rio Viges foi elaborado um estudo para a sua envolvente que prevê a limpeza e regularização do leito do rio e no qual estará incluído o futuro parque da cidade, que prevê espaços de estadia, percursos pedonais, pequenos equipamentos de apoio, courts de ténis tudo isto em associação com zonas verdes e planos de água.

Em Vila Cova de Perrinho a possibilidade de criação do museu agrícola junto aos moinhos de água já recuperados, permitirá potenciar este local para educação ambiental, com aproveitamento para recreio (espaço para piqueniques, zonas de sombra), desfrutando da qualidade de paisagem.

Apesar de terem já sido levadas a cabo uma série de acções de qualificação de espaços vocacionados para o turismo e o recreio, muito haverá ainda a realizar de modo a atrair visitantes e a proporcionar uma oferta que garanta fidelização.

O ordenamento do território tem como um dos objectivos gerais a preservação da natureza e a protecção de paisagens e áreas com especial interesse do ponto de vista ecológico, recreativo, cultural e turístico. Assim se nota a necessidade de demarcar áreas de reserva com valores específicos a proteger, onde a intervenção do homem deve ser acautelada e onde a frequência humana pode ser condicionada. Estando a serra da Freita incluída na Lista Nacional de Sítios da Rede Natura (Serras da Freita e Arada - sitio nº PTCO0047) há que ter em atenção as intervenções a levar a cabo neste espaço de modo a preservar o seu equilíbrio natural e, por outro lado, a promover o recreio e o lazer num contacto próximo com a natureza. Neste sítio

há um conjunto de habitats naturais, espécies de flora, espécies de fauna elencados na Directiva Habitats (92/43/CEE).

Para o espaço envolvente à capela da Sr^a da Saúde propõe-se:

- Acentuar a sua função cultural e recreativa
- Criar infra-estruturas de apoio a este projecto, nomeadamente infra-estruturas de limpeza, e de segurança (necessidade de vigilância, para evitar a degradação).

Para maior rentabilidade do investimento proposto, seria de toda a conveniência a divulgação do local, para a atracção de população de outras regiões. Divulgação que consistiria na realização de uma possível feira de artesanato (visto não existir nenhuma na zona) enriquecida com um festival de folclore, além da actual romaria à Sr^a da Saúde em 14 e 15 de Agosto.

Outra potencial área de lazer e recreio do concelho é a Barragem Eng^o Duarte Pacheco. Sugere-se aqui, a adaptação ao seu potencial lúdico, da actividade de lazer e recreio, nomeadamente através da construção de sanitários, instalação de bancos e mesas, assim como material de desporto aquático não poluente (canoas, gaivotas, etc).

Para se preservar o importante património cultural da região de Vale de Cambra, propõe-se medidas de preservação a certos marcos de património histórico-cultural e paisagístico, para assim se conhecer melhor as suas origens e características. Por exemplo, a melhoria do acesso ao Outeiro dos Riscos, a sua protecção, a presença de painéis informativos no local e a criação de estacionamento poderiam permitir valorizar e, em simultâneo, preservar um valor arqueológico do concelho. Outra situação diz respeito à área de protecção ao azevinho espontâneo; esta poderia ser sinalizada e ter informação no local.

Todas estas propostas de desenvolvimento devem ser concebidas, como valorização para o concelho, como um todo, evitando intervenções pontuais, desinseridas, que descaracterizem a paisagem, traduzindo-se em grandes perdas do património cultural e paisagístico, com consequentes prejuízos na qualidade de vida.

6.8 - Turismo

A procura de alternativas ao turismo tradicional, aliada a uma crescente valorização de áreas de elevada qualidade ambiental e de fraca densidade de ocupação conferem ao concelho de Vale de Cambra uma vantagem competitiva relativa aos concelhos mais a poente.

Não obstante deter um importante conjunto de potencialidades e recursos que permitem configurar uma oferta turística de qualidade, o concelho não possui uma imagem de marca que o identifique pela diferença e pela qualidade e que facilite a sua penetração no mercado nacional e internacional.

Com efeito, o concelho não dispõe de informação adequada que satisfaça a diversidade de interesses do público visitante, nem de sinalética que facilite a circulação e identificação de lugares e sítios turísticos.

Acresce que, para a criação de uma imagem de marca é indispensável a sensibilização e informação da população residente no que toca à manutenção da qualidade ambiental, paisagística, arquitectónica e patrimonial, de forma a que esta assuma uma atitude participativa e de envolvimento, permitindo atingir os padrões exigidos por um turismo de qualidade.

Assim, devem-se ter como acções primordiais a promoção do potencial turístico da região, identificando um produto turístico, que pode integrar-se num pacote, apoiando-se na operacionalização de circuitos turísticos, na criação de serviços de apoio a turistas e visitantes (alojamento, restauração, informação

turística), bem como no fomento de acções de animação e divulgação dos produtos turísticos da região.

Para implementar estas acções, têm que se criar, produzir e editar materiais promocionais (publicações, trabalhos de fotografia e outro material informativo), bem como, desenvolver um sistema de postos de informação multimedia, que possibilitem o fornecimento de um conjunto de informações variadas sobre a zona. Por outro lado, deve-se promover e valorizar iniciativas de animação de diferente natureza, tais como, feiras, festas tradicionais, recriação histórica de acontecimentos festivos e outros eventos especiais, que contribuam para diversificar a oferta turística do concelho e para a criação/consolidação de um produto turístico de qualidade.

A criação de um serviço da Câmara Municipal, de retaguarda ao posto de turismo, que produza e sistematize informação e que desenvolva estratégias e acções de marketing turístico afigura-se como uma solução para a dinamização deste sector no concelho, que se afirma como uma das suas maiores potencialidades.

Outro aspecto a ter em conta para o desenvolvimento do turismo no concelho de Vale de Cambra, consiste na implementação de equipamentos de natureza social e colectiva, nomeadamente para o ensino, desporto e turismo que, integrados em aglomerados constituam elementos de incremento e complementaridade a estas actividades. A construção e instalação deste tipo de equipamentos e serviços proporcionam a dinamização e fixação das actividades económicas e a melhoria das condições de vida das populações.

Através da promoção de actividades em benefício das comunidades rurais, da preservação dos recursos naturais e do ambiente, estabelecem-se novos postos de trabalho impulsionando o desenvolvimento do mercado social de emprego, que constitui uma forma de combate permanente contra o

desemprego e contribui para o desenvolvimento económico local, trazendo benefícios concretos à vida cultural e social da comunidade.

Por outro lado, os espaços florestais e as actividades a eles associados desempenham um papel fundamental para o desenvolvimento das áreas rurais desfavorecidas, providenciando bens e serviços, espaços de recreio e lazer, constituindo verdadeiras oportunidades de emprego e rendimento. A rentabilização destes espaços é fundamental.

O cenário de promoção do desenvolvimento passará por uma aposta no aproveitamento dos recursos locais, tendo em conta as potencialidades turísticas do concelho e a sua posição intermédia com o interior, promovendo assim a implementação de projectos de aproveitamento turístico compatíveis com a preservação dos recursos naturais.

Outra questão prende-se com a oferta de equipamentos hoteleiros de qualidade. Por um lado equipamentos que possibilitem o alojamento a visitantes em turismo de negócios e, por outro lado, a importância da dinamização de algumas aldeias rurais (seleccionamos as que, à partida, apresentam mais potencialidades) para fomento do agro-turismo ou turismo rural.

O Parque da Sr^a da Saúde tem sido objecto de qualificação, nomeadamente regularização do trânsito, electrificação, novo parque infantil,..., estando prevista na sua envolvência a construção de um equipamento hoteleiro por investidores privados.

Há, ainda, que investir na formação profissional na área da hotelaria/restauração, de modo a habilitar os jovens do concelho a desempenharem tarefas de apoio à actividade turística.

7 . BIBLIOGRAFIA

Cabovisão, 2003

Carta Arqueológica do concelho de Vale de Cambra, 2001

CEAP – *PGU de Vale de Cambra*, 1988

D. L. 54/2002, de 11 de Março

D. L. n.º167/97, de 4 de Julho

D. L. n.º192/82, de 19 de Maio

D. L. n.º26/93, de 02 de Julho

Decreto Lei 423/89, de 4 de Dezembro

Decreto nº23122, de 11.10.33

Decreto nº37366, de 05.04.49

Decreto Regulamentar n.º 13/2002, de 12 de Março

Decreto-Lei n.º 196/89, de 14 de Junho e o Decreto-Lei n.º 274/92, de 12 de Dezembro

Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro

Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro

Decreto-Lei n.º 93/90, de 19 de Março

Direcção Geral das Florestas, 2003

ENGIGÁS, Projecto Base – Rede Secundária de Distribuição de Gás Natural de Vale de Cambra, Maio de 2000

EURISKO, Plano Intermunicipal dos Pólos Empresariais do Entre Douro e Vouga, 2001, 26

Ferreira de Castro - *A Selva*

Filipe Marchand – “ ”, 1989.

Flávio Lopes – “A Evolução do Pensamento Contemporâneo através da Leitura de Documentos Internacionais” , *in IPPAR – Património Arquitectónico e Arqueológico – Cartas e Convenções Internacionais*. Lisboa: MC/IPPAR, 1996.

ICERR, *Contagens de Tráfego*, 1998

INE, Anuário Estatístico da Região Norte, 2000

INE, Anuário Estatístico da Região Norte, 2001
INE, Inventário Municipal, Região Norte, 1992
INE, Inventário Municipal, Região Norte, 1998
INE, Inventário Municipal, Região Norte, 2002
INE, Listagem da Ind. Transformadora (V. C.), 1991
INE, Recenseamento Geral da População e Habitação, 1970
INE, Recenseamento Geral da População, 1960
INE, Recenseamento Industrial, 1972
Instituto Geológico e Mineiro
Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica, 1962
Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica, 1980-1990
Lei n.º 11/87, de 7 de Abril
Lei n.º 48/98, de 11 de Agosto
Margarida Oliveira – *in* entrevista à equipa do PDM, Dezembro 1991
Martins Ferreira – *in Grande Enciclopédia – Portuguesa e Brasileira, vol. XXXIII, 1968*
Martins Ferreira – *Grande Enciclopédia – Portuguesa e Brasileira, vol. XXXIII, 1968*
Martins Ferreira – *Vale de Cambra e o Santuário de Nossa Senhora da Saúde, 1968.*
Massapina – “ “, 1984
Nogueira Gonçalves – *Inventário Artístico de Portugal. Lisboa: Academia Nacional de Belas Artes, 1991*
Nogueira Gonçalves – *Inventário Artístico de Portugal. Lisboa: Academia nacional de Belas Artes, 1991*
O. M. T., 1979
Pinho da Cruz – “ “, 1989.
Plano Intermunicipal dos Pólos Empresariais do Entre-Douro e Vouga (Diagnóstico Preliminar), S.J.Madeira: Associação de Municípios das Terras de Santa Maria, 2001
Plano Municipal de Intervenção na Floresta, 1997
Portaria n.º 314/94 de 24 de Maio

Portaria n.º1217/91, de 24 de Dezembro

PT Comunicações, 2003

Recenseamento Geral da Agricultura, 1999

Recenseamento Geral da População e Habitação, 1981

Recenseamento Geral da População e Habitação, 1991

Recenseamento Geral da População e Habitação, 2001

Regulamento Geral das Estradas e Caminhos Municipais

Resolução de Conselho de Ministros n.º94/96, de 26 de Junho

Ribeiro da Silva, F. – “ ”, 1989

Ribeiro, Paula – *O Desenvolvimento de Actividades de Recreio e Turismo numa perspectiva de Protecção da Qualidade do Ambiente*, Aveiro, U. Aveiro, 1989

Torres Marques, H., - , 1988

VALE DE CAMBRA, Câmara Municipal – *Listagem da Indústria Transformadora*, 2001

VALE DE CAMBRA, Câmara Municipal - Pavilhão Municipal, 2003

VALE DE CAMBRA, Câmara Municipal - Piscina Municipal, 2003

VALE DE CAMBRA, Câmara Municipal /PDM - Inquérito a Equipamentos de Saúde, 2003

VALE DE CAMBRA, Câmara Municipal/D.A.S.C., 2003

VALE DE CAMBRA, Câmara Municipal/Museu Municipal, 2003

VALE DE CAMBRA, Câmara Municipal/P.D.M. - Inquérito às Juntas de Freguesia, 2003

VALE DE CAMBRA, Câmara Municipal/P.D.M. - *Inquérito à Indústria*, 2001

VALE DE CAMBRA, Câmara Municipal/P.D.M. – Inquérito ao Ensino, 1991

VALE DE CAMBRA, Câmara Municipal/P.D.M. – Inquérito ao Ensino, 2002

VALE DE CAMBRA, Câmara Municipal/P.D.M. - Inquérito às Associações e Colectividades, 2003

VALE DE CAMBRA, Câmara Municipal/P.D.M. – Recolha e tratamento da equipa, 2003

VALE DE CAMBRA, Câmara Municipal/P.D.M., 2002

Vale de Cambra/C.M. – Posto de Turismo, 2004

